

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**A dinâmica do capitalismo na produção do espaço urbano: Os impactos da
atividade fumageira para o setor comercial no município de Canguçu (RS – Brasil)**

Silvana de Matos Bandeira

Rio Grande – RS

2012

SILVANA DE MATOS BANDEIRA

A dinâmica do capitalismo na produção do espaço urbano: Os impactos da atividade fumageira para o setor comercial no município de Canguçu (RS – Brasil)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Rio Grande, como pré-requisito para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Área de Concentração:

Análise Urbano-Regional

Orientador:

Prof. Dr. Solismar Fraga Martins

Rio Grande – RS

2012

Banca examinadora:

Prof. Dr. Solismar Fraga Martins – FURG (Membro – Orientador)

Prof. Dr. Jefferson Rodrigues dos Santos – IFRS (Membro)

Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares – PPGeo FURG/UFRGS (Membro)

Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira – PPGeo-FURG/UFPEL (Suplente)

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus pelas oportunidades concedidas em minha vida e pela motivação para aproveitá-las.

Em especial, ao orientador Prof. Dr. Solismar Fraga Martins (FURG), pela seriedade em seu trabalho, disponibilidade e paciência.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo), da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), por possibilitar a discussão de um assunto tão relevante para a realidade atual de Canguçu.

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo apoio financeiro.

Ao Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares (PPGeo FURG/UFRGS) e a Prof.^a Dr.^a Susana Maria Veleda da Silva (PPGeo FURG) pelas sugestões oportunas na qualificação.

À banca da defesa final, Prof. Dr. Jefferson Rodrigues dos Santos – IFRS e Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares – PPGeo FURG/UFRGS pelas críticas e comentários construtivos.

A todos os entrevistados, entidades que forneceram dados e demais pessoas que auxiliaram no desenvolvimento do trabalho.

A minha família e meus amigos que são a razão de tudo valer a pena.

“A utopia está lá no horizonte. Aproximo-me dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”

Fernando Birri

RESUMO

BANDEIRA, Silvana de Matos. **A dinâmica do capitalismo na produção do espaço urbano: Os impactos da atividade fumageira para o setor comercial no município de Canguçu (RS – Brasil)**. 2012. 163f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS.

O trabalho visa pesquisar o desenvolvimento do comércio da área central de Canguçu (RS – Brasil) no período 2000-2010. Partiu-se do pressuposto que esse crescimento significativo foi causado pelo aumento da fumicultura no município, o que veio a gerar renda e, conseqüentemente, dinamizar o comércio. Inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a produção do espaço urbano, o comércio, o consumo, os precedentes na produção de tabaco no território brasileiro e a introdução do fumo no Rio Grande do Sul. Utilizando-se do método progressivo-regressivo de Henri Lefèbvre, a história de Canguçu foi dividida em periodizações de acordo com as suas fases econômicas. A primeira periodização (1756-1899) mostrou a agricultura incipiente do município em uma época em que a sua base econômica era a pecuária, em grandes extensões de terra, e a sua localização estratégica era fundamental nos conflitos militares. A segunda periodização (1900-1919) foi marcada pela chegada dos imigrantes pomeranos em Canguçu, que vieram dedicar-se principalmente à agricultura. A terceira periodização (1920-1999) mostra a consolidação da agricultura como a principal base econômica do município com o predomínio da policultura em pequenas propriedades, com destaque econômico para o milho e o pêssego. A quarta periodização (2000-2010) discute o momento econômico atual do município, no qual a fumicultura representa a principal atividade agrícola e promove o crescimento do comércio da sede, tornando-o, em grande parte, dependente desta fonte de renda. Por fim, foram realizadas entrevistas com comerciantes e representantes de entidades, a fim de que estes pudessem se manifestar sobre a importância da fumicultura para o município e, assim, se confirmasse a hipótese inicial ao confrontar com os dados estatísticos.

Palavras-chave: Canguçu. Comércio. Fumicultura. Dependência econômica.

ABSTRACT

BANDEIRA, Silvana de Matos. **The dynamic of the capitalism in the production of the urban space: The impact of the tobacco farming on the trading activity of the county of Canguçu (RS – Brazil)**. 2012. 163f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS.

This research aims at investigating the way the trading activity developed in the central area of the county of Canguçu (RS – Brazil) within the years of 2000-2010. The initial assumption was that such development was due to the increase of the tobacco farming in the area, which generated new income and, consequently, boosted the trading activity. Firstly, a review of the literature regarding the production of the urban space, trading and consume related to tobacco farming in Brazil, and the introduction of this culture in the State of Rio Grande do Sul, was performed. Using the progressive-regressive method of Henri Lefèbvre, the history of Canguçu was periodized according to its different periods of economic development. The first periodization (1756-1899) showed that the agriculture was not significant in the county, which had a strategic location in the military conflicts at the time, and that its economy was based on cattle raising in large farms. The second periodization (1900-1919) was marked by the arrival of the Pomeranians in Canguçu, who developed the agriculture in the area. The third periodization (1920-1999) shows the consolidation of the agriculture as the base of the economy in the county, being the mixed cropping predominant in small properties, and the economic relevance of the production of corn and peach. The fourth periodization (2000-2010) discuss the actual moment of the economy in the county, highlighting the importance of tobacco farming as the main agricultural activity and as the source of the development of the trading activity in the region, being the county largely dependent on this activity at the moment. Finally, traders and representatives of different organizations were interviewed regarding their view on the relevance of the tobacco farming to the county, confirming the initial hypothesis with the aid of statistical data.

Key words: Canguçu. Trading activity. Tobacco farming. Economic dependency.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Localização de Canguçu.....	17
Figura 2:	Divisão do município em distritos.....	18
Figura 3:	Mapa da área urbana de Canguçu.....	19
Figura 4:	Destruição de um imóvel antigo na Rua Júlio de Castilho (Agosto/2011).....	20
Figura 5:	Construção de um prédio comercial no local (Maio/2012).....	21
Figura 6:	A expansão da fumicultura no sul do Brasil (1950-1980).....	47
Figura 7:	A expansão da fumicultura no Rio Grande do Sul (1950-1980).....	48
Figura 8:	Tratados realizados nas terras do RS.....	64
Figura 9:	Caminhos históricos do RS.....	66
Figura 10:	Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição.....	68
Figura 11:	Sede da Real Feitoria do Linhocânhamo do Rincão do Canguçu.....	70
Figura 12:	Localização da Pomerânia na Alemanha.....	78
Figura 13:	Áreas ocupadas inicialmente pelos imigrantes alemães no RS.....	80
Figura 14:	Colônia de São Lourenço do Sul (RS).....	81
Figura 15:	Rua General Osório (atual Rádio Liberdade) – 1930.....	85
Figura 16:	Casa comercial no 3º distrito de Canguçu (início da década de 1920).....	86
Figura 17:	Vendedor ambulante da zona rural de Canguçu (década de 1930)..	87
Figura 18:	Produção de fumo por estado no Brasil (2004-2006).....	96
Figura 19:	Áreas de Produção de Tabaco na Região Sul.....	96
Figura 20:	Média da produção de fumo por município do RS (1998-2000).....	97

Figura 21:	Média da produção de fumo por município do RS (2004-2006).....	98
Figura 22:	Manifestação dos fumicultores no Herval (2º distrito de Canguçu)...	108
Figura 23:	Rios e arroios de Canguçu.....	110
Figura 24:	Macrozonas Rurais.....	113
Figura 25:	Filial da rede de lojas Benoit na Rua General Osório.....	117
Figura 26:	Concentração do comércio tradicional no Bairro Centro de Canguçu.....	120
Figura 27:	Movimento no comércio da Rua General Osório (2012).....	121
Figura 28:	Rua General Osório (atual Rádio Liberdade) – 2012.....	122
Figura 29:	Comércio da Rua General Osório (2012).....	122
Figura 30:	Comércio da Rua Júlio de Castilho (2012).....	123
Figura 31:	Comércio da Rua General Câmara (2012).....	123
Figura 32:	Loja da Afubra em Canguçu.....	124
Figura 33:	VI Fecican em 2009.....	125
Figura 34:	Convite para a VII FECICAN.....	126
Figura 35:	Valor médio gasto mensalmente no comércio do Centro de Canguçu.....	135

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Destino das Exportações Brasileiras – 2012.....	94
Gráfico 2:	Área Plantada e Volume Produzido de Tabaco no Brasil.....	94
Gráfico 3:	Receita do tabaco no Brasil por ano.....	95
Gráfico 4:	Ano médio de fundação dos estabelecimentos comerciais de Canguçu por Setor.....	127
Gráfico 5:	Frota de veículos em Canguçu.....	128
Gráfico 6:	Percentual de Dependência Direta da Fumicultura em cada Setor Comercial.....	137
Gráfico 7:	Análise da frequência em ir ao Centro de Canguçu (%) – Agosto/2011.....	138
Gráfico 8:	Análise do hábito do consumidor de Canguçu em comprar em outros centros comerciais (%) – Agosto/2011.....	140
Gráfico 9:	O fim da Fumicultura e a Decadência do Comércio.....	142
Gráfico 10:	Crescimento do Comércio Formal no Município de Canguçu.....	148
Gráfico 11:	Média da Quantidade de Tabaco Produzida por ano em Canguçu	148

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Distribuição da população do município de Canguçu (1920-1996)...	84
Tabela 2:	Veículos em Canguçu – Evolução (1915-1952).....	86
Tabela 3:	Produção Agrícola do município de Canguçu (1955).....	88
Tabela 4:	Principais ramos do comércio varejista da sede de Canguçu (1958)	88
Tabela 5:	Produção de milho no município de Canguçu (1975-1995).....	89
Tabela 6:	Produção de feijão no município de Canguçu (1975-1995).....	89
Tabela 7:	Produção de cebola no município de Canguçu (1975-1995).....	90
Tabela 8:	Produção de soja no município de Canguçu (1975-1995).....	90
Tabela 9:	Produção de leite no município de Canguçu (1975-1995).....	91
Tabela 10:	Produção de pêsego no município de Canguçu (1975-1995).....	91
Tabela 11:	Número e área em hectares dos imóveis rurais de Canguçu.....	92
Tabela 12:	Produção de fumo em Canguçu (1991-1999).....	93
Tabela 13:	Produção de milho no município de Canguçu (2000-2010).....	99
Tabela 14:	Produção de feijão no município de Canguçu (2001-2010).....	100
Tabela 15:	Produção de cebola no município de Canguçu (2000-2010).....	100
Tabela 16:	Produção de leite no município de Canguçu (2000-2010).....	101
Tabela 17:	Produção de pêsego no município de Canguçu (2000-2010).....	101
Tabela 18:	Produção de soja no município de Canguçu (2000-2010).....	102
Tabela 19:	Desenvolvimento da produção de fumo em Canguçu (2000-2010)..	103
Tabela 20:	Produtos cultivados no município de Canguçu (2001).....	103
Tabela 21:	Produtividade média dos principais produtos agrícolas cultivados em Canguçu.....	105

Tabela 22: Benefícios em manutenção no município de Canguçu (2000-2010).	115
Tabela 23: Estabelecimentos comerciais da área urbana de Canguçu.....	117
Tabela 24: Motivos que levaram os comerciantes a abrir um comércio em Canguçu.....	129
Tabela 25: Estratégias dos comerciantes para atrair mais consumidores.....	130
Tabela 26: Declaração dos munícipes sobre os produtos que costumam comprar no comércio de Canguçu (%).	133
Tabela 27: Número de pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal (salário mínimo) mensal no município de Canguçu (2010).....	135
Tabela 28: Declaração dos munícipes sobre o hábito de ir ao Centro da cidade fazer compras (%).	136
Tabela 29: Análise da relação entre frequência de ir ao Centro da cidade fazer compras com o perfil socioeconômico (%).	138
Tabela 30: Características da população residente de Canguçu (2010).....	139
Tabela 31: Declaração sobre o hábito de realização de compras em outros centros comerciais (%).	141
Tabela 32: Alternativas sugeridas pelos comerciantes entrevistados para substituir o tabaco.....	144

LISTA DE ABREVIATURAS

ACICAN – Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Canguçu
AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMB – Enciclopédia dos Municípios Brasileiros
FECICAN – Feira do Comércio, Indústria e Serviços de Canguçu
FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul
FURG – Universidade Federal do Rio Grande
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPO – Instituto Pesquisas de Opinião
ITEPA – Instituto Técnico de Pesquisa e Acessoria (UCPel)
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SMPMAU – Secretaria Municipal de Planejamento, Meio ambiente e Urbanismo
SPC – Serviço de Proteção ao Crédito
UCPEL – Universidade Católica de Pelotas

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	4
RESUMO.....	6
ABSTRACT.....	7
LISTA DE FIGURAS.....	8
LISTA DE GRÁFICOS.....	10
LISTA DE TABELAS.....	11
LISTA DE ABREVIATURAS.....	13
1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 Apresentação.....	16
2 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	26
2.1 O Espaço Urbano: Produção sob o Capitalismo.....	26
2.2 A importância da agricultura para a economia urbana.....	40
2.2.1 Precedentes na produção do tabaco em território brasileiro.....	41
2.2.2 A história do tabaco no Rio Grande do Sul.....	45
2.3 As relações comerciais e a sociedade de consumo.....	49
2.4 A importância do comércio para as cidades.....	53
2.5 A centralidade e as atividades comerciais.....	56
3 A FORMAÇÃO ESPACIAL DA CIDADE DE CANGUÇU: AGRICULTURA E COMÉRCIO EM UM MUNICÍPIO AINDA PREDOMINANTEMENTE RURAL.....	60
3.1 A importância da localização estratégica de Canguçu (1756- 1899).....	60

3.1.1	Canguçu como parte da fronteira entre Portugal e Espanha (1777-1801)	62
3.2	A chegada dos imigrantes pomeranos (1900-1919).....	77
3.3	A agricultura consolida-se como a base econômica do município (1920-1999).....	83
3.3.1	Desenvolvimento da policultura no município de Canguçu.....	89
3.4	A presença do tabaco e a transformação da agricultura em Canguçu (2000-2010).....	93
3.4.1	A fumicultura se torna a atividade econômica primária mais importante para Canguçu.....	102
4	O COMÉRCIO ATUAL DE CANGUÇU E A RENDA ADVINDA DA FUMICULTURA.....	115
4.1	Pesquisa de Campo: Os comerciantes e representantes de entidades de Canguçu se manifestam em relação à importância da fumicultura para o município.....	126
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	151
7	APÊNDICES.....	157
7.1	Apêndice A – Lista dos Entrevistados.....	157
7.2	Apêndice B – Entrevista realizada com os Comerciantes.....	159
7.3	Apêndice C – Entrevista realizada com a Acican.....	160
7.4	Apêndice D – Entrevista realizada com as Agências Bancárias.....	161
7.5	Apêndice E – Entrevista realizada com o Prefeito Municipal.....	162
7.6	Apêndice F – Entrevista realizada com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.....	163

1 INTRODUÇÃO

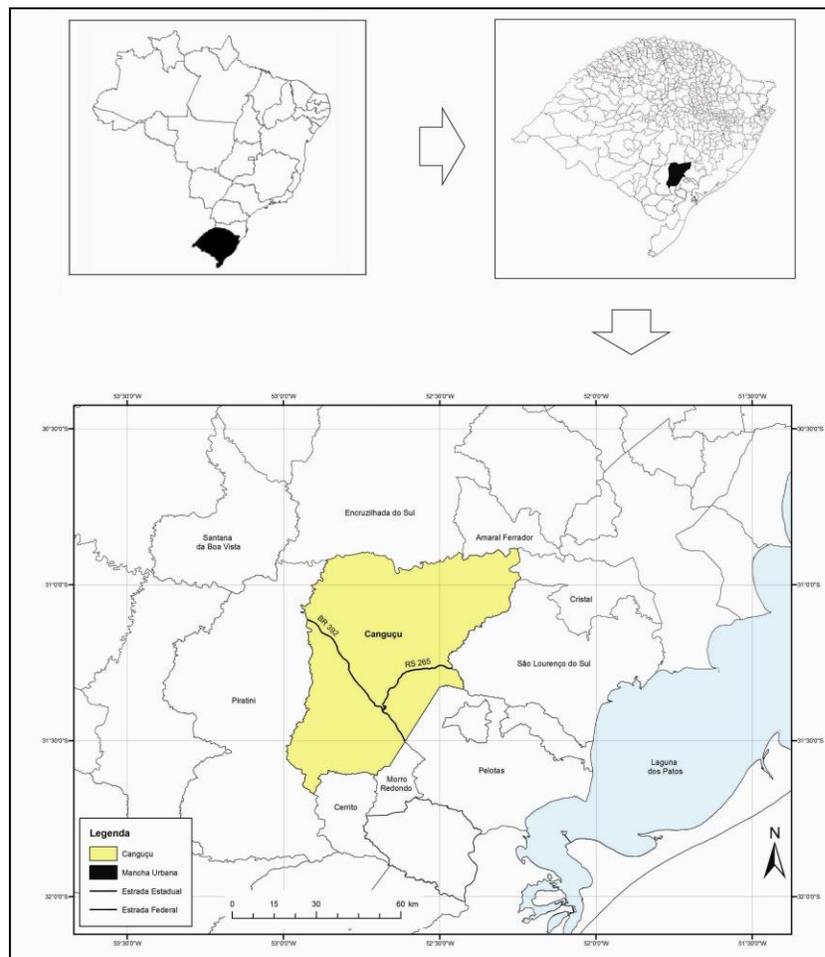
1.1 Apresentação

O trabalho apresentado representa uma análise da relação entre o espaço urbano e o comércio do centro da cidade de Canguçu, Rio Grande do Sul – Brasil, com a produção fumageira no município. É o resultado de um estudo histórico e presente construído através dos fatores que influenciaram o desenvolvimento urbano da cidade em suas fases de maior crescimento, bem como a identificação de tendências futuras. O estudo servirá de base para a compreensão de como ocorre a dinâmica do capitalismo no comércio do centro de Canguçu e o que isto tem influenciado nas transformações ocorridas no espaço urbano em diferentes épocas. Serão analisadas, principalmente, as transformações ocorridas no referido espaço entre 2000 e 2010, pois se observa, de modo empírico, um grande desenvolvimento e uma grande expansão no comércio existente – o que nos levou a crer que tal fenômeno decorreu do aumento da produção de tabaco no município.

As terras de Canguçu estão situadas geograficamente junto a Serra dos Tapes e a Serra do Herval, fazendo parte das Serras do Sudeste, divididas pelo rio Camaquã ao norte do município. Segundo Ross, as terras do município de Canguçu pertencem ao Planalto Sul-rio-grandense, que é caracterizado por ser um maciço antigo que foi intensamente trabalhado por processos erosivos ao longo do Terciário. “O Planalto-sul-riograndense, com litologias diferenciadas em idades e gêneses diversas ao longo do Pré-cambriano, apresenta modelado com formas ligeiramente convexas. Os níveis altimétricos mais elevados não ultrapassam 450 m.” (ROSS, 2000, p.57). A sede do

município tem a altitude média de 420 metros acima do nível do mar. O clima do município é subtropical, com temperaturas médias anuais com variação entre 14°C e 19°C. Apresenta invernos frios e chuvas distribuídas regularmente (entre 1200 a 2000 milímetros por ano). A cidade de Canguçu está localizada a 31°23'42" de latitude sul e 52°40'32" de longitude oeste e a área total do município é de 3.525.31 km² (Fig. um). Possui 53.268 habitantes em 2010, sendo 36,98% moradores da zona urbana e 63,02% moradores da zona rural, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

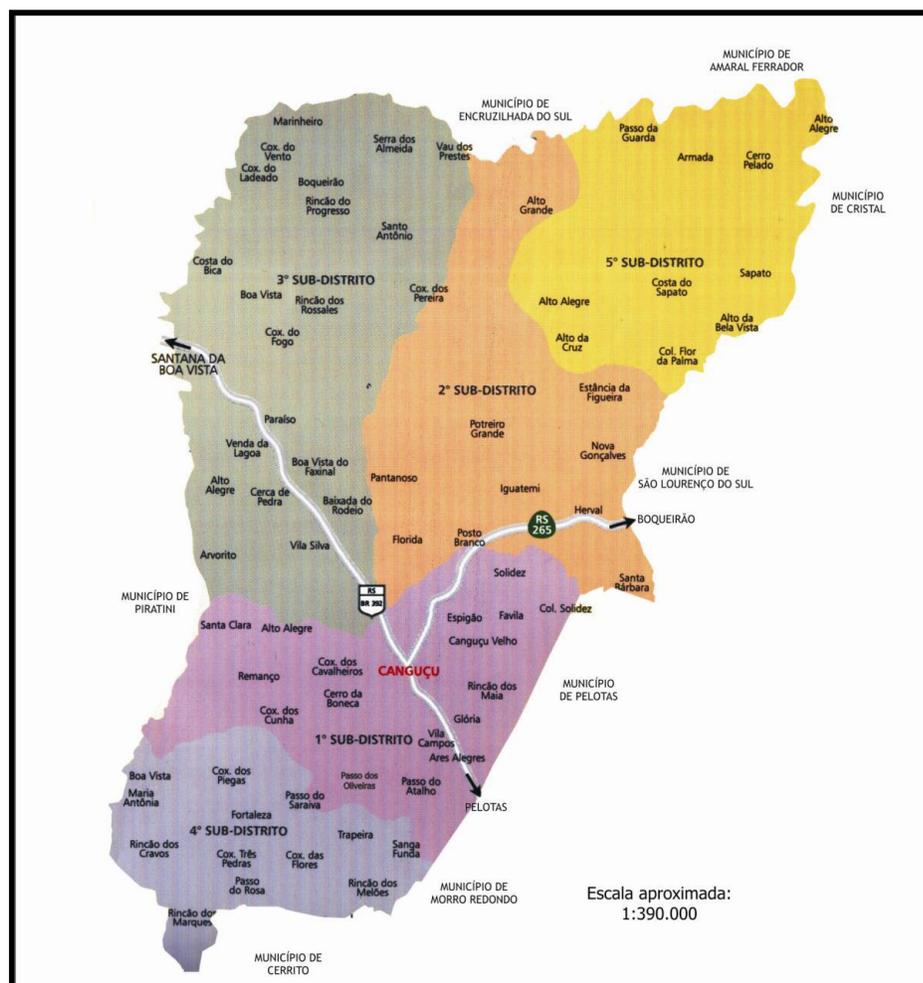
Figura 1
Localização de Canguçu



Fonte: Paulo Ricardo Salati de Souza (org.) – 2012.

A área rural é dividida em cinco distritos (Fig. dois).

Figura 2
Divisão do município em distritos



Fonte: Editora Publique (2000).

A sede do município se localiza na área do 1º distrito. Na figura três, podemos ver o perímetro urbano de Canguçu.

Figura 3
Mapa da área urbana de Canguçu



Fonte: Projeto de Lei Plano Diretor Municipal de Canguçu (2006).

O município é caracterizado pelo grande número de minifúndios e pela agricultura familiar. De acordo com esse contexto, mostrou-se o meio propício para a implantação e desenvolvimento da cultura do fumo. A produção do tabaco vem se destacando em Canguçu e entre 2003 e 2006 atingiu seu apogeu em substituição às

diversificadas culturas tradicionais do município, a saber, principalmente o milho e o feijão. O perímetro urbano de Canguçu é dividido em oito bairros:

- Bairro Vila Fonseca;
- Bairro Vila Nova;
- Bairro Uruguai;
- Bairro Centro;
- Bairro Triângulo;
- Bairro Prado;
- Bairro Vila Isabel;
- Bairro dos Teixeira.

O bairro com melhor estrutura é o Centro, visto que é onde se localiza a maioria do comércio e dos prédios públicos. Também é nesse bairro que podemos perceber as maiores marcas da história presentes em Canguçu, ou seja, seus casarões históricos. Lado a lado coexistem vestígios de diferentes temporalidades, mantendo viva a memória e a identidade da cidade. Todavia, devido ao desenvolvimento do comércio, muito dessa riqueza vem se perdendo ultimamente, pois casas particulares mais antigas estão sendo destruídas para a construção de salões comerciais (Fig. quatro e cinco).

Figura 4
Destruição de um imóvel antigo na Rua Júlio de Castilho (Agosto/2011)



Fonte: Silvana de Matos Bandeira (2011).

Figura 5
Construção de um prédio comercial no local (Maio/2012)



Fonte: Silvana de Matos Bandeira (Maio/2012).

A pesquisa tem como objetivo geral correlacionar o crescimento do comércio no centro de Canguçu, ocorrido entre 2000 e 2010, com o desenvolvimento da agricultura fumageira no município. Assim, propomos um trabalho que mostre a importância de conceitos geográficos para a análise de fenômenos referentes ao comércio e que, também, permita a compreensão das transformações ocorridas no espaço urbano em estudo. A análise proposta usará como recorte o comércio de Canguçu, visto que a autora é natural desse município. Todavia, tem-se consciência de que tal fenômeno não tem ocorrido apenas no município de Canguçu, já que ocorre com outras cidades do Rio Grande do Sul, também inseridas na fumicultura, tais como, por exemplo, Camaquã, Vera Cruz, Amaral Ferrador e Arroio do Padre.

O presente trabalho aprofunda os conhecimentos existentes sobre comércio, consumo, centralidade e monocultura. Além disso, se justifica pela intenção de compreender o espaço produzido, uma vez que o espaço geográfico “passa a ser produzido em função do processo produtivo geral da sociedade”, de acordo com Carlos

(1988, p.15). E, segundo Cachinho (2002, p.20), a perspectiva do espacial tem sido deixada de lado nas análises sobre comércio quando afirma que:

Embora possa parecer simplista, esta idéia tem escapado geralmente ao pensamento econômico e social mais influente no desenvolvimento das investigações sobre o comércio. Com isso, a maioria dos modelos de estudo, o espaço ou está ausente ou é considerado de forma abstrata e o homem reduzido a sua racionalidade econômica.

Ademais, o trabalho também servirá como um instrumento de avaliação, já que a administração municipal e, até mesmo, os comerciantes locais terão como avaliar até que ponto a fomicultura serviu de base para o desenvolvimento ocorrido no comércio. De posse dessa informação e da consciência da sua situação, a administração e os comerciantes poderão prever cenários futuros e buscar novas alternativas antes da chegada de uma possível crise.

O capítulo dois traz os referenciais teóricos metodológicos do trabalho com a contribuição de diversos autores para a compreensão do problema de pesquisa. Dentre eles, José de Souza Martins explica o método regressivo-progressivo de Henri Lefèbvre que possibilita, através de uma análise horizontal e vertical da realidade, identificar a coexistência de relações que tiveram origem em temporalidades diferentes. Horácio Capel também colabora ao mostrar a importância de compreender todo o processo histórico que deu origem à realidade atual, pois afirma que a realidade não é desvinculada dos fatos que ao longo do tempo contribuíram para formá-la.

Caio Prado Júnior explica sobre as grandes lavouras brasileiras que sustentaram a economia do Brasil no passado (cana-de-açúcar, algodão e tabaco) e alerta sobre o quão nos tornamos frágeis e susceptíveis a crises quando dependemos de uma única cultura para a sobrevivência.

Mark Gottdiener, Ana Fani Alessandri Carlos e Henri Lefèbvre ajudam a compreender como ocorre a produção do espaço urbano, que geralmente atende aos interesses do capital. Ademais, Henri Lefèbvre faz uma análise profunda sobre a sociedade de consumo atual, que adquire mercadorias já não apenas por necessidade, mas para realizar seus desejos.

David Clark e Heliana Comin Vargas esclarecem como ocorre a competição pelo uso do espaço, sendo que Vargas faz esta análise relacionada diretamente sobre

as localizações no comércio. Flávio Villaça explica como se formam as centralidades nas cidades e o seu poder simbólico.

Maria Encarnação Spósito contribui mostrando a importância que o comércio teve para as cidades do passado, sendo que muitas delas se desarticularam e perderam o seu poder para o campo quando a sua função comercial decaiu. Já Herculano Cachinho faz uma análise atual do comércio varejista.

O capítulo três expõe fases distintas de desenvolvimento econômico e espacial de Canguçu tendo em vista que o desenvolvimento do trabalho dar-se-á com o auxílio do método regressivo-progressivo de Henri Lefèbvre. Para que fosse possível compreender a realidade atual (horizontal) de Canguçu, foi feita a decomposição (vertical) de sua história em quatro períodos, os quais foram marcados por atividades econômicas que contribuíram para a produção do espaço urbano. A extensão das periodizações foi definida levando em conta as transformações na economia do município, o que justifica haver algumas mais longas e outras mais curtas.

As periodizações propostas são as seguintes:

- A importância da localização estratégica de Canguçu (1756-1899)

Neste período, Canguçu apresentava um núcleo urbano incipiente e o comércio na cidade era pequeno. O município era local estratégico para as lutas entre Portugal e Espanha e a criação da cidade de Canguçu era de interesse geopolítico para consolidar a posse do território. De 1783 a 1788, no Canguçu Velho, funcionou a Real Feitoria do Linhocânhamo do Rincão do Canguçu, onde eram produzidos linho e estopa para vestir os escravos e onde, também, havia um início de agricultura com a produção de milho, feijão, abóbora e mandioca. A base da economia no município, entretanto, era a pecuária, sendo a agricultura uma atividade econômica secundária. Após a chegada dos colonizadores açorianos, o trigo foi o produto cultivado que, contudo, logo perdeu espaço para a pecuária devido à demanda das charqueadas de Pelotas. Bento (2007, p.33) diz que “a pecuária teve grande impulso nos campos adjacentes aos atuais locais de Canguçu e Canguçu Velho, tendo seu rebanho em 1788, apesar do elevado desfrute, atingido 3.031 bovinos e 105 cavalares e muares”.

- A chegada dos imigrantes pomeranos (1900-1919)

No início do século XX começaram a chegar em Canguçu os primeiros imigrantes pomeranos. De acordo com a EMB (Enciclopédia dos Municípios Brasileiros) de 1958:

Ao iniciar-se o século XX, o município, que tinha parte considerável de terras ainda não aproveitadas, recebe contingentes de colonos – chegam alemães, que se instalam em duas colônias distintas, em 1906 e em 1912; surgem também por esta época, elementos italianos, que se vieram reunir a outros estabelecidos anteriormente.

No entanto, foram os imigrantes pomeranos que se destacaram no município e desenvolveram a agricultura. Blank (2005, p.6) explica de onde vieram esses imigrantes.

A origem desta etnia no município, atribui-se à expansão populacional que ocorreu na colônia particular de São Lourenço, que apresentou escassez de terras nos lotes iniciais para as gerações futuras dos imigrantes. Desta forma, a procura por novas propriedades conduziu grupos de descendentes alemães a áreas vizinhas e, como Canguçu se encontra nos limites próximos a esta colônia, resultou como atrativo dos mesmos este município.

Nessa época havia carreteiros que viajavam a Pelotas levando produtos como trigo e couro e retornavam com mantimentos para abastecer as casas comerciais do meio rural. Tais casas tinham a importante função de suprir as necessidades básicas dos moradores, já que não havia meios de transportes rápidos e eficazes para que os habitantes pudessem, seguidamente, fazer compras na sede do município.

- A agricultura consolida-se como a base econômica do município (1920-1999)

A chegada dos imigrantes ao município causou transformações na economia local. Em contraste com os descendentes açorianos, que possuíam bastantes terras e se dedicavam principalmente a pecuária, os imigrantes pomeranos tinham uma numerosa família, poucas terras e experiência na agricultura. Em 1958, a EMB mencionou o desenvolvimento que a agricultura vinha apresentando no município.

Produzindo atualmente mais de 20 mil toneladas de batata-inglesa, de milho e de trigo, e mais de mil de arroz, cebola, cana-de-açúcar e feijão, Cangussu tem desenvolvido notavelmente sua agricultura, que recebeu fomento especial desde que, em 1948, foi concluído o trecho de linha férrea Pelotas-Cangussu.

Embora tenha predominado a policultura no município, ao longo das décadas de 1970-1980 a produção de pêssego se destacou para atender a necessidade de matéria-prima das indústrias conserveiras de Pelotas. O trigo e o milho foram outros produtos bastante cultivados em Canguçu.

- A presença do fumo e a transformação da agricultura em Canguçu (2000-2010)

Nesta periodização, que é o centro da pesquisa, houve um desenvolvimento da produção de tabaco em Canguçu que passou a ser a principal atividade agrícola geradora de riqueza para o município. Aproveitando o vazio deixado pela decadência do mercado consumidor de pêssego, as empresas fumageiras perceberam em Canguçu o local adequado para expandir a sua produção, pois, no município, predomina o minifúndio e a mão-de-obra familiar. Segundo o ITEPA (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria), em Canguçu no ano de 2000 foram plantados 3.800 hectares de fumo com uma produção de 8.360 toneladas e, em 2006, foram plantados 11.366 hectares com 25.005 toneladas. Essa transformação na base econômica de Canguçu propiciou um aumento na renda dos pequenos agricultores que, com maior poder aquisitivo, passaram a consumir mais no comércio da sede. Como consequência, houve um desenvolvimento sem precedentes no comércio local. Enquanto em 1999 havia 783 comércios formais em todo o município, em 2009 este número havia aumentado para 1268.

O capítulo quatro retoma a quarta periodização e discute a situação atual do comércio do município com o auxílio da pesquisa de campo, em que foram entrevistados: comerciantes, gerentes de banco, o Prefeito Municipal, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a presidenta da ACICAN.

Para a análise, também foram utilizados dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil), ACICAN (Associação do Comércio, Indústria e Serviços de Canguçu), SindiTabaco, ITEPA (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria), IPO (Instituto Pesquisas de Opinião), INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) Secretaria Municipal da Agricultura e Secretaria Municipal do Turismo, Indústria e Comércio. Dessa forma, foi possível ter uma visão real do problema que possibilitou relacionar a teoria e o empírico para obter as conclusões expostas no capítulo cinco.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

2.1 O Espaço Urbano: Produção sob o Capitalismo

O espaço urbano recria continuamente as condições para a reprodução do capital. É um lugar de aproximações e concentração onde converge a indústria, as matérias-primas, os meios de circulação, a força de trabalho, o exército industrial de reserva e as pessoas consideradas como consumidoras. No espaço urbano se dá a divisão social do trabalho que forma um elo na divisão espacial do trabalho na totalidade do espaço, tanto em nível local como regional, nacional ou internacional. Embora a concentração que ocorre no espaço urbano tenha um forte aspecto econômico, Carlos (1994, p.84) esclarece que “o espaço urbano aparece como concentração através da cidade; esta é uma das condições históricas necessárias ao seu aparecimento, que transcende o meramente econômico”.

A autora deixa claro que o urbano é um produto do processo de produção num determinado momento histórico e não diz respeito somente ao aspecto econômico, mas inclui aspectos sociais, políticos, ideológicos e jurídicos que se articulam na totalidade da formação econômica e social. “O urbano é mais que um modo de produzir, é também um modo de consumir, pensar, sentir; enfim, é um modo de vida.” (CARLOS, 1994, p.84). Gottdiener (1997) concorda que o espaço urbano é o local em que atualmente se dá a acumulação do capital e é onde se estimula o consumo, porém sugere que é necessário ir além do marxismo vulgar e “redefinir o que os marxistas entendem por relações de produção e ver que elas são ao mesmo tempo econômicas, políticas e culturais.” (GOTTDIENER, 1997, p.206).

Na cidade se dá a apropriação do espaço urbano produzido expresso através do uso do solo urbano que, no caso capitalista, é determinado pelo processo de troca que se efetua no mercado. No Feudalismo a posse da terra significava poder, porém não representava dinheiro, pois não era vendável. Na perspectiva capitalista, contudo, além do solo ser uma propriedade privada que pode ser comprada com o salário adquirido com a venda da força de trabalho, é uma mercadoria que pode ser negociada e produzida para que aumente seu valor no mercado. “Este processo tem por característica fundamental produzir um produto que é fruto do processo de trabalho considerado como processo de valorização, que seja mercadoria e que se realize através do mercado.” (CARLOS, 1994, p.85). A autora explica que o espaço urbano “possui um valor de uso e de troca específicos: como produto do processo, ele é mercadoria, como condição para produção, é capital fixo.” O capitalismo, atualmente, depende da produção e consumo do espaço para a sua continuidade e passa a ter com o espaço uma relação dialética. Botelho (2007, p.21) corrobora afirmando que “a relação entre o espaço (sua produção, vivência, percepção, concepção e conceituação) e o modo capitalista de produção deve ser vista, porém como uma via de mão dupla(...)”.

O espaço, considerado como solo, pode desempenhar várias funções: pode ser usado tanto como capital fixo para a produção, ser uma mercadoria, um objeto de consumo ou, ainda, um local para habitar ou viver. Gottdiener (1997, p.104) explica porque o investimento em terra é sempre atrativo mesmo nos momentos de crise no seu ciclo de valorização. O autor diz que o valor de uma terra urbana não se dá apenas por sua localização, pois mesmo uma terra marginal sempre apresentará uma renda positiva diferente de zero. O seu valor se dá, também, pelo fato da terra ser passível de uma produção social tanto econômica como cultural ou política e ser adaptável a diferentes objetivos.

Apesar das flutuações dos retornos financeiros dos bens imóveis, sempre se pode orientar a propriedade para outros usos e, potencialmente, fazer parecer um investimento lucrativo. Este potencial é que é uma função do espaço social e constitui um valor produzido socialmente; assim, o investimento na terra é atraente, mesmo em tempos difíceis. (GOTTDIENER, 1997, p.184)

Ao mesmo tempo em que o espaço é uma produção social é, igualmente, condição para a sua reprodução e, dessa forma, a história tem uma dimensão espacial.

Carlos (1994, p.85) defende que “o urbano, como produto da produção e reprodução dos seres humanos, é produto histórico, ao mesmo tempo em que é realidade presente e imediata.” Por esse motivo, a história é muito importante, pois além de nos dar base para planejarmos o futuro nos faz compreender os processos que contribuíram para o espaço atual ser da maneira que se apresenta. Embora interessante, o passado é imutável, ao contrário do presente e do futuro. Devido a isso, Capel afirma que “lo que queremos es, pues, una geografía histórica para entender el pasado, para organizar mejor el presente, y para construir el futuro.” (2009, p.2). O conhecimento do processo histórico da produção do espaço, portanto, tem muito a contribuir para a construção do futuro do espaço urbano.

Levando em conta a importância do processo histórico, reconhece-se a utilidade do método regressivo-progressivo de Henri Lefèbvre, descrito por Martins (1996), no qual é feito um reconhecimento de uma “dupla complexidade da realidade social: horizontal e vertical”. Inicialmente é realizada uma descrição do visível, analisando o presente. “A complexidade horizontal da vida social pode e deve ser reconhecida na descrição do visível. Cabe ao pesquisador reconstituir, a partir de um olhar teoricamente informado, a diversidade das relações sociais, identificando e descrevendo o que se vê.” (MARTINS, 1996, p.21). É, então, feita apenas a descrição do presente sem buscar identificar o tempo de cada relação social. Posteriormente é feita a análise vertical, ou seja, uma regressão ao passado buscando identificar a “coexistência de relações sociais que tem datas desiguais.” (MARTINS, 1996, p.21). O tempo deve ser periodizado em fases e as relações sociais precisam ser datadas a fim de que se torne claro que a coexistência delas no tempo atual traz ocultas as suas origens em processos diferentes do passado.

Martins (1996, p.21) afirma que, ao fazermos a análise vertical, “a realidade é analisada, decomposta (...). Cada relação tem sua idade e sua data, cada elemento da cultura material e espiritual também tem a sua data.” O autor comenta que “o que no primeiro momento parecia simultâneo é descoberto agora como remanescente de época específica.” (Martins, 1996, p.21). No terceiro momento (histórico – genético), ocorre uma volta ao presente, porém este agora será “elucidado, compreendido, explicado”, ou seja, “a volta a superfície fenomênica da realidade social elucidada o

percebido pelo concebido teoricamente e define as condições e possibilidades do vivido” (Martins, 1996, p.22). Com base no que já foi analisado, são refletidas as contradições das diferentes temporalidades e “as possibilidades que ainda não se cumpriram.” (Martins, 1996, p.22). Cachinho (2002, p.399) também contribui ao dizer que “o espaço tal como o tempo é indissociável das práticas sociais, não só lhe serve de suporte e contexto como através da textualidade participa na sua produção”.

Analisarmos o processo histórico pode ser muito útil para compreendermos o presente, pois a história e o presente estão muito mais vinculados do que às vezes se considera uma vez que o presente é apenas uma prolongação do passado. Os limites entre passado e presente e presente e futuro são imprecisos e efêmeros, pois o hoje já é história amanhã. E é a partir do presente que devemos estudar o passado, pois “solo a partir del conocimiento del presente se pueden explorar aquellas zonas del pasado que contienen enseñanzas útiles para los hombres de hoy” (CAPEL, 2009, p.21) e, assim, fazer interpretações sobre a relevância de acontecimentos passados às vezes aparentemente sem importância, mas que podem ter muito a contribuir para a compreensão dos fenômenos da atualidade se bem interpretados. O conhecimento da história dos processos que contribuíram para a formação do espaço atual possibilita prever “escenarios posibles que permiten pensar en las tendencias existentes y como éstas puede configurarse en el futuro.” (CAPEL, 2009, p.29).

Capel esclarece que atualmente estamos imaginando o futuro de uma maneira muito mais pessimista da que imaginávamos no passado, pois a maioria das pessoas duvida que o futuro seja melhor do que o presente por causa dos problemas sociais, políticos e ambientais que vem se agravando ultimamente. As percepções racionais do futuro têm mudado ao longo do tempo: da pré-história até o século XVII, o futuro era visto como semelhante ao presente; entre 1700 a 1950, com o impacto da Revolução Industrial e a difusão do capitalismo e da democracia, o futuro era visto de maneira otimista. Porém, hoje o futuro tem sido visto de forma negativa – certos acontecimentos contribuíram para essa visão: Hiroshima, Chernobyl, a desintegração e o caos da antiga URSS, a monopolização do mundo ocidental e a inquietação nas cidades. As ideias que se tem sobre o futuro, bem como as diferentes culturas e idades, são fatores que afetam os estudos e previsões do que ocorrerá no mundo.

(...) los historiadores que están acostumbrados a mirar con atención las interrelaciones que existían en el pasado, a entender que ninguno de los caminos posibles era inevitable, y que había algunos que eran improbables, posiblemente están en condiciones de mirar prudentemente al futuro, de examinar qué transformaciones imperceptibles se están produciendo en este momento, qué consecuencias pueden tener, y que cambios cataclísmicos se perciben en el horizonte; y pueden contribuir a señalar qué acciones deberían realizarse para evitar los futuros indeseables. También pueden, como el buen periodista, explicar por qué se equivocaron, y porqué lo que sucedió tenía que ocurrir – al igual que les sucede a los que se dedican a los estudios del futuro, que no pueden anticiparlo, pero una vez que ese futuro ha llegado podrán explicar por qué era inevitable. (CAPEL, 2009, p.33)

O pesquisador que quer prever as possibilidades do futuro deve ser um grande observador de sua época além de estar atento às tendências existentes e basear-se em dados e não apenas fazer simples especulações sobre o porvir. Pensar historicamente implica pensar em processos de mudanças; é muito difícil conseguir detectar regularidades e descobrir leis na história, pois sempre teremos acontecimentos inesperados. “Los sucesos históricos son únicos y excepcionales, no se dan más que en un tiempo y un lugar dado, y no se repiten en otro tiempo y lugar de la misma manera.” (CAPEL, 2009, p.35). Muitos historiadores têm insistido no quão difícil é fazer previsões, pois em um sistema social há muitas variáveis e seus possíveis comportamentos são quase infinitos. Além disso, cada sociedade tem a especificidade de produzir espaços ímpares, resultando impossível estabelecer leis e previsões exatas para antever esta produção. Mesmo sabendo da dificuldade de fazer previsões futuras, Capel (2009) defende que os historiadores não deveriam apenas estudar o passado e relatar a história que está sendo construída no presente e sim usar os seus conhecimentos para fazer previsões sobre o futuro próximo, que está ao nosso alcance, e intervir de alguma maneira. No passado, não havia uma evolução única e inevitável, ou seja, havia muitas que eram potencialmente possíveis. Os pesquisadores que conseguirem perceber essa evolução estarão preparados para olhar para o futuro, pois no presente temos vários caminhos para chegarmos ao futuro e, inclusive, dentro de um mesmo caminho temos várias alternativas. As coisas têm mudado muito, porém a essência do homem continua a mesma, ver como no passado enfrentavam os problemas que tinham pode nos auxiliar a enfrentar os problemas no futuro. “Quien controla el pasado controla el futuro, quien controla el presente controla el pasado.” (CAPEL, 2009, p.39). Capel sugere que talvez este seja o momento em que os

historiadores urbanos se atrevam a falar do futuro das cidades e em ajudá-las a se direcionar para certas evoluções e evitar outras. Precisamos de uma história que não se detenha apenas ao passado, visto não ser possível mudá-lo, e que dê atenção ao futuro, que é onde residem as oportunidades de transformação. “La historia debería ayudar el planeamiento, a partir del conocimiento de la génesis de las estructuras espaciales y sus tendencias de desarrollo.” (CAPEL, 2009, p.42). O autor destaca que “el futuro está abierto: depende de lo que hagamos ahora y de lo que se haga en cada momento del futuro.” (CAPEL, 2009, p.50).

Quaini (1979, p.49) diz que “não existem, portanto, leis abstratas e imutáveis nem para o mundo nem para o mundo natural (...)”. No entanto, embora exista possibilidade de mudança que vise uma produção do espaço mais justa, ela se torna muito difícil, pois o modo de produção capitalista se apropria de tudo de maneira aparentemente “natural” ocultando que é um processo histórico. Assim, a terra, o modo de fazer, os pontos turísticos e inclusive as pessoas, entre outros, passam a ser vistos sob a lógica da mercadoria. No sistema capitalista há o objetivo permanente de acumulação, seja através do lucro do capital, da renda da terra ou da mais-valia advinda do trabalho. Nesse sistema, a produção, a distribuição e a troca formam uma totalidade e o mais importante não é o ganho, mas o ato de ganhar. Assim, o ganhar deve ser permanente e crescente, pois o estável significa decadência.

O capitalismo é uma abstração que não tem um rosto ou um local específico onde possa ser localizado, está espalhado e domina as relações sociais de produção. Todavia ele está indo mais além e invadindo outras esferas, ocorrendo a “penetração das relações sociais capitalistas em quase toda a esfera da vida cotidiana, ajudada pelo Estado e com o envolvimento da co-modificação daquelas formas culturais antes tradicionais, como a família, a saúde, a educação, etc.” (GOTTDIENER, 1997, p.208). Quando o Estado intervém na produção do espaço, geralmente atua de forma aliada ao capitalismo reforçando as desigualdades, como explica Gottdiener (1997, p.112) a partir da concepção de Lefèbvre.

(...) o Estado não só intervém no espaço, mas ajuda a produzi-lo. Cria um “espaço abstrato” mediante práticas intelectuais e burocráticas como planejamento urbano, que se torna então uma estrutura administrativa de controle social disposta contra os usos do espaço pela classe trabalhadora na vida cotidiana.

Da mesma forma, Martins (1999, p.22) crê que a política é conivente com o sistema econômico e dá sustentação ao capitalismo. “(...) o político está presente ali, na vida econômica, nas fundações da sociedade, atuando para preservar e perpetuar as separações, para permitir que as Coisas sigam operando “naturalmente” como se tivessem adquirido o estatuto de sujeito”.

Carlos (1994) explica como se definem as localizações, muitas vezes injustas, no espaço urbano sob o sistema capitalista.

No caso do lugar dedicado à atividade produtiva, a diminuição dos custos de produção será a coordenada principal a ser seguida; no caso da atividade comercial, o acesso ao mercado; no caso da circulação, as vias rápidas que tendem a eliminar o processo de desvalorização do capital, diminuindo cada vez mais o tempo de percurso; no que se refere aos serviços, determinados tipos tenderão a localizar-se em áreas próximas aos centros de negócios, outros nas radiais, outros ainda em zonas específicas. Finalmente o uso residencial será determinado pelo papel que cada indivíduo ocupará (direta ou indiretamente) no processo de produção geral da sociedade e, conseqüentemente, de acordo com o lugar na distribuição da riqueza gerada. (CARLOS, 1994, p.86)

Ocorre uma competição pelo uso do solo urbano e quem detém maior poder aquisitivo vence a concorrência e consegue as melhores localizações de acordo com seus objetivos. “O uso do solo urbano será disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre indivíduos e usos.” (CARLOS, 1994, p.86). A paisagem urbana expressa, em sua aparência, o quanto de capital tem acumulado em sua produção e qual classe social detém a posse de cada espaço.

Como é uma condição para a produção, o solo deixa de ter apenas valor de uso e adquire valor de troca, em que o preço é a expressão desse valor. “Para se ter acesso a um pedaço de terra é necessário pagar-se por ele (através da venda ou do aluguel) pelo fato de que, na sociedade atual, o uso é produto das formas de apropriação (que tem na propriedade privada sua instância jurídica).” (CARLOS, 1994, p.87). A autora também afirma que é

(...) o monopólio de certas pessoas que está pressuposto na propriedade e que dá a estas o direito de dispor de determinadas parcelas do espaço geográfico como esferas privadas, excluindo os demais e determinando como tal parcela será utilizada e qual classe social que irá desfrutá-la. (CARLOS, 1994, p.87)

Essa apropriação diferenciada do espaço provoca uma segregação das classes sociais, que tem como expressão máxima o gueto.

O caso limite, o último resultado é o gueto. Observemos que há vários guetos e tipos de gueto: os dos judeus e os dos negros, mas também os dos intelectuais ou dos operários. A seu modo, os bairros residenciais são guetos; as pessoas de alta posição, devida às rendas ou ao poder, vêm a se isolar em guetos de riqueza. O lazer tem seus guetos. Lá onde uma ação preparada tentou reunir as camadas sociais e as classes, uma decantação espontânea logo as separou. (LEFEBVRE, 2001, p.98)

A prática caminha na direção da segregação e, dessa forma, as classes de maior renda habitam as áreas mais centrais e, portanto, melhores em relação à acessibilidade, ou as abandonam para as classes menos favorecidas e vão residir em bairros nobres e afastados do centro. Quando a vida nas áreas centrais começa a se tornar inabitável, devido a problemas derivados da concentração, como poluição, congestionamento, barulho, etc., a população de baixa renda (os desfavorecidos) mora na periferia, ou seja, em áreas distantes do centro da cidade ou longe do local de trabalho. Em grande parte tais áreas não são propícias à moradia e tornam-se, geralmente, locais com grande criminalidade, pois a maioria da população residente desses locais é desempregada ou vive de biscates, tendo que lutar através de meios ilícitos pela sobrevivência. Grande parte da população urbana possui o nível de vida bastante baixo enquanto uma minoria possui renda alta e condições dignas de vida, em que dispõe de mais serviços do que a maioria da população. Assim, embora possa ser presenciada por todos, a qualidade de vida nas cidades continua a ser um privilégio de poucos, induzindo a criminalidade para aqueles que não podem adquirir os benefícios existentes nos centros urbanos de forma lícita e isolando os “ganhadores”.

Os que detêm o poder econômico, ou seja, os que dominam os meios de produção, escolhem as melhores localizações para viver seja em bairros arborizados ou, às vezes, em condomínios exclusivos e fechados, em que sobram para as classes menos privilegiadas apenas os locais pouco valorizados e pobres em investimentos de infraestrutura, onde seu reduzido dinheiro possa comprar. Clark (1991, p.221), baseado na teoria marxista, diz que “o valor de troca do solo e a propriedade do solo estão determinados pelo poder de competição”. Os que têm maiores rendimentos vencem a competição, adquirindo o solo urbano mais conveniente e tendo mais possibilidades de escolha. “(...) aqueles com os mais altos rendimentos teriam maior escolha, enquanto os de baixo rendimento pegam qualquer espaço que sobrou, quando todos já exerceram a sua escolha”.

Enquanto na Europa as pessoas valorizam mais o valor de uso da residência, podendo morar em uma casa por vários anos sem fazer questão de ser o(a) dono(a), na América o habitar está primeiramente ligado à propriedade e depois ao uso. Segundo Gottdiener (1997, p.99), a posse da casa própria é uma forma de controle social, pois a “indução de um segmento da classe trabalhadora à posse de propriedade divide os trabalhadores em duas frações: aqueles que podem pagar o custo de uma casa e aqueles que não o podem.” Aqueles que conseguem adquirir um imóvel passam a constituir “uma classe social independente das condições relacionadas com o trabalho” (Gottdiener, 1997, p.168), pois ademais da casa própria sempre se valorizar, sendo a única mercadoria que tem mais valor quando usada do que nova, pode vir a se tornar uma fonte de renda através do aluguel ou da venda. Gottdiener (1997, p. 219) esclarece que

(...) o valor da terra urbana é um produto social que pode ser explorado por qualquer um. Assim, qualquer indivíduo, independentemente de classe, pode potencialmente participar das atividades do setor da propriedade, pois a terra é uma mercadoria que pode ser convertida em muitas formas de valor de troca e, em contraste com quase qualquer outra mercadoria, com o tempo tem seu valor de troca elevado porque as relações capitalistas exigem que a terra seja cara.

Os melhores locais acabam pertencendo a poucos que têm condições de pagar por eles. Estes, posteriormente, buscam maximizar o lucro do seu investimento, alugando com preços altos aos que não podem comprar. “(...) o aluguel manipulado e prescrito socialmente é que determina o uso” (CLARK, 1991, p.222). Os proprietários nivelam o valor dos aluguéis, criando novamente um padrão ordenado e concêntrico do uso do solo, fazendo com que quem tenha maior poder aquisitivo, alugue os melhores locais. “Se os aluguéis são fixados num alto nível, então o solo estará restrito aos usos comerciais. Igualmente, se os aluguéis são baixos, os usos residenciais chegarão a se estabelecer” (CLARK, 1991, p.222). Essa afirmação comprova a tendência do comércio na área urbana concentrar-se no centro, onde os imóveis têm valor mais elevado e há maior especulação imobiliária – no nosso caso de estudo não irá fugir a regra. De acordo com Villaça (1998, p.142) “(...) a segregação é um processo segundo o qual, diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões ou conjuntos de bairros (...)”. A segregação do espaço está fortemente ligada à divisão do trabalho, pois quem possui os melhores empregos ou

possui um lucrativo negócio acaba vencendo a competição imobiliária. Carlos (1994, p.89) resume dizendo que “é o processo de reprodução do capital que vai indicar os modos de ocupação do espaço pela sociedade, baseados nos mecanismos de apropriação privada”. Lefèbvre (2008, p.121) expõe sua visão negativa a respeito dessa realidade. “A separação e a segregação rompem a relação, pois constituem por si sós uma ordem totalitária, que tem por objetivo estratégico quebrar a totalidade concreta, espedaçar o urbano.”

Lefèbvre (2001, p.65) propõe três categorias para analisar a realidade espacial: forma, estrutura e função. As categorias mencionadas formam uma tríade que não pode ser isolada e serve para analisar qualquer espaço.

A forma corresponde aproximativamente ao momento comunicável, portanto ao percebido. A função se cumpre se efetua ou não; ela corresponde ao vivido em um espaço de representação. A estrutura se concebe: ela implica uma representação do espaço. (LEFEBVRE, 1974, p.425 apud MARTINS, 2004, p.38)

A forma geralmente é o primeiro contato com o objeto. Ela corresponde ao reencontro e a simultaneidade de tudo que está no espaço, o que se produz. É a produção feita a partir da natureza e da sociedade através de cooperação e conflitos. A interpretação do espaço apenas através da sua forma não é possível, já que há estruturas e funções contidas nesta. Martins (2004, p.39) ao referir-se a forma, diz que “geralmente sua utilização implica a descrição de contornos, de volumes, de simetrias”.

A função corresponde ao espaço vivido, em que novas funções estão constantemente permeando as funções já existentes.

A função de um espaço geográfico esta ligada as conseqüências da existência e ação de pessoas e objetos, que mudam conforme as oscilações engendradas ao espaço. A função pode estar ligada a programas estatais ou privados, coletivos ou particulares que acabam se impondo ou se permeando às funções existentes. (MARTINS, 2004, p.39)

A outra categoria de análise do espaço é a estrutura.

(...) a estrutura se refere à disposição de elementos que no conjunto tomam uma forma, e que são vitais para a funcionalidade de um espaço. Ela corresponde à natureza social e econômica existente num determinado momento para a sociedade. (MARTINS, 2004, p.40)

A estrutura combina unidades elementares no seio de um conjunto: exige de um lado o todo e de outro as unidades. Martins (2004, p.40 apud LEFEBVRE, 2001,

p.109) salienta a importância de analisar o espaço sem privilegiar nenhuma das três categorias, visto que estes conceitos teóricos formam um todo.

Conhecer o alcance deles, suas áreas de validez, seus limites e suas relações recíprocas – saber que eles formam um todo, mas que os elementos desse todo têm uma certa independência e uma autonomia relativa – não privilegiar nenhum deles, fato que dá origem a uma ideologia, isto é, um sistema dogmático e fechado de significações: o estruturalismo, o formalismo, o funcionalismo. Utilizá-los alternadamente em pé de igualdade, para a análise do real (análise que não é nunca exaustiva e sem resíduos) bem como para a operação dita “transdução”. Compreender que uma função pode se realizar através de estruturas diferentes, que não existe ligação unívoca entre os termos. Que função e estrutura se revestem de formas que as revelam e que as ocultam – que a triplicidade desses aspectos constitui um “todo” que é mais que esses aspectos, elementos e partes.

No método progressivo-regressivo de Henri Lefèbvre há uma constante contraposição entre um ir e vir, uma ordem próxima e uma ordem distante presentes na vida cotidiana. Limonad (2003) explica a concepção de Lefèbvre sobre a ordem próxima e a ordem distante, em que a distância não é somente considerada do ponto de vista da quantidade, mas também da qualidade.

(...) o próximo e o distante na obra de Lefèbvre não seriam dimensões numéricas, quantitativas. Que em termos do tempo significariam duração e do espaço, distâncias materiais, escalas cartográficas, correlações físicas restritas ao assim chamado mundo material. Ao contrário, de um ponto de vista filosófico, que busca uma abordagem unitária da realidade, o próximo e o distante na obra de Lefèbvre referem-se não a quantidades, mas a qualidades. Qualidades que expressam diferenças em termos de escalas, esferas e formas de representação e (re)produção do espaço social – que representam uma retomada da contradição latente entre o valor de uso e o valor de troca, entre a apropriação social, o vivido e a dominação, o concebido. Entre o hegemônico e o não-hegemônico. Contra a subsunção do espaço absoluto pelo espaço abstrato do capitalismo. (LIMONAD, 2003, p.22)

O próximo e o distante são analisados de forma dialética por Lefèbvre que os vê como partes de um todo e como espaços de vida. Segundo Limonad (2003), o “próximo” é o atual/imediato, ou seja, o real. Já o “distante” pode ter diferentes significados. Por exemplo, em muitos momentos o que parece ser próximo não é e, em outros, percebemos como mais próximo que o próprio próximo o que é algo distante, pois nos sentimos familiarizados. A ordem próxima e a ordem distante estão presentes no nosso cotidiano e podemos percebê-las inclusive no comércio local e no comércio das grandes redes.

Lefèbvre (2008, p.82) entende a cidade como

(...) uma intermediação entre uma ordem próxima e uma ordem distante. A ordem próxima é aquela do campo circundante que a cidade domina, organiza, explora extorquindo-lhe sobre trabalho. A ordem distante é a da sociedade no seu conjunto (escravista, feudal, capitalista, etc.). Enquanto mediação, a cidade também é o local onde as contradições da sociedade considerada se manifestam, como, por exemplo, aquelas entre o poder político e os diferentes grupos sobre os quais esse poder se estabelece”.

A cidade teve um papel muito importante no desenvolvimento das civilizações e, na década de 1960, começou-se a tomar consciência da sua importância em relação às mudanças econômicas e sociais. Lefèbvre explica que a cidade nem sempre foi da maneira que conhecemos hoje. Ao longo do tempo, ela foi sofrendo transformações históricas que não ocorreram no mesmo ritmo em todos os lugares. O autor explica que a cidade inicialmente teve um caráter político.

Quem povoava essa cidade política? Sacerdotes e guerreiros, príncipes, “nobres”, chefes militares. Mas também administradores, escribas. A cidade política não pode ser concebida sem a escrita: documentos, ordens, inventários, cobranças de taxas. Ela é inteiramente ordem e ordenação, poder. (LEFEBVRE, 2008, p.19)

A cidade política administrava protegia e explorava um vasto território dirigindo trabalhos agrícolas e reinando sobre aldeias, era a centralização do poder. O monarca era o dono das terras que a rodeavam, porém quem detinha a posse era o povo mediante o pagamento de tributos. Embora houvesse comércio na cidade política, e este se fortalecesse ao longo do tempo, ele não era considerado importante para a economia e os comerciantes eram excluídos, pois “ela sente-se, sabe-se ameaçada pelo mercado, pela mercadoria, pelos comerciantes, por sua forma de propriedade (a propriedade mobiliária, movente por definição: o dinheiro)” (LEFEBVRE, 2008, p.20)

Todavia, mesmo o comércio levando séculos para fortalecer-se e integrar-se à cidade, chega um ponto em que a cidade política vai se tornando comercial e já se podia ver ao redor da praça a proliferação de estabelecimentos comerciais, que a cada dia acumulava mais capital. “O espaço urbano torna-se o lugar do encontro das coisas e das pessoas, da troca. Ele se ornamenta dos signos dessa liberdade conquistada, que parece a Liberdade.” (LEFEBVRE, 2008, p.20) Assim, a ordem se inverte e o poder sai do campo e vai para a cidade, fazendo o campo perder seu papel e ser apenas algo a circundar a cidade, onde agora é o centro da vida. “As pessoas da aldeia? Segundo

sua própria maneira de ver deixam de trabalhar para os senhores territoriais. Produzem para a cidade, para o mercado urbano.” (LEFEBVRE, 2008, p.21).

A necessidade de uma produção em grande escala pressupõe, como decorrência, a venda em grande escala, portanto, a venda ao comerciante e não ao consumidor diretamente. A atividade produtora necessita de um setor de distribuição da mercadoria e o comércio se desenvolve, cada vez mais, à medida que se desenvolve a produção capitalista. (CARLOS, 1994, p.93)

Desse modo, a realidade urbana já começa a instalar-se entre o ser humano e a natureza e, assim, o homem gradativamente se afasta dela. “As pessoas que refletem não mais se vêem na natureza, mundo atormentado por forças tenebrosas.” (LEFEBVRE, 2008, p.22)

A cidade comercial precede a cidade industrial e, da mesma forma que a cidade política, oferece resistência às transformações que foram aos poucos se tornando evidentes.

(...) as primeiras indústrias modernas surgem nos campos é, em última análise, um aspecto do processo de subordinação dos campos à cidade. Através da inserção do campo na produção de valores de troca, o capital subordina progressivamente todo o território a si mesmo, aos seus centros urbanos de poder e acumulação. (QUAINI, 2008, p.113)

Atraída pela mão-de-obra abundante e outros benefícios presentes na concentração, a indústria anteriormente ligada a não cidade vai apoderando-se da urbe. “Se ela aproxima-se das cidades, é para aproximar-se dos capitais e dos capitalistas, dos mercados e de uma abundante mão-de-obra, mantida a baixo preço.” (LEFEBVRE, 2008, p.23). Quando a cidade atingiu este patamar, chegou-se a uma zona crítica em que ocorreu a implosão-explosão do urbano.

Nesse momento, a implosão-explosão produz todas as suas conseqüências. O crescimento da produção industrial superpõe-se ao crescimento das trocas comerciais e as multiplica. (...) A compra e a venda, a mercadoria e o mercado, o dinheiro e o capital parecem varrer os obstáculos. (LEFEBVRE, 2008, p.24)

Na fase crítica a concentração urbana atinge limites assustadores, há aumento no êxodo rural, extensão do tecido urbano e uma subordinação completa do agrário ao urbano.

A implosão – explosão (metáfora emprestada da física nuclear), ou seja, a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamentos) na realidade urbana, e a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites, etc.) (LEFEBVRE, 2008, p.24)

Nesse processo, a cidade deixa de estar circunscrita aos limites da cidade e torna-se um modo de vida, ou seja, a realidade urbana torna-se total e generalizada. Lefèbvre (2008, p.77) é categórico ao afirmar que “(...) a velha separação cidade-campo está a caminho da desapareição”.

O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano” não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nesta acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano. (LEFEBVRE, 2008, p.15)

A publicidade torna-se uma grande aliada ao “criar necessidades” com a finalidade de induzir ao consumo, que é ideologicamente apresentado como um condutor à felicidade.

Apesar da cidade nunca ter apresentado tanto acesso à informação e tantos benefícios “compráveis”, nesta sociedade dita urbana há uma homogeneidade dos espaços e dos pensamentos, ocorrendo um empobrecimento cultural. Dessa forma, são poucos os que têm efetivamente o direito à cidade. “Habitar” a cidade não se restringe apenas ao “morar”, ao deslocar-se da casa ao trabalho e ter o acesso ao consumo, pois o homem também sente “necessidade de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis), necessidades de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas.” (LEFEBVRE, 2001, p.105). Cansado da cidade e do produto que habita, tornada também uma mercadoria que objetiva sanar as necessidades humanas, o homem busca, nostálgico, nas antigas cidades obras que tenham esses direitos perdidos. O autor afirma que

(...) a cidade antiga, o uso e o valor de uso ainda definem o emprego do tempo. Nas formas tradicionais da cidade, a troca e o valor de troca ainda não romperam todas as barreiras, nem se apoderaram de todas as modalidades do uso. É nesse sentido que as cidades antigas são e permanecem obras, e não produtos. (LEFEBVRE, 2008, p.83)

O capital não se apoderou totalmente da cidade obra, porém Lefèbvre ressalta que no contexto sócio-espacial que estamos vivendo, a reivindicação pelo direito a cidade é bem mais ambiciosa. “O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como o direito à vida urbana, transformada, renovada.” (LEFEBVRE, 2001, p.118). Enquanto as cidades produtos tendem a tornarem-se parecidas e apresentarem

um espaço homogêneo, as cidades obras ainda resistem carregadas de história. E, embora nas cidades produtos sejam feitas cópias da cidade obra, o seu *glamour* histórico é inimitável. Todavia o capitalismo não se dá por vencido e torna o turismo nessas cidades também uma mercadoria. “(...) As pessoas se precipitam em direção às ruínas das cidades antigas a fim de consumi-las turisticamente, acreditando assim curar a saudade que sentem.” (LEFEBVRE, 2001, p.101). Algumas cidades produto ainda conservam resquícios da antiga cidade obra que não tinha o objetivo de ser unicamente funcional, mas também um monumento, pois na cidade obra “o espaço não é apenas organizado e instituído. Ele também é modelado, apropriado por este ou aquele grupo, segundo suas exigências, sua ética e sua estética, ou seja, sua ideologia.” (LEFEBVRE, 2008, p.82).

No seu processo histórico, o ser humano foi desenvolvendo tecnologias que “revelam o comportamento ativo do homem em relação à natureza” (QUAINI, 1979, p.70), e assim produzem o seu espaço e afastam-se gradativamente da natureza. Carlos (1994, p.254) diz que “há uma necessária identidade entre o produzido pelo homem e a natureza que se perde no processo histórico”. O homem não se reconhece em sua produção e tal separação causa a desarmonia do homem com a natureza. Carlos (1994, p.254) afirma que

a cidade é a expressão mais contundente do processo de produção da humanidade, sob o desenvolvimento da reprodução das relações capitalistas. Na cidade a separação homem-natureza e a atomização das relações, desigualdade social, se mostram de forma eloqüente.

Portanto, o espaço geográfico urbano deve ser analisado de maneira que exponha as contradições intrínsecas do modo de produção capitalista presente no seu processo histórico. Assim, poderemos perceber a sua essência construída com base na dominação-subordinação, que muitas vezes é passada despercebida quando analisamos apenas a sua aparência.

2.2 A importância da agricultura para a economia urbana

O espaço urbano necessita de capital para ser produzido. No presente trabalho pretende-se correlacionar o desenvolvimento da agricultura fumageira, no município de

Canguçu, com o crescimento do comércio e as conseqüentes transformações espaciais perceptíveis, principalmente, as ocorridas na área central da cidade, onde ocorre a maioria das transações comerciais. A produção de tabaco causou um aumento no poder aquisitivo dos moradores do meio rural. Essa condição permitiu que esses agricultores passassem a se deslocar para a sede do município com o desejo de consumir os produtos oferecidos pelo comércio e, também, com meios financeiros para adquiri-los. Os comerciantes, ao perceberem que os agricultores possuíam poder de compra, passaram a ampliar e a diversificar a oferta de produtos com intuito de suprir não apenas as necessidades dos consumidores, mas também satisfazer os desejos criados pela publicidade. O aumento do universo de consumidores não só mobilizou pessoas de outros ramos a se aventurarem como comerciantes (como, por exemplo, revendedores de automóveis) como também fez Canguçu tornar-se um mercado atrativo também para algumas grandes redes que abriram filiais na cidade.

Essa dinamização do comércio se reflete na produção da espacialidade, pois o espaço passa a se produzir e reproduzir em função da dinâmica do capital, ou seja, prédios são reformados e ampliados e casas de moradia são substituídas por salões comerciais. Enfim, o espaço passa a ser produzido com o capital gerado para servir de sustentáculo para a reprodução deste mesmo capital, num crescente progresso que se torna visível na paisagem.

2.2.1. Precedentes na produção do tabaco em território brasileiro

A posse da terra no Brasil tem influenciado nas formas predominantes de agricultura. No início da colonização, o objetivo de garantir a posse das terras recém-conquistadas, juntamente com a meta de explorá-las ao máximo, fez o governo português dividir a parte que lhe cabia no Tratado de Tordesilhas em Capitãias Hereditárias. Este sistema permitia que os donatários tivessem a posse hereditária das terras através de uma carta de doação e, também, de uma carta foral, que definia os direitos e deveres dos donatários relativos à exploração da terra. A maioria das capitãias hereditárias não logrou êxito, porém foi o ponto de partida de uma estrutura

agrária latifundiária que perdura até hoje na maior parte do Brasil, sendo as grandes lavouras monocultoras muito propícias.

Com as Capitânicas Hereditárias, Portugal iniciou a implantação da grande lavoura açucareira e a agricultura passou a desempenhar um importante papel no desenvolvimento do país, pois além de garantir a ocupação do território, proporcionou a geração de lucrativo produto agrícola para a exportação. Devido a isso, a monocultura sempre foi mais incentivada pelo governo em detrimento da policultura de subsistência, pois esta fica restrita ao mercado interno e não gera grande retorno financeiro ao país.

A primeira monocultura existente no Brasil, que predominou a partir do século XVII, foi a cana-de-açúcar, cultivada em longas faixas do litoral brasileiro baseada no trabalho escravo. Além de ser utilizada para a produção de açúcar, a cana-de-açúcar serviu de matéria-prima para a produção de rapadura, de melado e de aguardente. Prado Jr. (1999, p.147) esclarece que “além do açúcar, extrai-se também da cana a aguardente. É um subproduto de largo consumo no País, e que se exporta para as costas da África onde servia no escambo de escravos.” A monocultura da cana-de-açúcar era considerada complexa e dispendiosa, sendo necessários para o seu funcionamento, além de inúmeros escravos, muitas construções e instalações que, inclusive, utilizavam equipamentos desenvolvidos em Portugal para facilitar o seu beneficiamento. Segundo Cotrim (1997, p.40) “a cana-de-açúcar já era cultivada pelos portugueses nas ilhas da Madeira e no arquipélago de Açores” e, portanto, estes se sentiam seguros em investir na empresa açucareira no Brasil.

Já a monocultura do algodão, que se destacou no período colonial a fim de abastecer a indústria têxtil europeia, era mais simples e menos dispendiosa podendo ser praticada por lavradores modestos. Cultivado nos territórios dos atuais estados de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, o algodão teve uma influência relevante no desenvolvimento do Maranhão. Prado Jr. (1999, p.152) explica que a cultura do algodão “ao contrário do açúcar, ela quase nada exige além da cultura propriamente; seu benefício se limita à separação do caroço e ao enfardamento, operações simples que não exigem senão instalações sumárias(...)”. Todavia, mesmo sendo uma cultura adaptável a proprietários de terra mais carentes, o cultivo de algodão foi explorado de maneira semelhante à cana-de-açúcar.

A terceira grande lavoura brasileira foi a do tabaco, que surgiu no Brasil no século XVII e teve grande importância no mercado externo, sendo exportada principalmente para a África no escambo de escravos. Prado Jr. (1999, p.153) mostra a importância que a monocultura do tabaco teve nesse período ao escrever que “a exportação do tabaco só perderá para o algodão o segundo lugar que ocupava depois do açúcar, nos últimos anos do século XVIII”. Embora tenha se espalhado pela colônia, a grande produção se concentrou principalmente na Bahia e em Sergipe e, em menor quantidade, no Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo. Prado Jr. conta que a região produtora de tabaco de maior destaque é o Sul de Minas (Aiuruoca, Carrancas, Baependi e Pouso Alto). O autor conta que nesses locais “a riqueza dos proprietários é avaliada pelos seus pés de tabaco, e alguns há que chegam a 60.000.” (PRADO JR., 1999, p.154). A cultura do tabaco precisa de uma atenção maior do que a cultura da cana-de-açúcar e do algodão, necessitando de um maior número de trabalhadores envolvidos diretamente no processo. Prado Jr. (1999, p.154), menciona os cuidados necessários ao seu cultivo: “Emprega-se o adubo, caso único, durante o crescimento, cerca-se a planta de vários cuidados especiais, como a transplantação, proteção contra insolação excessiva, podas repetidas e periódicas, catação de lagartas (...)”. Devido a essa grande atenção que o tabaco necessita, o seu cultivo torna-se difícil em latifúndio sendo mais adequado para pequenos agricultores que tem condições de realizar o beneficiamento manualmente.

Para o autor, outros produtos agrícolas também foram produzidos no Brasil, todavia em menor escala como, por exemplo, o cacau, o arroz e o anil. A agricultura de subsistência, ou seja, a manutenção e o consumo da própria colônia, não teve grande destaque. Os produtos exportados também eram consumidos localmente e havia casos de plantação de milho entre a plantação de algodão e de mandioca entre os canaviais, produção de arroz e feijão, além de pequenas plantações realizadas por escravos e auxiliares de vaqueiros. Houve momentos em que a alta dos preços dos produtos exportáveis estimulou de tal forma a produção da monocultura que os cultivos alimentares ficaram completamente abandonados surgindo fome, escassez e carestia de alimentos, sendo sempre os pobres que sentem mais os efeitos.

Heredia (2009) menciona que os camponeses moradores de áreas da *plantation* açucareira, no estado de Alagoas, foram submetidos a vários mecanismos de expropriação na década de 1970, época em que houve grande expansão do cultivo da cana. Segundo grandes plantadores de cana, eles apenas se apropriaram de terras sem donos e improdutivas para expandir seus negócios, porém os pequenos agricultores argumentam que nesse processo muitos foram “expulsos” dos tabuleiros onde viviam, e desenvolviam a agricultura familiar, e poucos conseguiram resistir na agricultura.

No Brasil, desde o início da colonização houve a coexistência de cultivos e produtores diversos. Próximo às grandes plantações e aos engenhos, sempre houve pequenos agricultores familiares que cultivavam produtos alimentícios nas terras menos férteis, conhecido como “cultura de pobres”. Nos engenhos, as terras estavam divididas conforme o seu uso, tendo uma parte destinada ao cultivo da cana, outra parte a locais de residência, outra à criação de gado, parte para reserva e, ainda, uma dedicada ao cultivo dos trabalhadores, onde eram produzidos meios de subsistência inclusive para os senhores do engenho. Os pequenos agricultores viviam em sítios limítrofes a grande propriedade monocultora, em áreas consideradas impróprias para o cultivo da cana. Heredia (2009, p.70) afirma que “era o povo dos sítios que, por intermédio das feiras, contribuía para o abastecimento do engenho com os bens que produziam e o engenho consumia”.

Os senhores de engenho exerciam uma dominação indireta sobre o povo dos sítios, através do controle das terras. Por se situarem fora da propriedade do engenho, vários senhores tentavam exercer essa dominação causando uma disputa, em que cada senhor se esforçava com o intuito de atrair os pequenos agricultores para si. Alguns chegavam a conceder terras dentro da sua propriedade para os agricultores cultivarem e morarem, se quisessem, pagando um arrendamento simbólico. A boa relação com o senhor de engenho permitia aos agricultores cultivar cana em sociedade ou possuir uma engenhoca (engenho de rapadura) com máquinas velhas não mais necessitadas pelo engenho que então as vendia. Nos anos 50 houve uma grande transformação, pois com a invenção de produtos químicos, os tabuleiros onde viviam os pequenos agricultores passaram, também, a ser considerados próprios para o cultivo da

cana. Assim, deram-se início a expansão canavieira e a prática de mecanismos para a expropriação das áreas ocupadas pelos agricultores familiares.

Heredia (2009, p.59) explica qual é a principal origem das terras dos pequenos agricultores que viviam próximos aos engenhos ao escrever que “as terras dos pequenos produtores parecem ter tido origem nas sucessivas fragmentações, sobretudo em consequência de partilhas por herança de grandes propriedades.” Alguns dos pequenos agricultores eram legalmente donos de suas terras e outros eram posseiros. Os que eram legalmente proprietários da terra foram seduzidos por propostas vantajosas de compra e acabaram vendendo para comprar terras em outro lugar ou migraram para as cidades. Já os posseiros, por não ter a documentação que comprovava a posse, venderam ao grande proprietário com medo de vir a perdê-la. Embora grande parte desses agricultores não tivesse a intenção de desfazer-se da sua propriedade, não lhe restou alternativa, pois se viram “cercados” pela cana ou impedidos de fazer a “queima” por haver plantação de cana próxima e obrigaram-se a vender, arrendar ou cultivar cana como os proprietários dos engenhos. Todavia, Heredia (2009, p.66) deixa claro que “ainda que sofridos, nem todos os deslocamentos impostos aos grupos camponeses ao longo da história brasileira do avanço da agricultura dominante desenvolvida pelos grandes proprietários rurais implica expropriação”, ou seja, muitos pequenos agricultores continuaram resistindo na agricultura e não abriram mão da posse de sua propriedade.

A conquista da América pelos europeus rompeu com o modo de vida dos nativos e, dessa forma, foi imposta uma nova maneira de relacionar-se com a natureza. Enquanto os nativos preocupavam-se apenas em extrair da terra o suficiente para a sobrevivência, os europeus, frutos de um processo civilizatório diferente, tinham a intenção de explorar a terra a fim de acumular capital. Daí o interesse de cultivar grandes lavouras monocultoras que não visava atender as necessidades da população local, mas sim ao mercado externo.

2.2.2 A história do tabaco no Rio Grande do Sul

No Brasil, o tabaco já existia antes da chegada dos europeus. Segundo Etges (1991, p.40), a hipótese mais provável, de Jean Batiste Nardi, é que “a planta tenha

nascido nos vales orientais dos Andes bolivianos e se difundido no atual território brasileiro através das migrações indígenas, sobretudo Tupy-Guarani”. Na cultura indígena, o tabaco tinha uma conotação mítica e tinha, inicialmente, o uso reservado aos pajés. Porém, quando os europeus chegaram ao Brasil, o seu uso já estava bastante difundido entre os índios. “Quando da chegada dos europeus, o fumo era de uso comum nas tribos indígenas e cultivado em toda a costa brasileira. Depois de um século da chegada de Cristóvão Colombo, o fumo passou a ser conhecido e usado em todo mundo.” (ETGES, 1991, p. 41).

Quanto a sua difusão na Europa, a ideia mais aceita é a de que Jean Nicot, embaixador da França em Portugal (1559-1561), foi quem teria o enviado a rainha de Médicis em 1560 com a finalidade de curar sua enxaqueca. Logo, “a rainha começou a pitar e imediatamente foi imitada pelos nobres de sua corte européia, dando início ao mercado do fumo em pó.” (ETGES, p.41). O fumo foi inicialmente obtido através do sistema de trocas com os índios. Todavia, em 1570, colonos portugueses perceberam que poderiam ganhar muito dinheiro comercializando o tabaco e, assim, passaram a “cultivá-lo sob a iniciativa de alguns comerciantes portugueses que queriam abastecer o mercado europeu e enriquecer, visto o aumento da procura do produto.” (ETGES, 1991, p. 43). Desde o início o cultivo do tabaco teve a característica de ser cultivado em pequenas extensões de terra e requerer muita mão-de-obra.

Ao contrário da cana-de-açúcar, cultivada em grande escala, o fumo desde o começo era plantado por colonos, os moradores e lavradores, em áreas reduzidas. Foi na faixa litorânea entre Salvador e Recife, e, sobretudo nos arredores de Cachoeira, no Recôncavo Baiano, que surgiram as roças de fumo. (ETGES, 1991, p.43)

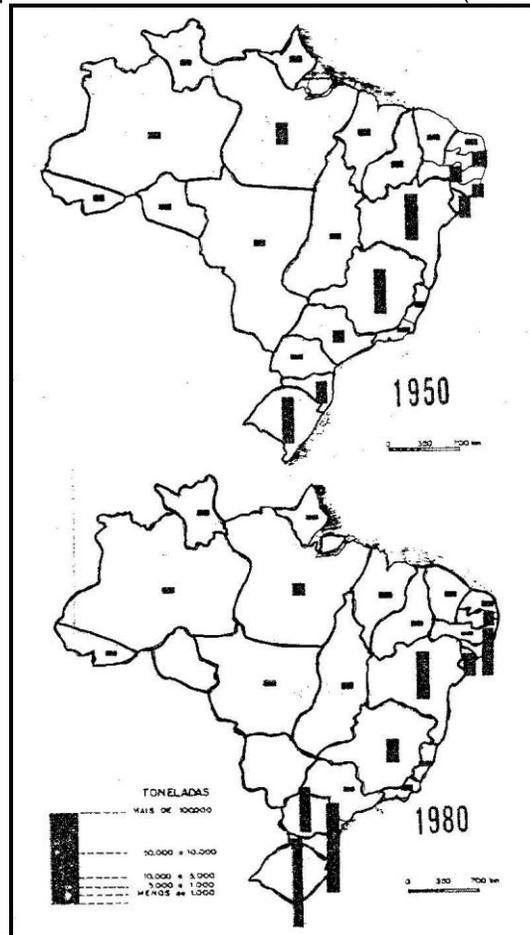
No Rio Grande do Sul, o fumo chegou mais tarde. Etges (1991, p. 44) explica que o tabaco começou a ser cultivado “no Rio Grande do Sul com a chegada dos imigrantes europeus, particularmente nas colônias de São Leopoldo e de Santa Cruz.” A autora defende que o desenvolvimento da lavoura de fumo no sul do Brasil ocorreu devido à presença do imigrante alemão. Em 1930, os estados que mais produziam fumo no Brasil, a BA com 39.900 t e o RS com 30.340 t, já quase se igualavam em produção.

Enquanto a BA conservava sua cultura tradicional de fumos escuros para charuto, o RS especializava-se em fumos claros, particularmente o “virgínia”,

cada vez mais importantes na fabricação de cigarros, cuja indústria estava crescendo. Havia, também, diferenças quanto à tecnologia utilizada na produção: enquanto a BA continuava com a secagem ao sol e em galpões, o RS, desde 1920, especializava-se em novos métodos de secagem em estufa, o que favoreceu muito a qualidade do produto. (ETGES, 1991, p.46)

A figura seis mostra o crescimento que houve da fumicultura no sul do país entre 1950 e 1980.

Figura 6
A expansão da fumicultura no sul do Brasil (1950-1980)



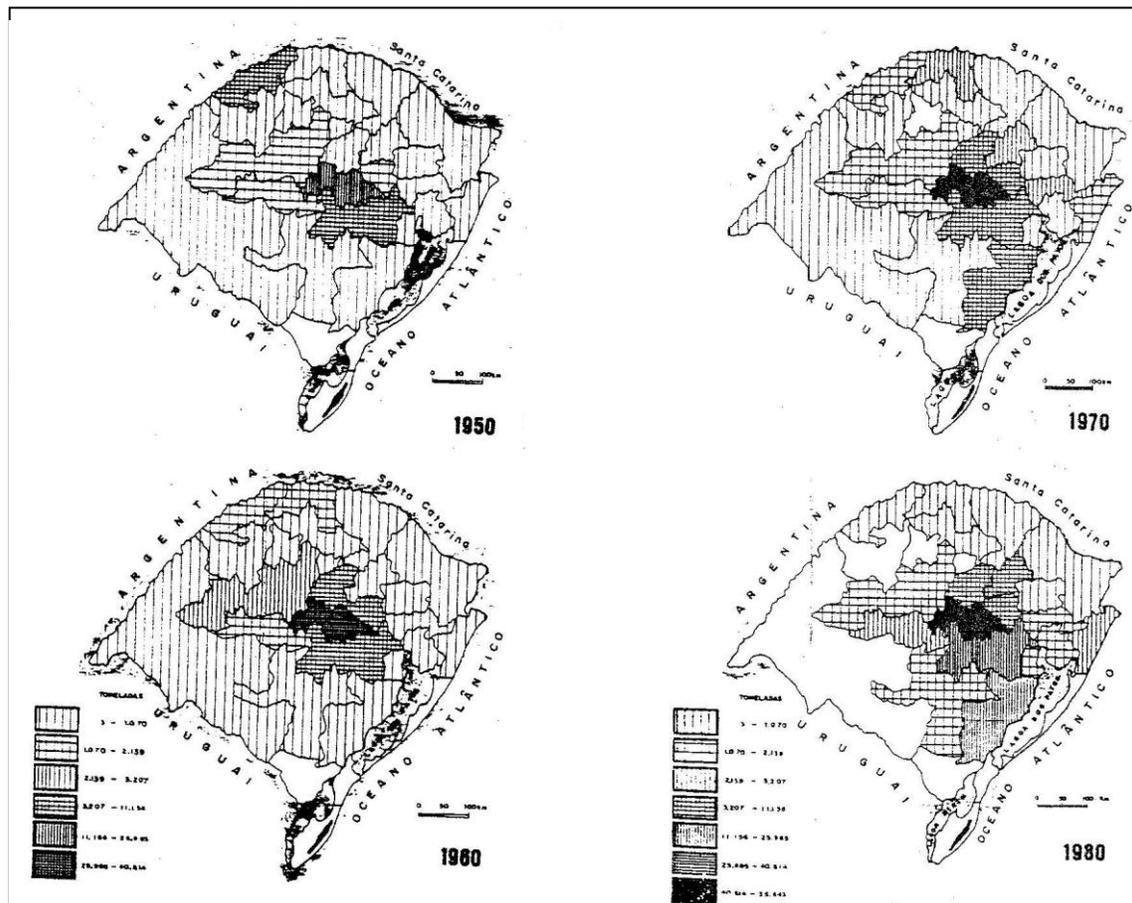
Fonte: Virginia Elisabeta Etges (1991).

A figura sete mostra que a concentração de fumo aconteceu predominantemente na microrregião de Santa Cruz do Sul a partir da década de 60. Dessa maneira, a microrregião a qual pertence Canguçu, que em 1950 e 1060 se enquadrava na faixa de 3 a 1.070 toneladas, também foi influenciada e, enquanto em

1970 passou para a faixa de 3.207 a 11.136 toneladas, em 1980 estava produzindo entre 11.194 a 25.985 toneladas. Etges (1991, p. 51) afirma que a

expansão e intensificação da fumicultura no Estado dá-se nas regiões de pequenas propriedades de produção familiar, na medida em que nestas existe a mão-de-obra necessária para este cultivo, ou seja, uma mão-de-obra requisitada intensamente durante parte do ano e, no restante do período, se ocupa com outras atividades, por exemplo, cultivando produtos necessários para a sua subsistência.

Figura 7
A expansão da fumicultura no Rio Grande do Sul (1950-1980)



Fonte: Virginia Elisabeta Etges (1991).

A autora justifica o fenômeno do aumento da produção de tabaco no Rio Grande do Sul, e a sua concentração na microrregião de Santa Cruz no Rio Grande do Sul entre 1950 a 1980, pelo fato deste ter se tornado uma cultura comercial. Ou seja, em 1950, embora já fosse produzido em todo o estado, tinha como objetivo o

autoconsumo. No entanto, a expansão do seu cultivo, nas décadas posteriores, visava à exportação.

O tabaco, como um produto primário, é uma fonte geradora de renda. O aumento do seu cultivo, motivado pela exportação, proporcionou que o poder aquisitivo dos agricultores fosse aumentado e, assim, houvesse uma transferência de renda do campo para a cidade, pois é principalmente no meio urbano que se encontra o comércio onde os produtos podem ser adquiridos.

2.3 As relações comerciais e a sociedade de consumo

No espaço urbano, o uso do solo propicia a produção e reprodução do capital e, segundo Carlos (1994, p.90), o uso do solo é também “vinculado à reprodução da sociedade, tanto da força de trabalho (exército industrial ativo, ou exército industrial de reserva), como da população em geral (consumidores).” Os consumidores são fundamentais para o capitalismo, pois toda a produção é destinada para atender as necessidades deles. A autora diz que “a sociedade urbana representaria hoje o quadro da vida, o conjunto das estruturas de instituições e práticas dos agentes, seria o reflexo do modo de produção capitalista e de seus imperativos (...), uma aglomeração em vista da produção.” (CARLOS, 1994, p.90). Com a produção realizada, basta somente seduzir o consumidor para que a adquira e, dessa maneira, o capitalismo segue a marcha desenfreada da sua reprodução.

O consumo passou a ser fortemente incentivado por intermédio de uma cultura de massa a partir da revolução industrial, pois quanto maior o consumo, mais se acelera o ciclo do capital, permitindo maiores lucros. O fenômeno do consumo se propagou a partir do século XX, quando o capitalismo adquiriu uma organização monopolista. O comércio como distribuidor de mercadorias se beneficia da cultura de massa, pois a cada novo lançamento os indivíduos são mobilizados a consumir para não se sentirem “excluídos”, sem sequer questionar-se se realmente estão necessitando daquele novo produto. Os meios de comunicação são aliados na criação da cultura de massa, pois

atuam na criação e posterior exploração dos sonhos que derivam dos símbolos imaginários vinculados ao consumo, maximizando-os e redimensionando para que as realidades que são diferentes para cada indivíduo se homogeneizem em função do consumo massificado. Com o objetivo de padronizar gostos, desejos e ambições, criam uma cultura de consumo totalmente artificializada e baseada na ilusão, na enganação, no blefe que vai sendo incorporado ao estilo de vida da atualidade. (SILVA, 2005, p.11)

A publicidade não apenas informa as vantagens do produto ao consumidor, mas também tem o objetivo de criar necessidades e desejos de consumo que antes não existiam. O publicitário não vende somente um produto, vende também o signo associado ao produto, ou seja, juntamente com o produto é comprada a felicidade cotidiana das personalidades olímpicas, por exemplo. Junto com o produto é vendido o signo de um cotidiano superior, supostamente capaz de levar o indivíduo a felicidade plena.

Pensando encontrar a felicidade plena ao consumir, o indivíduo se depara com um mal estar, pois “consumir o satisfaz e não o satisfaz, o consumo não é felicidade. O bem-estar e o conforto não bastam para trazer alegria. Ele se enche de tédio.” (LEFEBVRE, 1991, p.104) A ideologia do consumo dá a sensação de que possuindo dinheiro pode-se comprar qualquer coisa, ou seja, faz sentir um poder quase ilimitado. A opressão do cotidiano padronizado e submetido à ideologia do consumo também provoca um efeito semelhante em quem está no outro extremo da sociedade.

O mais significativo é a recusa oposta pelos grupos minoritários, mas sempre renovados, de “jovens”, a essa sociedade. Recusa total, global, sem esperança, sem futuro, absoluta, sempre recomeçada. Os grupos que recusam desdobram-se, como se sabe, em violentos e não violentos. A recusa supõe uma tentativa de sair do cotidiano e procurar uma outra vida que seja obra, apropriação. Essa “outra vida” é experimentada de diversas maneiras: vagabundagem drogas, signo de adesão e de cumplicidade, etc. (LEFEBVRE, 1991, p.102)

A publicidade se encarrega de induzir ao consumismo garantindo, assim, a reprodução do capital e “ganha a importância de uma ideologia. É a ideologia da mercadoria, que substitui o que foi filosofia, moral, religião, estética” (LEFEBVRE, 1991, p.117). Ao ter o acesso ao consumo, o indivíduo se sente livre, porém estamos diante de apenas uma ideia aparente de liberdade.

Você está em casa, diante da lareira, que é povoada pela telinha (...) e alguém se ocupa de você. Esse alguém lhe diz como viver melhor: o que deve comer e beber, como vestir-se e mobiliar a casa, como habitar. E aí você está programado. Salvo neste ponto: sobra a você a tarefa de escolher entre todas

estas coisas boas, e o ato de consumir continua sendo uma estrutura permanente. (LEFEBVRE, 1991, p.117)

Assim, as necessidades, o consumo e os comportamentos se tornam padronizados enquanto tudo se torna mercadoria, contanto que se encontrem quem venda e quem compre.

A sociedade de consumo, num mundo globalizado, torna-se cada vez mais hegemônica e produz e reproduz práticas, valores e discursos que consolidam o ter/consumir como modelo de bem estar social e realização pessoal (status). Inclusive na cidadania (inclusão social) o sistema desta ideologia prega uma pseudo liberdade cuja manifestação é contraditória “libertos sob o jugo do consumo.” (SILVA, 2005, p.11)

Segundo Marx (apud Limonad, 2003, p.17), “uma mercadoria é antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, provenham do estômago ou da fantasia.” O autor considera as necessidades do espírito tão reais quanto as necessidades do corpo. No entanto, o desejo encontra um fim em si mesmo e, quando se realiza, deixa de ser desejo e novamente surge a ânsia por algo ainda não alcançado. “(...) o desejo morre na satisfação e depois renasce de suas cinzas.” (LEFEBVRE, 1991, p.128). Em relação às mercadorias, essas se tornam rapidamente obsoletas e logo são trocadas pela novidade, mesmo que ainda apresentem condições de uso. Para acelerar o ciclo do capital “é preciso que as necessidades envelheçam e que jovens necessidades as substituam. É a estratégia do desejo!(...) A obsolescência, ideologia e prática, encara o efêmero apenas como método para tornar o cotidiano rentável.” (LEFEBVRE, 1991, p.91)

Alienadas, as pessoas tendem a consumir mais e mais, movidas por uma insatisfação que se renova cada vez que saciada.

A necessidade se compara a um vazio, mas bem definido, a um oco bem delimitado. O consumo e o consumidor enchem esse vazio, ocupam esse oco. É a saturação. Logo que atingida, a satisfação é solicitada pelos mesmos dispositivos que engendraram a saturação. Para que a necessidade se torne rentável, é estimulada de novo(...) (LEFEBVRE, 1991, p.89)

Assim, há uma sensação de mal estar, pois a satisfação não traz a esperada felicidade e sim somente um vazio de sentido em que as pessoas não se sentem importantes por suas qualidades, mas pelo que possuem visto que quem paga recebe um tratamento diferenciado. Se, antes, um nobre perdia a sua fortuna continuava sendo tratado de maneira distinta, pois mesmo pobre era um nobre. No entanto, atualmente,

se alguém tem condições financeiras ninguém questiona sua origem ao dar-lhe acesso ao que o dinheiro pode comprar e, por isso, é tratado com consideração, embora somente enquanto possua dinheiro.

Na sociedade houve uma passagem da escassez à abundância. Bens considerados raros, como o pão, se tornam abundantes e bens que antes havia em abundância se tornam novas raridades.

As antigas raridades foram o pão, os meios de subsistência, etc. (...) E agora, não em todos os países, mas virtualmente à escala planetária, há uma produção abundante desses bens; não obstante, as novas raridades, em torno das quais há luta intensa, emergem: a água, o ar, a luz, o espaço. (LEFEBVRE, 2008, p.66).

Até o lazer, antes geralmente gratuito, se torna uma mercadoria a ser consumida e que, embora aparentemente pareça ser “livre” independente do trabalho, nada mais é do que um período de recuperação para retornar a produção. Ao não se reconhecer mais na sua produção, o lazer é visto pelo homem como uma fuga das obrigações sem sentido para a sua vida e, por consequência, as férias se tornam o centro das preocupações.

Lefèbvre também alerta sobre fenômenos novos que vêm surgindo na sociedade em relação ao emprego do tempo:

Classificam-se as horas (do dia, da semana, do mês, do ano) em três categorias, a saber: o tempo obrigatório (o do trabalho profissional), o tempo livre (o dos lazes), o tempo imposto (o das exigências diversas fora do trabalho, como transporte, idas e vindas, formalidades, etc.) (LEFEBVRE, 1991, p.61)

Ao fim, todos os empregos do tempo, seja direta ou indiretamente, se vinculam ao mundo do trabalho. O homem tem a sensação de que tempo é dinheiro e acelera ainda mais o seu ritmo de vida.

O tempo, bem supremo, mercadoria suprema, se vende e se compra: tempo de trabalho, tempo de consumo, de lazer, de percurso, etc.. Ele se organiza em função do trabalho produtivo e da reprodução das relações de produção na cotidianidade. O tempo “perdido” não o é para todo mundo, pois é preciso pagar caro por ele. (LEFEBVRE, 2008, p.50)

Lefèbvre, ao analisar essa sociedade “escrava” do consumo, a denomina de “sociedade burocrática de consumo dirigido.” Devido à homogeneização dos pensamentos, hábitos, comportamentos, objetivos e consumo dos mesmos objetos torna-se uma sociedade muito pobre culturalmente.

A sociedade de consumo supervaloriza a escrita, visto que a palavra dada perdeu o seu valor. A escrita, então, passa a ser o fundamento do terror que significa se “enjaular” nos comportamentos ditados e esperados pela sociedade de consumo, que homogeneíza a todos, não deixando espaço para a criatividade, a obra e as singularidades humanas. “Opressiva e não violenta, a escrita ou mais exatamente a coisa escrita, é o fundamento do terror” (LEFEBVRE, 1991, p.164). Ao explicar a importância que a escrita representa para a nossa sociedade, Lefèbvre (1991, p.164) diz:

Seria necessário sublinhar que a escrita é também o fundamento e o ponto de partida para aquisições inumeráveis? Juntamente com a lei ela estabelece a inteligibilidade. Com a recorrência, ela constitui a reflexão e a racionalidade. Com a sabedoria adquirida, definitiva e definida, ela permite a acumulação (dos conhecimentos, das técnicas) e a memória social. Como condição da arte e do conhecimento, ela permite a organização social e a civilização. Com o trabalho social e a divisão do trabalho, melhor dizendo: com base nisso, ela foi superestrutura primordial, antes mesmo que houvesse ideologias.

O modo de vida da sociedade urbana se proliferou além dos limites das cidades e, aos poucos, foi interferindo e transformando os hábitos dos habitantes do meio rural até chegar a uma sociedade urbana total, uma vez que todos o adotaram como um estilo de vida.

2.4 A importância do comércio para as cidades

A importância do comércio para a economia do mundo, e para o desenvolvimento das cidades no Ocidente, remonta ao período em que o Império Romano expandiu seus domínios pela Europa Ocidental. A cada cidade que dominava ou fundava, o Império Romano fortalecia a sua rede urbana e aumentava as transações comerciais.

Embora antes da constituição dos impérios, existissem transações comerciais entre sociedades politicamente independentes, é só a partir do momento em que a rede urbana está politicamente integrada, que o relacionamento vai aumentar. (SPÓSITO, 2008, p.22)

O comércio foi tão importante para o desenvolvimento das cidades que quando houve a queda do Império Romano, e a consequente desarticulação da rede urbana

causando o enfraquecimento do comércio, o poder político, social e econômico deslocou-se para o campo e apenas as cidades episcopais e os burgos permaneceram.

As cidades episcopais eram apenas

centros de administração eclesiástica, com papel econômico praticamente nulo, pois o pequeno mercado de abrangência apenas local, não poderia ser considerado como manifestação de um comércio efetivo. Tais cidades subsistiam às custas dos tributos recolhidos nos latifúndios pertencentes ao bispo e abades ali existentes. (SPÓSITO, 2008, p.28)

Já os burgos tinham função militar e

eram pontos fortificados, cercados por muralhas e rodeados por fossos, eram construídos sob as ordens dos senhores ou príncipes feudais, com o objetivo de servir de refúgio a eles e seus servos, e armazenamento de animais e alimentos, em caso de perigo. Abrigavam também, geralmente, uma igreja. (SPÓSITO, 2008, p.28)

Em ambos os tipos de cidade que sobreviveram às transformações, podia questionar-se se eram realmente cidades, pois perderam a maior parte das suas funções e deixaram de ser pontos de dominação. Assim, durante a Idade Média (477 d.C. – 1453 d.C.) com a desarticulação do comércio entre as cidades, estas perderam seu poder para o campo.

Quando os mercadores desapareceram e, portanto a população mundial deixou de existir, não houve mais compradores (...). Assim, a terra passa a ser a única fonte de subsistência e de condição da riqueza. A produção artesanal, antes localizada na cidade, volta a se fazer no campo, nos limites do feudo, garantindo que toda organização social do novo modo de produção esteja assentada na posse da terra. (SPÓSITO, 2008, p.27)

Porém, no final da Idade Média as cidades voltam a adquirir importância novamente graças ao comércio. Os burgos tornaram-se cidades comerciais e começaram a se desenvolver nas proximidades das rotas dos mercadores. Mesmo sendo cercados por altas muralhas, os burgos foram se expandindo para além de seus limites e aumentando seu poder econômico com o aumento populacional. Cotrim (2005, p.140) afirma que “a expansão do comércio e do artesanato foi acompanhada pelo crescimento social da burguesia, ou seja, da classe de homens de negócios que viviam nas cidades, livres dos laços feudais”.

O feudalismo entrou em crise por motivos econômicos, políticos e religiosos e aos poucos foi surgindo o sistema capitalista, que tem no meio urbano o contexto propício para o desenvolvimento econômico, fazendo com que as cidades adquirissem

poder novamente. Spósito (2008, p.30) declara que “a cidade nunca fora um espaço tão importante, e nem a urbanização um processo tão expressivo e extenso a nível mundial, como a partir do capitalismo.” Portanto, se o comércio por si só não é motivo para fundação de cidades, pode ser um dos dinamizadores de seu desenvolvimento.

Vasconcelos (1997) defende que as cidades coloniais brasileiras tiveram agentes modeladores, que contribuíram para a sua formação, distintos dos que atualmente modelam a cidade capitalista. O autor destaca como principais agentes modeladores deste período: a Igreja, as ordens leigas, o Estado, os agentes econômicos, a população e os agentes econômicos. Os comerciantes, juntamente com os financistas, os proprietários rurais e os artesões fizeram parte dos agentes econômicos. “Os comerciantes tinham importância fundamental nas cidades portuárias, sobretudo pelo seu papel de exportadores-importadores. Nas cidades interioranas tinham alguma importância naquelas que eram interpostos comerciais.” (VASCONCELOS, 1997, p.263). Assim, o autor comprova que as atividades comerciais influenciam na produção das cidades e reconhece a importância representada pelos comerciantes.

Heidrich (2000, p.113), ao fazer uma análise das atividades comerciais em nível de Rio Grande do Sul, afirma que no sul do estado os estabelecimentos comerciais tendem a ser de menor tamanho, devido a menor taxa de urbanização. “Comparativamente às demais regiões, no sul há menor número de cidades, em geral de maior porte e dispostas com maior distanciamento entre si.” (HEIDRICH, 2000, p.113). Essa realidade é resultado de uma adequação do sistema urbano ao setor primário, que apresenta menor densidade de pessoal ocupado por estabelecimento agropecuário. Heidrich (1997, p.118) também salienta a característica de que “o terciário do sul possui maior proporção em comércio do que em serviços.” O autor esclarece que o comércio não é uma atividade isolada, ou seja, depende das outras esferas da economia. “O bom desenvolvimento das atividades do seu segmento está diretamente relacionado ao que tanto o setor primário como o secundário produzem” (HEIDRICH, 1997, p.176), pois por si só o comércio não produz nada, ele apenas media as trocas. O comércio não será desenvolvido se não houver base econômica

sobre a qual ele possa atuar, pois para que alguém seja um consumidor é preciso que possua poder de compra.

2.5 A centralidade e as atividades comerciais

Villaça (1998) explica o desenvolvimento do espaço intra-urbano no Brasil e escreve sobre o valor simbólico do centro e as dinâmicas que formam as centralidades. O centro sempre esteve associado às camadas de alta renda e, mesmo quando a qualidade de vida no centro principal se torna deplorável fazendo com que os mais favorecidos passem a habitar em áreas afastadas, a centralidade costuma expandir-se em direção a eles. Lefèbvre (2008, p.108) argumenta que “descobrimos o essencial do fenômeno urbano na centralidade, (...) considerada com o movimento dialético que a constitui e a destrói, que a cria ou a estilhaça.” Lefèbvre (2001, p.130) também nos diz que “os comércios se densificam no centro, que atraí os comércios raros, os produtos e gêneros de luxo. Esta centralidade se instala com predileção nos antigos núcleos, nos espaços apropriados no decorrer da história anterior. ”.

O processo cíclico do capital tem na centralidade uma grande aliada, pois é onde ocorre em grande escala a distribuição das mercadorias aos consumidores.

A necessidade de uma produção em grande escala pressupõe, como decorrência, a venda em grande escala, portanto, a venda ao comerciante e não ao consumidor diretamente. A atividade produtora necessita de um setor de distribuição da mercadoria e o comércio se desenvolve, cada vez mais, à medida que se desenvolve a produção capitalista. (CARLOS, 1994, p.93)

Villaça (1998, p.237) argumenta que “o centro é centro porque ali estão o grande comércio(...)” Além de ter um valor simbólico, o centro tem uma grande importância para o desenvolvimento da economia de todo um município e é onde geralmente encontram-se os órgãos responsáveis pelas tomadas de decisões que afetam a todos os habitantes. Villaça (1998, p.241) também alega que, “por sua vez, o valor material é a fonte de seu valor simbólico. É a excepcional importância comunitária e social dos centros que faz com que eles passem a ser objeto de grande valorização simbólica.” Todavia, há um círculo vicioso na produção do centro, ou seja, o simbólico influencia no material e por sua vez o material também exerce influência no simbólico.

Campos Filho (2003, p.113), ao referir-se ao planejamento de uma cidade, diz que “atenção especial será dada às centralidades urbanas. Estas devem ser equacionadas como participando de um sistema de ofertas, de serviços e de comércio com diversas freqüências de demanda, desde a freqüência diária até muito ocasional.”.

Vieira (2002, p.236) explica que

o centro e o comércio estão indisfarçavelmente unidos. Apesar de todos os usos existentes concomitantemente é a existência do comércio que melhor representa a imagem do centro. É evidente que o centro é mais do que um centro comercial, não se qualifica apenas pelo comércio varejista, no entanto se perder a sua capacidade de atração enquanto lugar do comércio dificilmente consegue sobreviver.

Historicamente, o centro é o espaço da dominação das classes de maior renda e o local da cidade onde se tem mais acesso à infraestrutura, ao comércio varejista, aos serviços, etc.. Habitando no centro da cidade, além de estar mais bem protegidos em caso de ataque militar, os ricos tinham uma melhor qualidade de vida devido à boa localização. Vargas (2001, p.49) diz que “a atividade econômica apresenta um estreito relacionamento com o espaço que lhe dá suporte, criando o que chamamos de localização.” Segundo a autora, no comércio varejista a escolha da localização não é arbitrária, pois sempre visa aumentar a receita e diminuir os custos. Para atingir esses objetivos, o centro se torna a localização indicada, pois é onde se encontram as pessoas que têm maior poder aquisitivo e é onde há maior densidade populacional. Vargas (2001, p.63), com base em Richard Nelson, menciona alguns princípios básicos para a escolha da localização varejista:

- 1- Potencial da área→ Volumes de negócios que podem ser gerados
- 2- Acessibilidade→ Vias e meios de transporte
- 3- Potencial de crescimento→ Análise demográfica e de crescimento de renda
- 4- Interceptação de negócios→ Localização entre moradias e compras habituais
- 5- Atração cumulativa→ Compras comparadas, especializadas
- 6- Compatibilidade→ Compras associadas
- 7- Minimização de riscos de concorrência→ Identificação de locais de concorrência
- 8- Aspectos microeconômicos→ Custos de funcionamento

Assim, o centro é o local propício para a localização do comércio, pois reúne e oferece a maioria das condições necessárias para aumentar a diferença entre a receita e os custos.

O centro é uma construção histórica, é o local onde se dá o nó da circulação. Ele é um integrador e um dispersor ao mesmo tempo. No centro, podemos perceber diferentes temporalidades, pois geralmente foi nele que ocorreu o início da cidade. Assim, ele esteve presente em todas as fases da história da cidade e carrega vestígios de épocas passadas que podem ser percebidas na sua paisagem. No espaço do centro, o consumidor não vai apenas consumir mercadorias, mas consumir também o próprio centro. Além de ser um lugar onde se concentram pessoas, mercadorias, informações e conhecimentos, também é um lugar de espetáculo. “A imagem do centro pode ser vista então como um espetáculo, que se descola de sua realidade objetiva e material e passa a ter uma existência autônoma e independente” (VIEIRA, 2002, p.248). A imagem do centro é apropriada ideologicamente pela burguesia que exerce a dominação. “Transformada em espetáculo passa a ser uma representação, um simulacro da realidade.” (VIEIRA, 2002, p.248)

Na sociedade do espetáculo o “parecer” é mais importante que o “ser” e o “ter”. Dessa forma, o espaço produzido se afasta cada vez mais de sua origem e volta-se contra os seus criadores. Vieira (2002, p.248) afirma que “o espetáculo é uma outra face do capital, ou o equivalente geral abstrato de todas as mercadorias.” O que antes era vivido se transforma numa representação e as imagens se afastam dos objetos que lhe deram origem, perdendo a unidade, e se transformam em algo independente, ou seja, em um pseudomundo. Com isso, a imagem passa a ser instrumento da dominação.

A utilização destas imagens transforma a concepção que se tem da realidade haja vista que adquirem um status autônomo. É assim que a imagem pode ser utilizada como vetor de um interesse particular, incorporando os valores próprios de uma parcela de classe e repassados para a sociedade como sendo de todos. (VIEIRA, 2002, p.247)

Silva (2005, p.25) alerta para transformações que vêm ocorrendo no comércio a partir dos anos 60 e 70. A partir desse período, começou a se destacar a indústria dos serviços, que tem como característica empregar predominantemente mão-de-obra feminina com pagamento de salários mais baixos a esta parcela da população. Nesse

novo contexto, as mulheres cuja percentagem cresce a cada dia no mercado de trabalho seriam as novas exploradas do sistema capitalista enquanto no meio urbano “uma parcela da população masculina (...) passou, e está passando, para o exército de reserva do trabalho sem que isto apareça nas estatísticas do desemprego.” (BRAVERMAN, 1987, p.330). O autor explica o fenômeno:

À medida que o reservatório disponível de trabalho desempregado expande-se entre os homens por sua repulsão relativa da indústria e comércio, expandiu-se ainda mais entre as mulheres por sua crescente atração para a indústria e comércio. (BRAVERMAN, 1974, p.331)

Embora essas transformações tenham ocorrido e as mulheres, que antes não participavam do mercado de trabalho, venham gradativamente ocupando os postos de emprego enquanto os homens passam para o exército de reserva, a mesma lógica perversa continua. O exército de reserva no meio urbano estruturalmente não para de aumentar, tendo em vista que o capitalismo necessita de cada vez menos seres humanos trabalhando para a sua reprodução e a população cresce mais do que o número de empregos – exceção a conjunturas econômicas que estancam esse crescimento. Devido a isso, torna-se tão importante que sejam oferecidas ao homem do campo alternativas e condições para que ele permaneça produzindo e tendo uma boa qualidade de vida no meio rural, tanto pelo que produz como pelo inchaço de mão-de-obra nas cidades que tal migração pode representar, causando miséria, violência, desemprego, etc..

3 A FORMAÇÃO ESPACIAL DA CIDADE DE CANGUÇU: AGRICULTURA E COMÉRCIO EM UM MUNICÍPIO AINDA PREDOMINANTEMENTE RURAL

3.1 A importância da localização estratégica de Canguçu (1756-1899)

Segundo Bento (2007), os primeiros habitantes de Canguçu foram os índios Tapes, que deram origem a serra onde se localiza o município (Serra dos Tapes). Eles pertenciam a um grupo pequeno e seus descendentes acabaram extinguindo-se na localidade de Posto Branco, na década de 1930.

Entre 1756-1762, se estabeleceu a primeira estância em Canguçu localizada entre o rio Piratini e Vila Freire atual, que pertenceu a Luiz Francisco Marques de Souza.

Ela serviu de base dos guerrilheiros de Rafael Pinto Bandeira e aos Dragões do Rio Pardo para atuarem contra os espanhóis que dominavam a Vila de Rio Grande e a margem leste do Canal São Gonçalo de 1763-1776. Serviu de apoio à Comissão Demarcadora de Limites 1748-88 e foi abrigo de Bento Gonçalves ao final da guerra Farroupilha. Nela teve lugar, set. 1823, um combate de encontro entre as forças governistas e revolucionárias. O local era conhecido então como Atalaia (...) (BENTO, 2007, p.20)

Após a Guerra da Restauração do Rio Grande (1763-1777), quatro homens ganharam sesmarias onde atualmente é o território do município de Canguçu.

Trata-se do tenente-general Manoel Marques de Souza, que recebeu sesmaria no Cerro Pelado, no vale do Piratini; o capitão-mor e Coronel de Milícias Paulo Xavier Rodrigues Prates, na vertente canguçuense da Lagoa dos Patos e nascentes (nos arredores da atual cidade de Canguçu) dos rios Piratini e Camaquã; o capitão Simão Soares da Silva e Jerônimo Xavier de Azambuja. (BENTO, 2007, p.40)

Paulo Xavier Rodrigues Prates chegou a possuir mais de 4000 cabeças de gado e tinha outras duas estâncias além da de Canguçu. Mesmo as terras de Canguçu

já sendo pertencentes a grandes sesmeiros, eram ainda pouco povoadas. Depois que os espanhóis foram expulsos da Vila de Rio Grande, em 1º de abril de 1776, é que as terras pertencentes atualmente a Canguçu passaram ser habitadas ao longo do caminho histórico entre Rio Grande e Rio Pardo. O início desse povoamento se deu nas proximidades das vertentes do rio Piratini e da Lagoa dos Patos, a partir do Rio Grande e Povo Novo, e das vertentes do rio Camaquã, a partir de Rio Pardo. “A comissão de Demarcação do Tratado de Santo Ildefonso de 1777, ao percorrer o vale do rio Piratini até 1784, encontrou-o bastante habitado e ocupado por propriedades agrícolas e pecuárias.” (Bento, 2007, p.28).

Inicialmente, esses antigos combatentes não tinham licença para se apossarem das terras devolutas, porém, em 1º de abril de 1780, o governador Marcelino de Figueiredo convocou todos que desejassem legitimar terras ao sul do Jacuí.

Durante o ano de 1780 foram legitimadas dezenas de propriedades concedidas pelo Coronel Marcelino de Figueiredo, tenente-general Henrique Bohn, coronel Roncali e Rafael Pinto Bandeira. (BENTO, 2007, p.29)

Devido à abundância de terras, diversos combatentes que haviam participado da guerra de 1763-1777, desde os mais aos menos graduados, puderam legitimar terras. Antes de 1780, parte das terras, hoje pertencentes a Canguçu, era cultivada com trigo, sendo um dos principais produtores Antônio de Souza Mattos. No entanto, com a abertura dos portos em 1808, o trigo daqui começou a sofrer com a concorrência do trigo norte-americano e entrou em decadência. Em substituição ao trigo, em torno de 1780, a pecuária extensiva se desenvolveu, visto que havia muita procura de carne nas charqueadas de Pelotas.

No período compreendido entre “1780 e 1800 houve apreciável migração de origem açoriana para Canguçu, das localidades arenosas de Estreito, Mostardas, São José do Norte e de Povo Novo” (Bento, 2007, p.29). Além desses, vieram muitas pessoas da Colônia do Sacramento, que recentemente havia sido arrasada pelos espanhóis. Essas pessoas foram se deslocando para as terras de Canguçu em virtude das terras férteis, das condições de segurança e do comércio existentes ao longo do caminho histórico que ligava Rio Grande a Rio Pardo que cruzava pelas terras de Canguçu. “Aproveitando das condições de segurança e comércio existente ao longo

desse caminho histórico, alguns açorianos e outros povoadores foram se estabelecendo ao longo do mesmo”. (BENTO, 2007, p.18)

3.1.1 Canguçu como parte da fronteira entre Portugal e Espanha (1777-1801)

A Igreja (Católica) tinha tanta influência naquele período que era consultada e ouvida quando havia algum impasse político. Por exemplo, quando Cristóvão Colombo encontrou a América, em 1492, a Espanha procurou garantir o reconhecimento mundial de que era detentora da posse da terra então descoberta. Para isso, buscou intercessão do papa Alexandre VI que era, segundo Cotrim (1997, p.20), “a autoridade máxima para solucionar os conflitos internacionais entre reinos cristãos”.

Portugal sentiu-se injustiçado e reivindicou que fosse realizado um novo tratado, que o beneficiasse mais. Antes que houvesse uma guerra pela posse do “novo mundo”, Portugal e Espanha chegaram a um acordo assinando, assim, o Tratado de Tordesilhas, que passou a beneficiar um pouco mais Portugal visto que com a Bula Inter Coetera, Portugal não teria direito a praticamente nada da América.

Logo ficou provado que essas divisões ficariam apenas na teoria. O Tratado de Tordesilhas deixou de ser respeitado e, entre os séculos XVII e XVIII, os portugueses começaram a invadir o território espanhol e buscar formas de garantir a posse nos locais em que chegavam, pois holandeses, ingleses e franceses já estavam também cobiçando as terras brasileiras. Uma das principais formas de garantir a posse da terra era o grande incentivo à colonização, pois dessa forma se ocupava e se povoava o território.

Devido a isso, começaram as expedições portuguesas que, entre outras funções, trazia colonizadores para a América. Os primeiros colonizadores que vieram para o Brasil foram, na sua maioria, portugueses. Dentre eles, vieram fidalgos, militares, sacerdotes, degredados, criminosos, fugitivos, lavradores, artífices e artesões. Os fidalgos e militares tiveram preferência na doação de terras, sendo alguns escolhidos como donatários. Uma das atribuições dos donatários era “criar vilas e distribuir terras a quem desejasse cultivá-las” (COTRIM, 1997, p. 43) e “em nome da Coroa, Martin

Afonso distribuiu as primeiras sesmarias a colonos portugueses”. (MAGNOLI, OLIVEIRA, MENEGOTTO, 2001, p. 08)

Mesmo que o sistema de capitanias não tenha dado certo, contribuiu muito para a povoação do território, pois muitas vilas e cidades foram fundadas nas sesmarias para garantir a posse das terras e ao mesmo tempo servir de fortalezas na defesa contra os grupos indígenas e outros povos europeus que também disputavam a posse do Brasil.

Romero (2004, p.80) diz que:

A cidade latino-americana começou, na maioria das vezes, sendo um forte. E não podia ser de outra maneira, visto que os conquistadores, além dos imensos e insuspeitos obstáculos naturais, tinham de enfrentar a hostilidade das populações indígenas e as lutas entre eles mesmos pela posse de certas regiões em disputa.

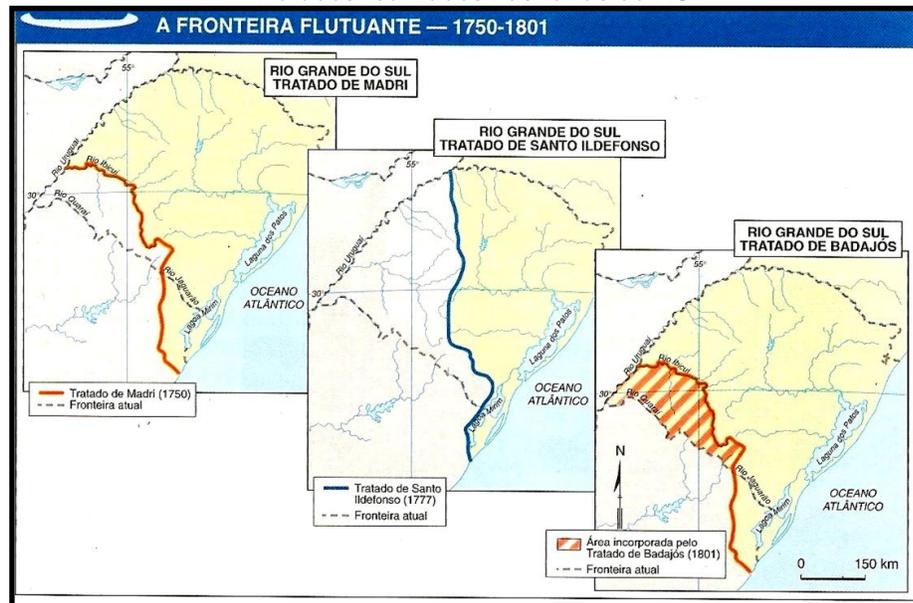
Muitas cidades foram fundadas em locais estratégicos, seja para servir como forte ou para facilitar a marcha dos europeus para o interior do continente. “Durante algum tempo, a cidade latino-americana foi originariamente apenas um ponto de passagem, um centro de reagrupamento de pessoas e coisas para assegurar o prosseguimento da marcha para regiões distantes ou perigosas.” (ROMERO, 2004, p.82)

No Rio Grande do Sul foram fundadas várias cidades no período colonial num contexto de muitas lutas pelo território, que estava sendo disputado entre Portugal e Espanha. Entre 1750 e 1801, o Rio Grande do Sul teve os seus limites do lado oeste várias vezes modificados, resultante das tentativas de Portugal e Espanha chegarem a um acordo sobre a divisão do território. No período compreendido entre 1777 e 1801, Canguçu fez parte da fronteira entre Portugal e Espanha.

O Tratado de Santo Ildefonso (Fig. oito), em 1777, que substituiu o acordo feito no Tratado de Madri e entregou os Sete Povos das Missões à Espanha, em troca da Colônia do Sacramento, não levou em consideração as populações indígenas e os padres jesuítas que viviam nas reduções dos Sete Povos das Missões. Esses indígenas, além de serem constantemente perseguidos pelos bandeirantes paulistas, que ambicionavam uma mão-de-obra já “domesticada” e treinada, não aceitaram pacificamente deixar para trás tudo que haviam ajudado a construir, resultando na

Guerra Guaranítica (1754-1756) que gerou grandes conflitos na parte norte do Rio Grande do Sul.

Figura 8
Tratados realizados nas terras do RS



Fonte: Demétrio Magnoli, Giovana Oliveira e Ricardo Menegoto (2001).

Foi neste contexto, de profundas lutas pela delimitação de fronteiras gaúchas, que muitos índios guaranis fundaram aldeamentos em Gravataí e, posteriormente, vieram para o sul do estado, passando a fazer parte dos primeiros povoadores de Canguçu. O historiador canguçuense Cláudio Moreira Bento, ao fazer a apresentação do livro de NEVES (1998, p.12) e falar sobre os indígenas que foram batizados em Canguçu logo após a sua fundação, diz que “os índios eram em grande parte filhos de índios migrantes de Aldeia dos Anjos (Gravataí), que ali haviam sido aldeados depois da Guerra de reconquista do Rio Grande aos espanhóis – 1776”.

A região de Canguçu era um local estratégico no período da Guerra Guaranítica, pois fazia parte de caminhos históricos (Fig. nove). Bento (2007, p.19) comenta um desses caminhos:

Durante a Guerra Guaranítica, o General Gomes Freire de Andrade estabeleceu, além dos já existentes na Vila de Rio Grande, os fortes de Santo Amaro, Rio Pardo e São Lourenço ao longo do rio Jacuí e mais o São Gonçalo no Rio Piratini. Da necessidade de apoiarem-se mutuamente, as terras de Canguçu começaram a ser devassadas pelos Dragões do Rio Pardo e a fazer

parte do histórico caminho rio-grandense que ainda hoje liga Rio Pardo – Rio Grande, através do Camaquã.

Canguçu serviu de base na guerrilha dos portugueses contra os espanhóis, em 1762. Nessa época, vigorava o Tratado de Madri, todavia os espanhóis lutavam para invadir o território português. A estância de Luiz Marques de Souza, localizada no município de Canguçu, “serviu de base dos guerrilheiros de Rafael Pinto Bandeira e aos dragões do Rio Pardo, para atuarem contra os espanhóis que dominavam a Vila de Rio Grande e a margem leste do Canal São Gonçalo de 1763-1776”. (BENTO, 2007, p.20).

Por um determinado tempo, Canguçu fez parte da fronteira entre Portugal e Espanha. O Tratado de Santo Ildefonso (Fig. oito), em 1777, delimitava a divisão das terras entre os dois países europeus, utilizando o Rio Piratini como limite. Nesse período, muitos portugueses infringiram o tratado e fixaram-se em terras espanholas com suas habitações, plantações e estâncias. As guardas portuguesas também desrespeitaram o Tratado de Santo Ildefonso invadindo o território da Espanha.

Por Canguçu localizar-se num caminho percorrido constantemente por guerrilheiros e ser relativamente próximo a Rio Grande, um local importante militarmente, conseqüentemente começou a atrair migrantes. Bento (2007, p.22) escreveu que:

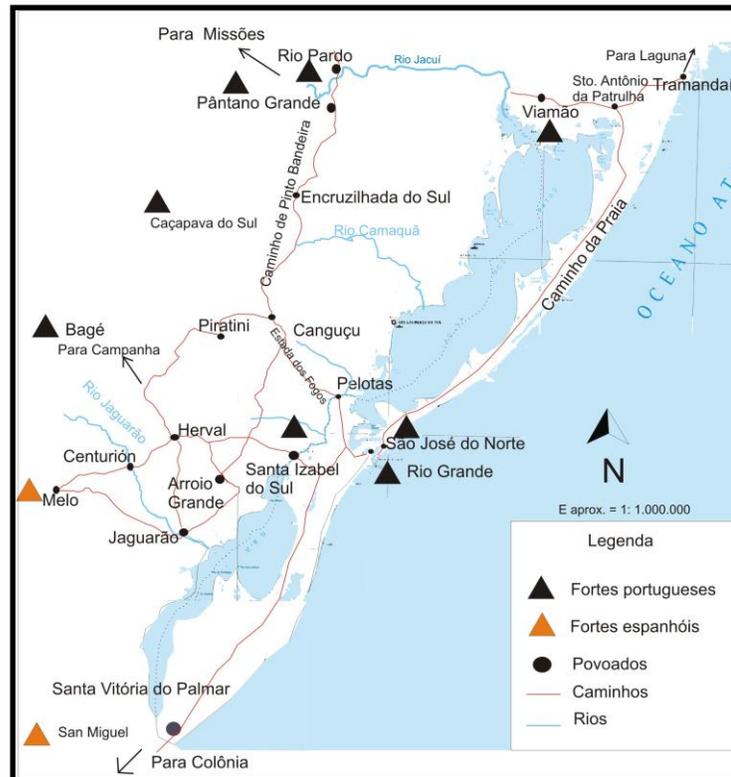
Por ocasião da invasão espanhola de Rio Grande, muitos açorianos de Povo Novo da Torotama e imediações, entre a região atual de Rio Grande e Pelotas, se fixaram ao longo do caminho histórico Rio Grande – Rio Pardo, passando por Canguçu. E buscaram proteção nas terras de Canguçu, ao longo do histórico caminho, estabelecido desde 1756, Rio Grande – Rio Pardo.

Os caminhos históricos não foram importantes apenas em razão das conquistas militares, mas também por terem tido grande influência no (re)povoamento de locais que deram origem a inúmeras cidades atuais.

Por Canguçu passavam dois importantes caminhos (Fig. nove) usados por Rafael Pinto Bandeira, militar que comandou a resistência portuguesa. Um ligava as atuais cidades de Rio Pardo – Encruzilhada do Sul – Pântano Grande – Canguçu – Piratini – Pedras Altas – Herval – Passo do Centurião e Melo. Outro caminho, que passava por Canguçu, ligava Rio Grande – Povo Novo – Forte de São Gonçalo – Pedro Osório – Cerro Pelado – Vila Freire – Morro Redondo – Coxilha dos Campos – Canguçu e, seguindo pelo outro caminho citado, até Rio Grande. (BENTO, 2007)

Esses caminhos comprovam a localização estratégica de Canguçu, militarmente. Bento (2007, p. 50) ainda vai além, ao comentar a importância estratégica de Canguçu, quando deduz que “se conquistada pelos espanhóis, em 1801, dali poderiam lançar contingentes contra Rio Grande e Rio Pardo, impedindo que estas duas guarnições se apoiassem mutuamente”.

Figura 9
Caminhos históricos do RS



Fonte: Elaboração de Victor F. Schroder sobre mapa rodoviário do DAER (2007).
(disponível em www.daer.rs.gov.br).

Além de ser um importante local do ponto de vista militar, em Canguçu, mais precisamente na localidade de Canguçu Velho, as raízes históricas da economia local tiveram começo com a iniciativa oficial da Real Feitoria do Linhocânhamo do Rincão do Canguçu, com funcionamento entre 1783-1788 que, além do linho, desenvolveu a pecuária bovina para a extração de couros, graxa e lavoura de subsistência. A instalação de feitorias era já própria das conquistas portuguesas anteriores, como comprova Cotrim (1997, p.17): “Navegando pela costa do continente africano, os

portugueses foram estabelecendo feitorias (postos comerciais) pelo litoral, nas quais realizavam lucrativo comércio.”.

Embora a fundação de Canguçu ocultasse interesses políticos e militares, a apropriação do espaço urbanizado da cidade surgiu com o interesse dos moradores da região, pois assim algumas facilidades e benefícios seriam prestados a esta comunidade. A cidade de Canguçu está presente na história com grande participação e projeção na construção e definição das fronteiras no sul do Brasil por ser um local estratégico para as conquistas militares e por ter a produção de um importante produto da época, o linho (1783-1789), que seria considerado hoje tão importante quanto o petróleo.

Embora muitas cidades tenham sido criadas unicamente por razões políticas e militares, pode-se concluir que em Canguçu prevaleceram os dois aspectos. Além do das pessoas com interesses geopolíticos, existiam pessoas que, no cotidiano, viviam independentes dos acontecimentos históricos, umas porque se obrigaram a viver naquele local e outras porque se estabeleceram em razão da fuga dos conflitos existentes na época pela disputa de fronteiras entre Portugal e Espanha. Na visão macro em que se dão os estudos da construção dos espaços urbanos, tem-se a impressão que a cidade foi simplesmente transportada do Canguçu Velho para o Rincão do Tamanduá e fixada sem motivos mais profundos. No entanto, não se pode negar que os caminhos percorridos por Rafael Pinto Bandeira, ou até mesmo por tropeiros, foram de fundamental influência para a formação dos espaços urbanizados de algumas cidades da metade sul do Rio Grande do Sul, entre elas Canguçu.

Assim como praticamente a maioria das cidades latino-americanas, Canguçu não foi criada por acaso, confirmando o que diz Romero (2004, p.49) “uma cidade e uma sociedade urbana não são fundadas em vão.” Algumas cidades foram fundadas para servirem de forte, outras com finalidades comerciais ou como locais de passagem, entre outros.

O núcleo urbano de Canguçu teve início em 1800, no Bairro Centro. Bosenbecker (2003, p.69) conta que “entre (...) dois sesmeiros surgiu uma desavença em torno da posse de uma faixa de terra de terra localizada no chamado Rincão do Tamanduá. Para por fim a esta questão, resolveram doar este terreno para a

construção de uma Capela Curada”. A capela foi atraindo pessoas ao seu redor e, em 27 de Junho de 1857, foi emancipado o município.

A figura 10 mostra a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, restaurada em 1967, pelo professor Adail Bento Costa, que conservou o seu estilo original.

Figura 10
Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Silvana de Matos Bandeira (2011).

Ao analisarmos o contexto histórico, se observa que a fundação de Canguçu não visava simplesmente atender ao pedido de moradores da região que, querendo ter assistência religiosa, requisitaram a concessão do chamado Rincão do Tamanduá para a criação de uma capela. A referida licença, concedida pelo governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral, não tinha apenas a intenção de atender ao pedido dos humildes moradores, mas aproveitar a oportunidade para fundar uma cidade em local estratégico considerado nó orográfico de nascentes dos arroios que deságuam nos rios Camaquã, Piratini e Laguna dos Patos e cruzado por caminhos históricos percorridos

pelos combatentes de Rafael Pinto Bandeira. Mais do que dar assistência religiosa, a “Capela Curada de Nossa Senhora da Conceição de Canguçu”, atrairia pessoas formando, por conseguinte, um povoado. Esse fato teria sido conveniente para Portugal dar um passo em relação ao seu grande objetivo de garantir a posse das terras, também disputadas pelos espanhóis.

Assim sendo, em dezembro de 1799, o pedido dos 140 moradores da região foi prontamente atendido e, em 1º de janeiro de 1800, foi lançada a pedra fundamental da capela de Canguçu que se constituiu no marco inicial para a criação do município (BENTO, 2007). O novo município desmembrou-se do Rio Grande e passou a chamar-se Canguçu, nome derivado da palavra indígena Caa-guaçu, que significa mata-grande ou mato grosso, uma alusão milenar a grande mata que encobriu a Serra dos Tapes. O nome Caa-guaçu foi dado à região pelos seus primitivos moradores, os índios Tapes.

A igreja foi construída em estilo colonial português, num pedaço de terra doado pelos dois sesmeiros Paulo Rodrigues Xavier Prates e João Francisco Teixeira de Oliveira, que haviam ganhado terras de Portugal para que nelas pudessem trabalhar e ao mesmo tempo impedir invasões espanholas. Paulo Rodrigues Xavier Prates (1743-1813) era o dono de extensas terras que abrangiam inclusive o Rincão do Canguçu, onde funcionou a Real Feitoria do Linhocânhamo do Rincão do Canguçu (1783-1789), local hoje conhecido como Canguçu Velho (Fig. 11) e considerado o primeiro núcleo populacional de Canguçu. A Real Feitoria era grande produtora de linho chegando a produzir, durante os seis anos em que permaneceu instalada no Rincão do Canguçu, cerca de oito toneladas de linho, que naquela época era muito necessário para a construção de velas para embarcações.

Segundo Bento (2000, p. 13), naquela época “o linho era para a navegação o que hoje é o petróleo. E Portugal procurava ficar independente da Inglaterra, daí a importância que teve de 1783-1789 o Rincão do Canguçu.” Essa “indústria” de linho começou a atrair pessoas. Além dos escravos que trabalhavam na Feitoria, apareceram açorianos fugitivos das guerras contra os espanhóis que lutavam pelas terras do Sul e que viram, no Rincão do Canguçu, um local atrativo, pois tinha abundância de água e terras férteis para agricultura e pastagens. Com a construção da igreja, muitas dessas

peças que moravam em Canguçu Velho mudaram-se para perto da capela a fim de receberem assistência religiosa, dando início à cidade de Canguçu.

Figura 11
Sede da Real Feitoria do Linhocânhamo do Rincão do Canguçu



Fonte: <http://www.ahimtb.org.br/images2/sobrado.jpg>. Acesso em 11/07/2009, 18h39min.

Vasconcelos (1997, p.269) comenta que “os estabelecimentos religiosos, importantes nas paisagens das cidades coloniais brasileiras (...) refletiam o papel da Igreja ao longo do período e a importância que a população dava às questões religiosas.” As igrejas, naquela época, tendiam a atrair o crescimento populacional contribuindo, assim, para a expansão das cidades. Geralmente eram construídas em terrenos doados por fiéis, como se pode perceber no que escreveu Vasconcelos (1997, p. 269): “(...) a localização dos estabelecimentos religiosos dependia também dos terrenos doados pelas autoridades ou por fiéis.”

Vasconcelos (1997, p. 270) também menciona que “o papel da Igreja tem sido pouco destacado nos estudos urbanos. Mas, no Brasil, no período colonial, podemos afirmar que seu papel foi determinante na estruturação das cidades”. Além de ter influenciado na urbanização, a Igreja também influenciou na educação e na política. As primeiras escolas surgidas no Brasil foram às ordens jesuítas, que tinham a função de “domesticar”, educar e converter os índios à fé Católica. “O Estado só começou a se ocupar do ensino após a expulsão dos jesuítas, em meados do século XVIII”. (VASCONCELOS, 1997, p.259).

Mais tarde vieram para Canguçu muitos negros para trabalharem como escravos nas fazendas, sendo que muitos deles fizeram parte dos lanceiros negros que lutaram sob o comando do coronel canguçuense Teixeira Nunes, na Revolução Farroupilha (1835-1845).

Nesse período, o comércio no núcleo urbano era insignificante economicamente, considerando que a população vivia praticamente no meio rural e eram precários os meios de transportes para se chegar à sede do município. Para suprir as necessidades básicas da população, havia diversas casas comerciais no meio rural.

Segundo Bento (2007, p.91), no ano da Independência do Brasil, em 1822, havia, considerando a área urbana e rural, 600 casas no município de Canguçu e a população total “era de 5.800, contra 1.000 em 1800, e 3.000 em 1815”. O autor também afirma que

Canguçu proporcionalmente às demais localidades apresentava a maior densidade rural. Suas terras, na época, estavam sendo objeto de intensa migração em razão das concessões de sesmarias de mata, feitas na vertente da Lagoa dos Patos, 1821-22, pelo 4º e último capitão general do Rio Grande. (BENTO, 2007, p.92)

A localização estratégica de Canguçu foi fundamental em outras lutas políticas que se seguiram, sendo as de mais destaque a Revolução Farroupilha (1835-1845) e a Revolução de 1923.

Durante a Revolução Farroupilha, a serra dos Tapes foi um reduto farrapo. Bento (2007, p.99) conta que

Piratini e Canguçu constituíram-se, em toda a revolução, fortes redutos farroupilhas, locais de proteção para Neto e Bento Gonçalves, nos intervalos das escaramuças. Ali mantinham invernadas de suas cavalcadas, bem como um dos locais de repletamentos a base de escravos, de sua Infantaria e Corpos de Lanceiros Negros.

Era o local para onde os farrapos se dirigiam “para buscar proteção nos terrenos montanhosos e pedregosos.” A importância dessa região foi tão grande para a revolução que Caxias destinou Canguçu para sediar a Ala Esquerda do seu exército sob as ordens do tenente-coronel da Guarda Nacional, Francisco Pedro de Abreu (Chico Pedro ou Moringue). O seu posto de comando foi instalado na antiga cadeia pública de Canguçu, local onde se localiza hoje o Teatro Municipal. A Ala Esquerda do

Exército de Caxias era composta pelo 5º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, que acampou onde hoje é o Colégio Franciscano Nossa Senhora Aparecida, e pelo 11º Batalhão de Caçadores, que se instalou nos terrenos abrangidos hoje pela Praça Francisco Carlos dos Santos e Prefeitura Municipal. Chico Pedro permaneceu com suas operações militares em Canguçu a partir de agosto de 1843 até a paz em Poncho Verde (1945).

Segundo Bento (2007), na noite do dia 25 para o dia 26 de outubro de 1843 travou-se o 1º combate entre imperiais e farroupilhas em terras canguçuenses. O combate se deu próximo à localidade da Pedra das Mentiras e teve como vencedor os imperiais. No dia 06 de novembro de 1843, ocorreu o 2º combate em Canguçu com os farroupilhas atacando de surpresa a base de operações dos imperiais em horário de almoço, todavia, após sangrento combate que durou cerca 1h e ocasionou a morte de 30 farrapos e 5 imperiais, os farroupilhas retiraram-se do campo de batalha. Bento (2007, p.122) conta que “dentre as tropas imperiais que atuaram em Canguçu, existia a companhia Alemã recrutada entre os imigrantes alemães de São Leopoldo, após os imperiais aí haverem assumido o controle através do Dr. Hillebrand.” Já o lado farrapo, que lutou em Canguçu, era composto por muitos negros do município que haviam se integrado aos Lanceiros Negros do Coronel Joaquim Teixeira Nunes, natural de Canguçu.

Outra revolução que teve diversos combates no território do município de Canguçu foi a de 1923. Embora a Revolução de 1923 ultrapasse o limite desta periodização (1899), envolve uma demarcação política importante para Canguçu e merece ser mencionada. Optou-se por abordá-la nessa periodização, pois se diferencia muito da temática principal da periodização seguinte.

Nessa revolução, duas forças políticas se enfrentaram: os chimangos e os maragatos. Os chimangos, ou borgistas, apoiavam Borges de Medeiros e usavam lenço branco. Os maragatos, ou assisitas, eram partidários de Joaquim Francisco de Assis Brasil e usavam lenço vermelho. Os maragatos se opunham ao governo autoritário de Borges de Medeiros, que tinha a intenção de perpetuar-se como governador do Rio Grande do Sul a exemplo de Júlio Prates de Castilho, governador anterior. Reconhecendo que não havia possibilidade de vencer a revolução, os maragatos

aceitaram um acordo. O estancieiro canguçuense José Antônio Mattos Neto, conhecido como General Zeca Neto, era um dos principais líderes maragatos. Zeca Neto, durante a revolução, chegou a tomar a cidade de Pelotas por 6 horas com sua tropa, no dia 29 de outubro de 1923. Zeca Neto tinha como tática “desenvolver uma guerra de guerrilhas, tirando o máximo partido da rapidez de movimento, do terreno dobrado cheio de cobertas e alternativas de itinerários (...)” (Bento, 2007, p.193).

Durante a Revolução de 1923, duas batalhas se destacaram em território canguçuense: o combate do Cerro Partido (18 de julho de 1923) e o combate de Canguçu-Velho (14 de agosto de 1923). No combate do Cerro Partido, Neto confrontou-se com Francelisio durante 8 horas. O local onde se deu esse confronto é estratégico, ou seja, é nó orográfico das bacias do Piratini, Camaquã e Lagoa dos Patos. Bento (2007, p.196) garante que “quem estiver de posse desse conjunto, barra qualquer progressão vinda da direção de Piratini e através do Passo das Carretas, Marinheiro, do Vau dos Prestes e da Armada no rio Camaquã.” O autor também diz que “estas alturas barram todo e qualquer movimento proveniente de Pelotas que pretenda, através de Canguçu, atingir Piratini, Caçapava e Encruzilhada.” Esse local estratégico já havia sido usado anteriormente pelas tropas de Rafael Pinto Bandeira. A batalha de 14 de agosto se deu no Canguçu Velho, local onde se localizou a Real Feitoria do Linhocânhamo e onde existiu o primeiro núcleo populacional de Canguçu. A luta começou ao meio-dia e terminou ao anoitecer, resultando na morte de 28 combatentes, 22 revolucionários e 6 governistas. Foi o confronto mais violento da revolução.

Bento (2000) comenta que Canguçu muito se beneficiou por se localizar próximo das charqueadas de Pelotas e, especialmente, por ser local de trânsito de tropas provenientes das Missões e de Cima da Serra. Atividade que teve seu período áureo depois da guerra do Paraguai, de 1870-93, aproveitando a ponte do Passo do Jacuí, então construída, antes idealizada pelo Barão de Caxias como uma necessidade na paz e na guerra, e por unir o Sul do Jacuí, início do Pampa, com o norte, fim do Planalto Brasileiro.

De 1870 à 1893, foi intenso o trânsito de tropas por Canguçu, o qual diminuiu com a destruição da ponte na Revolução de 93, criação de charqueada em Cachoeira do Sul, concorrência do charque platino e diminuição da oferta de gados depois da Guerra Civil 1893-95. Por Canguçu as tropas circulavam depois de atravessado o Camaquã no Passo das Carretas que não dava vau. Passavam pelo Passo do Goulart no arroio dos Bica, depois no Passo do

Moirão, no arroio Pedregal, na fazenda da Invernada dos Dias, tradicional local de pousos e, a seguir, na Coxilha do Fogo, em casa que foi de Israel Borges e que conheci como propriedade de seu filho Campolino. Dali a tropa atingia a Coronilha, região da Pedra das Mentiras. A seguir vinha a Lacerda, no mangueirão de pedra até hoje existente, construído pelo fazendeiro de nome Lacerda e em mais dois que pertenciam a Alteçor Almeida e Florício Ribeiro. (...) Da Lacerda a tropas seguiam até próximo do Presídio atual de onde contornavam Canguçu pela Estrada das Tropas que passa pela Rodoviária e pelo Radar do Sindacta 2, Passo do Vime, Vila dos Campos, Morro Redondo (Fiss). Dali chegavam a Tablada, em Pelotas, por Monte Bonito, pelas Três Vendas, ou pelo Fragata, através da Coxilha do Santo Amor. (BENTO, 2000, p. 158)

O autor revela que Canguçu era “a terra dos mangueirões de pedra”. Segundo ele, a museóloga Marlene Barbosa Coelho levantou a existência em Canguçu de 25 delas, sendo que só na Lacerda havia três mangueiras para servir de apoio confortável às tropas e a seus tropeiros. A Lacerda era considerado o melhor pouso de trajeto Cima de Serra – Pelotas.

Quando foi emancipada, em 27 de junho de 1857, o núcleo urbano de Canguçu possuía 458 pessoas e 52 casas térreas e 2 sobrados. Em 1871, a população da cidade, ainda vila na época, já contava com 1.800 pessoas e ocupava a 14ª posição em quantidade de população dos núcleos populacionais da província. Tinha 145 casas, das quais 8 sobrados. Possuía 6 curtumes, 2 ferrarias, 1 selaria, 1 farmácia e 2 açougues. Dez anos depois, a população total do município era de 14.456 habitantes, sendo 2.956 escravos e 2.500 da vila, dos quais 109 escravos. A indústria de curtumes estava em grande crescimento e tinha aceitação internacional. Em 1891, a Vila de Canguçu possuía 1.600 habitantes e 194 casas. Já estava começando a ter início a migração pomerana de São Lourenço para Canguçu. (Bento, 2007)

Kramer (2002), em sua pesquisa, diz que se destacava em Canguçu o estabelecimento comercial “A Cubana” que foi fundado em 15 de agosto de 1892 e se localizava na esquina da Rua General Osório com a Rua Silveira Martins. Era de propriedade do Sr. Joaquim Tita Borges. O estabelecimento oferecia uma grande variedade de mercadorias, funcionando como armazém de secos e molhados, ferragens, produtos agrícolas, louças, tecidos, armarinho e miudezas, máquinas de costura, artigos de papelaria e bazar. Kramer (2002, p. 16) revela que “A Cubana” “era a única casa comercial de Canguçu que vendia o específico Humphreys (Homeopatia) e tinha grande quantidade de medicamentos.”.

Mussi (2000, p.60), em artigo publicado na Revista dos 200 anos de Canguçu, com base na Revista do 1º Centenário de Pelotas (1912), afirma que no século XIX

Foi Canguçu, certa época, centro de intenso movimento comercial, que a muitos indivíduos proporcionou fortuna. Por motivos de convulsões políticas irradiadas de Montevidéu, vieram para o município muitos emigrados uruguaios, espanhóis e alemães. Eles pelas atividades e conhecimento bastante concorreram para o adiantamento do lugar.

Dentre eles, se destacaram: José Lavanzi, João Izacet, José Martiano Puente, Francisco Borraz e Francisco Lafuente. Outro imigrante ilustre de Canguçu foi Eduardo Wilhelmy, nascido em Stein (Alemanha), que chegou a Canguçu em 1869 exercendo a função de fotógrafo e viajante e, posteriormente, ao erradicar-se em Canguçu, passou a exercer a profissão de professor. Kremer (2002, p. 25) transcreve trechos do artigo “Vila de Canguçu”, publicação do professor Wilhelmy no Almanaque Literário e Estatístico do RS de 1905. Wilhelmy escreveu em seu artigo que, após conhecer muitas vilas do sul do RS, tinha achado Canguçu uma vila muito animada e alegre, onde as pessoas ganhavam o suficiente para uma vida cômoda e ainda sobrava algum dinheiro excedente para distrações.

O professor Wilhelmy também registrou que “nesta época todos os estancieiros de importância do município tinham casas na vila, que habitavam, senão sempre, pelo menos o maior tempo do ano.” Bento (2000, p. 158) afirma que “foi o período áureo da economia de Pelotas e Canguçu, traduzidos pela construção de palacetes dignos dos maiores centros do Brasil, como em Canguçu pelos Piegas, os atuais que abrigam a Casa da Cultura e Clube Harmonia.” Essa fase de desenvolvimento na vila de Canguçu foi destruída pela Revolução Federalista (1893-1895) que espalhou terror e ficou famosa pela prática da degola. Na Revolução Federalista, se enfrentaram os federalistas (maragatos), liderados por Gaspar Silveira Martins, e os republicanos (chimangos ou pica-paus), seguidores do positivista Júlio de Castilho. Essa revolução trouxe reflexos negativos para a economia de Canguçu. Em seu artigo de 1905, Wilhelmy, ao referir-se as famílias abastadas que antes tinham residências na vila de Canguçu, disse:

E hoje, de todas estas famílias, muito poucas restam morando aqui. Vários chefes delas já se acham no além túmulo, outras se mudaram para a República do Uruguai, Pelotas, etc., e as suas casa se vão desmoronando desde o tempo da revolução. Outros venderam as suas propriedades por

menos da terça parte do custo. Faço somente lembrar a do falecido Horácio Piegas, que a Intendência comprou por doze contos, custando este palacete uns 38 contos de réis.

No entanto, Wilhelmy não atribuiu a decadência da vila de Canguçu somente aos efeitos da Revolução Federalista, ou seja, ele acreditava que podia ser uma “estagnação natural” e o desenvolvimento poderia ser retomado com ajuda de um fator externo.

Todos os lugares no interior da campanha tem um ponto culminante, além do qual não passam, desde que não lhes advenha um impulso de fora ou de algum de seus habitantes mais enérgicos e empreendedores; o exemplo nos todos os lugares da campanha, a não ser aqueles, onde se desenvolve a colonização, como São Lourenço do Sul e outros ao norte do estado.

O professor Wilhelmy tinha grande esperança que a imigração alemã, recém-iniciada no município, pudesse ser este “impulso de fora” que iria trazer novamente o desenvolvimento ao município. Todavia, ele temia que esse desenvolvimento fosse limitado pela precariedade dos transportes, o que dificultaria a venda da produção e a vila se tornaria pouco frequentada, a exemplo de outras que ele conhecia na época. Porém, Wilhelmy confiava na potencialidade do município e acreditava que o futuro reservaria grande desenvolvimento devido ao solo fértil.

Ao final de seu artigo, Wilhelmy faz uma descrição socioeconômica da vila de Canguçu em 1905.

A vila conta uns 600 habitantes, que já tinha, ou talvez mais há uns 30 anos. Estabelecimentos comerciais têm entre 12 e 14, alguns bem sortidos; existem na vila 3 médicos licenciados, uma escola de cada sexo, 2 ferrarias, 3 sapatarias, uma boa marcenaria, vários carpinteiros, tamancarias, 3 curtumes, que é um ramo de indústria de grande importância para a vila, um moinho a vapor em construção, etc., fechando os ramos industriais três... Bicheiros. Quase me ia esquecendo de citar a estação telegráfica e o Clube Harmonia, com um bonito prédio de sua propriedade.

As expectativas positivas de Wilhelmy, em relação ao futuro de Canguçu, logo começaram a se concretizar com a intensificação de pomeranos chegando ao município, vindos do município vizinho de São Lourenço do Sul, que muito contribuiriam para o desenvolvimento da agricultura e a conseqüente riqueza do município.

3.2 A chegada dos imigrantes pomeranos (1900-1919)

Nas duas primeiras décadas do século XX, começaram a integrar a população de Canguçu colonos pomeranos e italianos vindos de colônias de Pelotas e São Lourenço. Bento (2007, p.129), a fim de explicar como começou a colonização alemã em Canguçu, conta que no ano de 1857, quando Canguçu foi elevado de vila a município, “no vizinho município de São Lourenço, teve início a colonização alemã promovida por Jacob Rheingantz e que se irradiaria e ainda se erradia pelo município de Canguçu.”.

Foi com a imigração alemã que o município começou a dedicar-se com mais intensidade à agricultura. Dutra (2010, p.19) afirma que “desde o início, estes colonos dedicaram-se à policultura (feijão, milho, trigo, abóbora, batata doce, batata inglesa, entre outros) e a criação de animais, favorecendo o surgimento da agricultura familiar, inicialmente com características de subsistência”. Hoje, com mais da metade de seus habitantes que ainda resistem na zona rural, Canguçu é conhecida como a “Capital Nacional da Agricultura Familiar.” Lando & Barros apud Etges (1991, p.58), esclarece que “a colonização do Rio Grande do Sul apresenta-se como um caso singular na imigração européia, pois, devido às suas condições peculiares de implantação, possibilitou a formação da pequena propriedade”.

No início do século XX, vários pomeranos decidiram migrar para o Brasil para fugir dos problemas decorrentes do excesso populacional e, também, em razão das transformações geradas pela transição do feudalismo para o capitalismo. Nesse período, inovações técnicas já começaram a dispensar parte do trabalho humano. Por outro lado, trabalhadores livres representavam um aumento no mercado consumidor, o que influenciou a abolição da escravatura em 1888 no Brasil e, ainda, a necessidade de incentivar a entrada de imigrantes no país.

Na Alemanha, a nobreza detinha a posse das terras. As camadas mais baixas da população não possuíam terras suficientes nem para praticar a agricultura de subsistência. Além disso, o decreto-lei de Frederico Guilherme III, rei da Prússia, ordenava que a Igreja Luterana e a Igreja Reformada deveriam se unir, causando

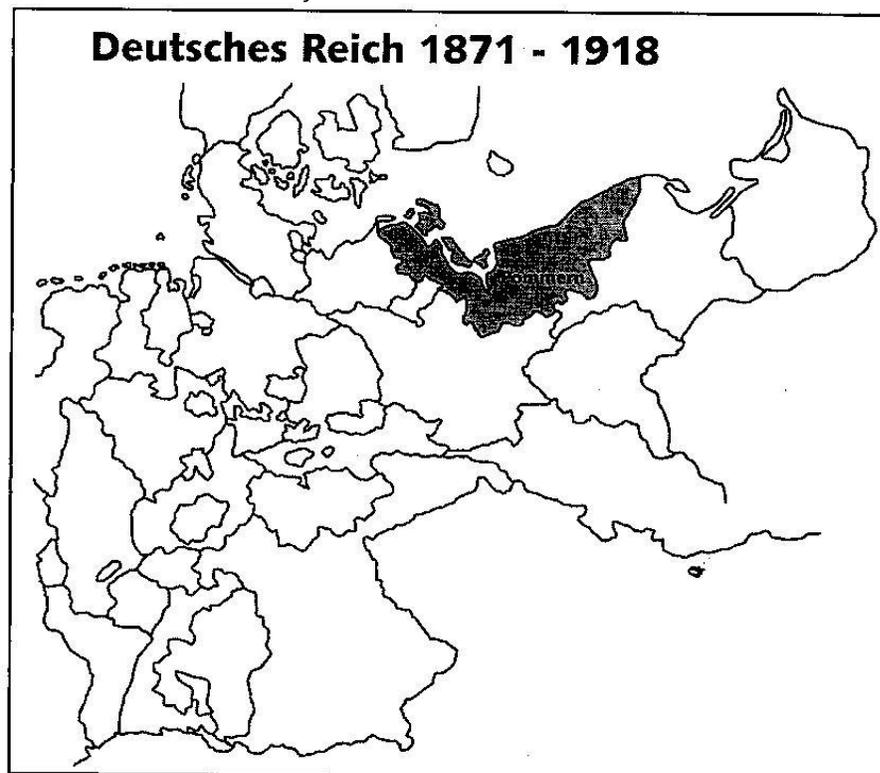
indignação aos fiéis. Assim, emigrar para o Brasil se tornava uma opção muito atraente, principalmente devido à

propaganda exercida pelas Companhias de Colonização em torno da concessão de terras no Novo Mundo, com a afirmação de que todos seriam proprietários, sem qualquer referência às dificuldades que no futuro teriam de enfrentar. (ETGES, 1991, p. 62)

O Brasil tinha interesse em receber imigrantes, pois havia abolido a escravidão e necessitava de mão-de-obra livre para trabalhar na agricultura e colonizar partes do seu território, ainda pouco habitado.

De acordo com Wille (2011), a Pomerânia, um estado da Alemanha menor do que o Espírito Santo, com uma área de 38.000.409 km², possuía 2,9 milhões de habitantes em 1939. A Pomerânia era dividida em Pomerânia Oriental, localizada a leste do rio Oder, e em Ocidental, situada a oeste do mesmo rio, cuja parte existe até hoje. A figura 12 mostra a localização da Pomerânia na Alemanha.

Figura 12
Localização da Pomerânia na Alemanha



Fonte: Leopoldo Wille (2011).

Após a Segunda Guerra Mundial, um novo fluxo emigratório ocorreu na Alemanha e, conseqüentemente, na Pomerânia quando em 02 de agosto de 1945, os vencedores da guerra se reuniram em Potsdam para definir o destino dos perdedores. Ficou definido o novo traçado entre a Alemanha e a Polônia, sendo que a Polônia foi autorizada a expulsar do seu território a população alemã que residia a leste da linha Oder-Neisse, onde se localizava a Pomerânia Oriental. Assim, a Pomerânia Oriental teve a sua população banida e

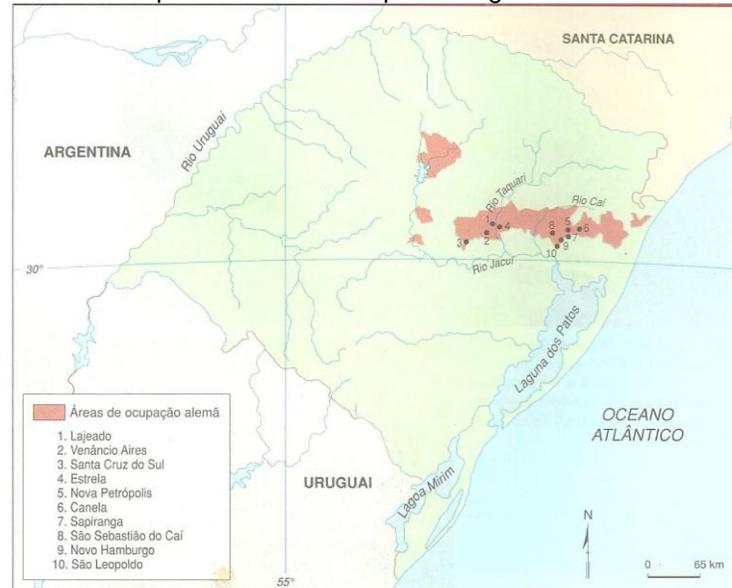
obrigada a deixar para trás tudo o que era seu: suas terras, suas casas onde haviam vivido por muitas gerações, além das ferramentas do seu trabalho, alimentos, animais, todos os pertences do lar. Para a grande maioria foi permitido sair só com a roupa do corpo. (WILLE, 2011, p.15)

Quando foram dadas as primeiras ordens de banimento, em fevereiro de 1945, na Alemanha era pleno inverno e a terra estava coberta de neve, ocasionando a morte de cerca de 600 mil pomeranos que não resistiram ao frio durante a fuga.

Etges (1991) explica que a imigração pomerana no RS teve início em julho de 1824, em São Leopoldo, por iniciativa do governo. Os primeiros imigrantes instalaram-se em terras da Coroa, na Real Fitoria do Linho Cânhamo, às margens do Rio dos Sinos. A propaganda do agente do governo brasileiro, Major Schaeffer, era tentadora, pois prometia que toda a viagem seria à custa do governo brasileiro, teriam liberdade de culto no Brasil, seriam naturalizados, receberiam em torno de 77 hectares por família além de animais para o trabalho, entre outros benefícios. E, embora as promessas não tenham sido cumpridas na íntegra, Etges (1991, p. 63) afirma que “5.350 imigrantes alemães entraram no Rio Grande do Sul de 1824 a 1830”.

A imigração foi interrompida entre 1830 e 1844, principalmente por causa da Revolução Farroupilha. Porém, quando a paz novamente voltou ao RS, novos contingentes de imigrantes chegaram ao estado. Reiniciada a imigração, entre 1844 e 1850, chegaram mais dez mil imigrantes e, entre 1860 e 1889, outros dez mil. Entre 1890 e 1914, chegaram mais dezessete mil alemães. Os alemães começaram a se espalhar pelo RS, dando origem a diversos municípios, tais como Santa Cruz do Sul, São Sebastião do Caí, Bom Princípio, etc.. Na figura 13, podemos ver as áreas que foram inicialmente ocupadas por imigrantes alemães no RS.

Figura 13
Áreas ocupadas inicialmente pelos imigrantes alemães no RS



Fonte: Magnoli, Oliveira, Menegotto (2001).

Em São Lourenço do Sul, a imigração foi feita pela iniciativa particular de Jacob Rheingantz (Fig. 14). Rheingantz, na companhia de seu irmão Felipe, ficou encantado quando visitou e conheceu a colônia de imigrantes alemães em São Leopoldo.

A prosperidade e o bem-estar dos imigrantes impressionaram os irmãos Rheingantz profundamente. E é bem possível que tenha nascido ali a idéia de fundar uma colônia particular no sul do estado, nos mesmos moldes da colônia que tinham visto em São Leopoldo. (WILLE, 2011, p. 47)

Com a intenção de realizar o seu projeto, Rheingantz começou a procurar uma terra fértil para a fundação da sua colônia. Encontrou o local adequado no interior do município de São Lourenço do Sul e, após estudar a legislação vigente sobre a criação de colônias particulares, foi para o Rio de Janeiro firmar um contrato com o Governo Imperial. No contrato, o governo exigia que a colônia não pudesse ter menos do que 1.440 imigrantes.

Wille (2011, p.54) relata que

a primeira leva de imigrantes era constituída de 88 pessoas e embarcou no porto de Hamburgo em 31 de outubro de 1857, tendo eles chegado ao porto de Rio Grande em janeiro do ano seguinte. Todos eles foram assentados na Colônia de São Lourenço, que hoje é a cidade balneária de São Lourenço do Sul.

mostrava que estava em grande aumento populacional, tendo “30.000 habitantes, sendo 600 na sede, distribuídos em 200 residências sujeitas à taxa predial.” (BENTO, 2007, p. 183).

Kremer (2002, p.7), com base no Guia Econômico Bemporat, organizado pelo Sr. Achylles Bemporat e editado em 1907, menciona o nome dos proprietários das casas comerciais e dos prestadores dos serviços ofertados no município de Canguçu no referido ano:

Comércio em Geral (sede do município):

Açougues: Joaquim Coutinho da Rocha, José Orbelio Moreira, Malaquias Silveira. Advogados: Cap. Carlos Norberto Moreira, Cap. João Miguel de Moraes, Cap. João Francisco Morreno, Domingos Caneo Telesca, João Paulo Prestes, Theophilo Moreira, Agrimensor: Cap. Frederico Guilherme Klein. Alfaiatarias: João Loreto Jacondino, Vicente Pinto de Oliveira. Barbearias: Affonso Maria de Ligorio, Nelson Barcellos, Octavio de Almeida. Carpintaria e Marcenaria: Candido Marchand Gustavo Adolfo Schroder. Dentistas: Affonso Maria de Logorio, Dario Motta de Freitas. Ferrarias: Antonio Valente. José Serra, José Alfredo Costa, José de Oliveira. Hotéis: Belarmino Pereira, Florêncio Fagundes dos Reis, Samuel Pinho. Padarias: Clara Duarte, Francisca Oliveira, Maximiliano Lafuente, Laurindo Cordeiro. Farmácia: Farmácia Popular de Eugênio Valente. Sapatarias: Achylles Frasca, Luiz Cunha, Mathias Wanner.

Registra-se, na pesquisa de Kremer (2002, p.7), a grande quantidade de comércios de secos e molhados no interior de Canguçu, como podemos ver a seguir.

Comércios de Secos, Molhados e Fazendas (1º distrito): Abel Campos Irmãos, Alberto Franz, Antonio Francisco Jorge, Antônio J. Cruz, Augusto Andreine, Augusto Muller, Berchior Alves Pereira, Domingos Caneo Telesca, Eugênio Lopes Garcia, Francisco de Paulo Silveira, Gregório J. Borges, Guilherme P. das Neves, Helena Glassen, Henrique Glassen Filho, Henrique Maria Lopes, Joaquim A. Barbosa, Joaquim Isidro Coelho, João Carolino Pereira, João Rutter, João Saraiva Jorge, José B. Vianna, José Francisco Jorge, José R. de Souza, José Vicente D’Almeida, Lucídio Edgar Moreira, Marcelino Silveira Amaral, Maria Magdalena Bezerra, Martiniano F. Lafuente, Nicolau Ferreira Duarte, Miguel Rodrigues Barcelos, Vidal Soares dos Santos, Virgílio José Barros.

Comércio de Secos, Molhados e Fazendas (2º distrito): Canuto Nunes Soares, Casemiro Vieira da Rosa, Fileno Ferraz Leite, João Adolpho Krusser, Leão Vieira da Rosa, José Antônio da Silva, José Luiz da Silva, Juvêncio Carvalho & Irmão, J. Vieira Britto, Lucas da Silva Motta, Marfigio Feijó, Miguel Joaquim D’Almeida, Tobias Iribarem.

Comércio de Secos, Molhados e Fazendas (3º distrito): Avelino Nunes Soares, Delfino Nunes Almeida, Firmino Goulart, Felicíssimo Duarte e Filho, Israel Borges, Gabriel Nunes, Guilherme Neves, João Maria da Cunha, João Antônio Flores, José Maria S. Oliveira, José Maria F. dos Reis, Leonídio P. das Neves, Lourenço C. da Silveira, Luadio Evangelista Moreira, Marcelino Gonçalves da Silva, Rosalvo Pereira das Neves, Vicente Farias e Filho.

No 4º e 5º distrito, os menos povoados do município, o pesquisador não menciona a existência de algum comércio em 1907. Quanto à agricultura, os principais produtos agrícolas cultivados eram: milho, feijão, trigo, arroz, batata, mandioca e fumo.

Ainda eram comuns no município, no início do século XIX, os carreteiros. Estes eram homens que faziam o trajeto interior de Canguçu – Pelotas de carreta puxada por bois, levando matéria-prima que era trocada por mercadorias. Mattos (2000, p. 109), na Revista dos 200 anos de Canguçu, conta que

um dos carreteiros na época era o Sr. Inácio. Ele levava lã, trigo, couro e trazia sortimentos para o comércio local. Consta que o trigo produzido no quinto era transportado até o Passo Rico, atual Pelotas, com carretas de bois e dali transportado por água em pequenos barcos até o Rio Grande onde eram baldeados para os vapores que iam para Porto Alegre e Rio de Janeiro.

Entre os imigrantes que vieram para Canguçu, alguns se dedicaram a trabalhos manuais. Mota (2000, p.164), na Revista dos 200 anos de Canguçu, esclarece que “foram os Schmidt, ferreiros; Shuster, Schuhmacher, sapateiros; Holschumacker, tamanqueiro; Zimmermann, carpinteiro; Schreineir, marceneiro; Schneider, alfaiate; Wagner, construtores de carroças ou ainda os Muller que faziam farinha(...)”. Mota (2000) apenas mostrou as traduções dos nomes sem intenção de dizer que os alemães, com esses nomes, vindos para Canguçu, tivessem se dedicado a esses ofícios no município. Porém, a vinda dos imigrantes influenciou, de certa forma, nos meios de transportes das mercadorias, que antes eram feitas por carretas e depois passaram a ser realizadas pelas carroças construídas pelos imigrantes. “Depois começaram a aparecer as carroças de imigrantes europeus, com quatro rodas raiadas, com chapa de ferro na volta e cambotas.” (Mattos, 2000, p.109)

3.3 A agricultura consolida-se como a base econômica do município (1920-1999)

Ao longo do século XX, percebe-se um gradativo aumento da população urbana em Canguçu em detrimento da população rural, porém a maioria continuou resistindo na agricultura (Tab. um).

Tabela 1
Distribuição da população do município de Canguçu (1920 - 1996)

Ano	População Rural	(%)	População Urbana	(%)	População Absoluta
1920	25.900	95,95	1.100	4,05	27.000
1940	47.177	93,29	2.895	6,71	50.612
1950	55.769	95,81	2.438	4,19	58.207
1960	54.281	94,59	3.257	5,41	57.538
1970	57.256	91,68	5.195	8,32	62.451
1980	46.947	84,09	8.878	15,91	55.825
1991	36.556	72,57	13.811	27,43	50.367
1996	34.608	69,15	15.437	30,85	50.045

Fonte: ITEPA, IBGE.

Em 1958, a EMB mencionava que o tabaco, embora em pequena escala, continuava se fazendo presente no município de Canguçu, tendo sido colhidas cerca de 1.500 toneladas em 1955. A presença de imigrantes pomeranos no município tornava ainda mais possível o cultivo de tabaco, visto que a cultura requer uma intensiva mão-de-obra. Outro fator que provavelmente cooperou para o cultivo do tabaco em Canguçu foi Santa Cruz do Sul ter se tornado um polo nacional da indústria fumageira e começado a absorver a produção.

Em 1917 é instalada, na cidade de Santa Cruz do Sul – RS, a empresa Brazilian Tobacco Corporation. O empreendimento partiu da empresa britânica British American Tobacco, e foi o passo inicial para a transformação da cidade em um pólo nacional da indústria fumageira. Em 1920, a empresa passa a se chamar Companhia Brasileira de Fumo em Folha e em 1955 é adquirida pela Souza Cruz. (Site da Souza Cruz, 2012)

Nessa época, o comércio na sede de Canguçu ainda era fraco. A figura 15 mostra a Rua General Osório, nas imediações da atual Rádio Liberdade. Essa rua é a principal da cidade e, em todas as periodizações, concentrou a maior parte do comércio.

Figura 15
Rua General Osório (atual Rádio Liberdade) – 1930



Fonte: Acervo de Géder Luis Goulart Barbosa.

Em 2 de março de 1938, Canguçu foi elevada à cidade pelo decreto nº 311 do Presidente da República, Sr. Getúlio Vargas. Bento (2007, p.210) revela que no ano de sua elevação à cidade, Canguçu possuía

área: 409.093 km² dos quais 217.090 usados na pecuária, 192.003 na agricultura e 35.000 mais ou menos recobertos de matas. População: 60.000, sendo 3.000 na cidade. Em cerca de 8.000 estabelecimentos agrícolas estimam-se foram produzidos: Em sacos: 70.000 de batatas; 30.000 de trigo; 80.000 de milho e 15.000 de feijão. Em arrobas: 50.000 de alpiste; 50.000 de fumo e 30.000 de cascas (curtir). Em quilos: 50.000 de piretro; 30.000 de manteiga e 1.000 latas de mel. O rebanho era estimado em 150.000 bovinos, 30.000 equinos, 2.000 asininos, 30.000 ovinos, 2.000 caprinos e 20.000 suínos.

Podemos perceber que, embora a pecuária ainda fosse predominante na economia no município, a base agrícola estava se desenvolvendo. Havia o início de uma policultura no município com destaque para a produção de milho. Bento (2007, p. 212) mostra ainda mais dados sobre a situação econômica de Canguçu em 1938.

O município possuía 3 torrefações de café, 4 fábricas de manteiga, 2 pequenas de conservas, 3 de beneficiar fumo, 15 moinhos de grãos, 1 fábrica de pó de mosquito, 17 olarias, 30 ferrarias e 210 casas de comércio. A lavoura possuía 38 trincheiras a motor e 4 a força animal.

Pode-se concluir que a maior parte das casas de comércio se localizava no meio rural, levando em conta que apenas 5% da população do município residia na

zona urbana e havia precariedade nos meios de transporte que conduziam as pessoas do meio rural à sede. A figura 16 mostra um típico comércio do interior de Canguçu. A fotografia foi tirada por ocasião da visita de um caixeiro viajante, dos muitos que percorriam o município com suas carroças toldadas, que vendia mercadorias para os comércios. O segundo homem sentado (da esquerda para a direita) é Celso Pereira das Neves, o proprietário do referido comércio.

Figura 16
Casa comercial no 3º distrito de Canguçu (início da década de 1920)



Fonte: Acervo de João Nei Pereira das Neves.

Posteriormente, o comércio da sede foi aumentando graças ao desenvolvimento dos meios de transporte que a interligavam com o interior. Bento (2000, p.105), na Revista dos 200 anos de Canguçu, faz uma síntese da evolução dos meios de transporte motorizados no município de Canguçu (Tab. dois).

Tabela 2
Veículos em Canguçu – Evolução (1915 – 1952)

Tipo	1915	1925	1933	1950	1952
Autos	1	20	60	66	77
Caminhões	-	4	29	88	145
Caminhonetes	-	-	-	11	38
Ônibus	-	-	-	7	7

Fonte: Cláudio Moreira Bento (Revista dos 200 anos de Canguçu).

O desenvolvimento dos transportes, principalmente quando tiveram início as linhas de ônibus interior-sede, possibilitou que mais pessoas frequentassem a sede do município e passassem a adquirir mercadorias na cidade. Mussi (2000, p.61), em artigo publicado na Revista dos 200 anos de Canguçu, afirmou que “a facilidade do transporte de passageiros, possibilitou a vinda permanente dos moradores do interior à sede, onde o comércio se fortaleceu, em detrimento dos empreendimentos coloniais, em fase de desaparecimento.” O autor narra que nesta época:

Enquanto na cidade as atividades comerciais iam crescendo, com enorme atividade (Irmãos Van Gysel – Cândido e Lourenço, Antonio Valente e Filhos – Julio e Valdemar – Fernando Krusser Moreira, etc.). No interior surgiram complexos produtivos, onde o estabelecimento de Alberto Winke, no Herval – 2º subdistrito – foi modelo (“casa de comércio, moinho, açougue, serraria, carpintaria, ferraria, produtos coloniais, agricultura e suinocultura”).

Também era comum, no interior do município, a presença de vendedores ambulantes que iam de casa em casa vendendo artigos de vestuário e miudezas. A figura 17 mostra o turco Nagibe, mascate que percorria a zona rural de Canguçu, na década de 1930, comercializando os seus produtos.

Figura 17
Vendedor ambulante da zona rural de Canguçu (década de 1930)



Fonte: Acervo de João Nei Pereira das Neves.

Em oito de março de 1942, o comércio de Canguçu sofreu algumas transformações devidas ao Posto de Higiene nº 11, que exigiu medidas sanitárias nos estabelecimentos. Bento (2007, p. 213) afirma que foram “modificados substancialmente os padrões sanitários das casas comerciais, particularmente açougues, padarias e tambos de leite”.

Após a chegada dos imigrantes, principalmente dos alemães, a agricultura desenvolveu-se no município, ultrapassando a pecuária, como a fonte de renda mais importante. A EMB mencionou os principais produtos que eram cultivados em Canguçu em 1955, enquanto a pecuária já foi mencionada como a segunda fonte de riqueza do município (Tab. três).

Tabela 3
Produção Agrícola do Município de Canguçu (1955)

Espécie	Produção (t)	Valor (Cr\$ 1000)
Trigo	22.000	121.000
Batata inglesa	7.150	90.000
Milho	24.000	60.000
Fumo	1.500	22.500

Fonte: EMB (1958).

Em 25 de agosto de 1950 foi criada a ACICAN (Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Canguçu). Quando fundada, a mencionada associação contava com apenas oito empresas associadas, visto que ainda eram poucos os estabelecimentos comerciais na sede do município.

A EMB de 1958 registrou o número de comércios formais existentes na sede do município de Canguçu, conforme a tabela quatro.

Tabela 4
Principais ramos do comércio varejista da sede de Canguçu (1958)

Espécie	Quantidade
Secos e molhados	12
Fazendas	4
Casas de móveis	2

Bazar	1
Rádios e material elétrico	1
Casas de peças e acessórios para automóveis	1

Fonte: EMB (1958).

3.3.1 Desenvolvimento da policultura no município de Canguçu

O milho foi sempre um produto bastante cultivado em Canguçu (Tab. cinco). Grigoletti (2000, p.54), em artigo da Revista dos 200 de Canguçu, afirma que Canguçu, no auge de sua produção, chegou a ser conhecido como a “Capital do Milho”.

Tabela 5
Produção de milho no município de Canguçu (1975-1995)

Anos	Produção (t)	Área Cultivada (hectares)	Produtividade (Kg/hectare)
1975	75.000	50.000	1.500
1980	58.514	65.800	889
1985	82.500	55.000	1.500
1990	66.000	55.000	1.200
1995	90.000	50.000	1.800

Fonte: IBGE (2009).

O feijão, produto bastante cultivado no município e que também se adapta às pequenas propriedades e a intensiva mão-de-obra, teve grande produção em 1990 (Tab. seis).

Tabela 6
Produção de feijão no município de Canguçu (1975-1995)

Anos	Produção (t)	Área Cultivada (hectares)	Produtividade (Kg/hectare)
1975	1.684	2.400	702
1980	2.660	6.200	429
1985	3.490	5.500	635

1990	5.077	6.970	728
1995	4.800	8.000	600

Fonte: IBGE (2009).

Tanto o milho quanto o feijão são produtos alimentícios consumidos pela maior parte dos brasileiros, porém são cultivos que não recebem muitos incentivos do governo e, por isso, deixam o agricultor a mercê das oscilações dos preços não tendo a sua compra garantida. Dessa forma, tornam-se culturas desvantajosas se comparadas ao fumo.

A produção de cebola (Tab. sete) apresentou seu apogeu em 1985 e, a seguir, teve uma fase de decadência na sua produção.

Tabela 7
Produção de cebola no município de Canguçu (1975-1995)

Anos	Produção (t)	Área Cultivada (hectares)	Produtividade (Kg/hectare)
1975	8.000	1.400	5.714
1980	10.938	2.500	4.999
1985	18.000	3.000	6.000
1990	4.770	795	6.000
1995	7.200	1.200	6.000

Fonte: IBGE (2009).

A soja, um produto mais adequado para grandes propriedades, sofreu oscilações a partir da década de 1970, como mostra a tabela oito.

Tabela 8
Produção de soja no município de Canguçu (1975-1995)

Anos	Produção (t)	Área Cultivada (hectares)	Produtividade (Kg/hectare)
1975	40.000	25.000	1.600
1980	60.000	40.000	1.500
1985	45.000	30.000	1.500

1990	30.000	25.000	1.200
1995	27.000	15.000	1.800

Fonte: IBGE (2009).

Outra fonte de renda do meio rural de Canguçu tem sido a produção de leite, que vem sendo uma alternativa aos agricultores que não quiseram se inserir na fumiicultura. Ultimamente, os produtores têm investido em melhor qualidade das vacas e em ordenhadeiras a fim de aumentar a produtividade. Na tabela nove podemos ver que a produção de leite há anos se faz presente na economia do município.

Tabela 9
Produção de leite no município de Canguçu (1975-1995)

Anos	Vacas Ordenhadas	Produção (1.000 l)	Litros vaca/dia
1975	10.037	9.976	2,72
1980	30.645	23.052	2,06
1985	32.686	11.930	0,99
1990	15.443	20.755	3,68
1995	12.376	16.713	3,70

Fonte: IBGE (2009).

Nas décadas de 70 e 80, o pêssego foi bastante cultivado em Canguçu, visando atender às indústrias conserveiras do município de Pelotas. A tabela 10 mostra a quantidade de pêssego cultivado em Canguçu de 1975 a 1995.

Tabela 10
Produção de pêssego no município de Canguçu (1975-1995)

Anos	Produção (t)	Área Cultivada	Produtividade (kg/hectare)
1975	18.286	1.800	10.200
1980	17.143	3.000	5.714
1985	12.643	3.000	4.214
1990	12.000	3.500	3.428
1995	16.071	2.500	6.400

Fonte: IBGE (2009).

Além de adquirir o pêssego produzido em Canguçu, as indústrias de conserva de Pelotas empregavam muita mão-de-obra. Com a decadência dessas indústrias, o preço do pêssego baixou e, por vezes, não se encontrava comprador para a produção. Desiludidos como o meio rural, um grande número de agricultores vendeu sua propriedade e migrou para as cidades, todavia outros viram no cultivo mais intenso do fumo uma alternativa para permanecer no campo.

Percebendo a importância da experiência destas famílias, as fumageiras entram no vácuo deixado pelas grandes indústrias conserveiras, pois esses pequenos agricultores já tinham um longo histórico nas lides com a cultura do fumo. (DUTRA, 2010, p.68)

Canguçu reúne as condições propícias para a cultura fumageira, pois é composta predominantemente por pequenas propriedades, como podemos observar na tabela 11, e possui uma grande quantidade de mão-de-obra familiar. Esses são fatores indicados ao cultivo do fumo, que não requer grandes extensões de terra, porém necessita de expressiva mão-de-obra envolvida na atividade.

Tabela 11
Número e área em hectares dos imóveis rurais de Canguçu

Extensão da propriedade (ha)	Nº de imóveis	Total da área do município (ha)
0 a 5 há	3231	7519,5
5,1 a 10 há	2872	22256,8
10,1 a 15 há	2013	25585,3
15,1 a 20 há	1405	24900,2
20,1 a 25 há	923	20843,8
25,1 a 50 há	1769	61058
50,1 a 100 há	557	38038,2
100,1 a 200 ha	261	36580,8
200,1 a 500 ha	133	38745,5
500,1 a 1000 ha	37	25922,2
1000,1 a 1500 ha	6	7543,5
1500,1 a 2000 ha	2	3378,4
2000,1 a 2500 ha	2	4674,6

Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura de Canguçu (2010). Organizada por Silvana de Matos Bandeira (2012).

Na tabela 11, é possível perceber que a estrutura fundiária do município é composta predominantemente por pequenas propriedades, sendo que cerca 72,06% desses imóveis rurais são de até 20 hectares. Devido a isso, não é qualquer produto agrícola que consegue suprir as necessidades de uma família em tão pouca terra, ou seja, é necessário um produto com alta produtividade, como o fumo, para que essas pessoas consigam sobreviver no campo.

E, embora ainda não fosse o produto mais importante na economia de Canguçu, em 1999 (Tab. 12) já era significativa a sua produção, indicando que uma transformação se anunciava na agricultura do município.

Tabela 12
Produção de fumo em Canguçu (1991-1999)

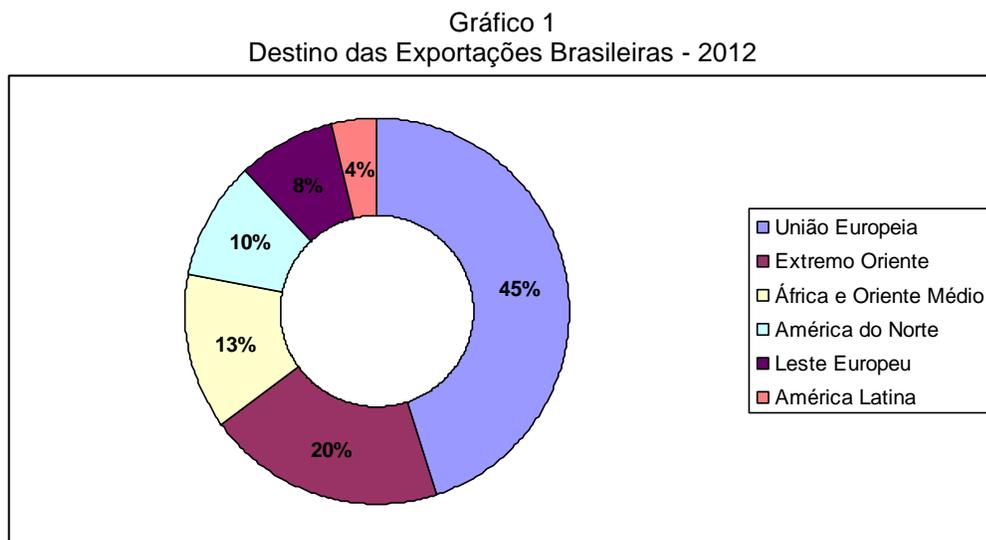
Ano	T	Há
1991	5.400	3.000
1992	9.000	5.000
1993	7.370	3.350
1994	3.015	3.350
1995	2.520	2.800
1996	3.900	3.000
1997	5.600	3.500
1998	6.080	3.800
1999	9.593	4.126

Fonte: ITEPA, IBGE.

As premissas anteriores proporcionavam um contexto favorável ao desenvolvimento da produção de tabaco em grande escala, o que veio ocorrer na próxima década (2000-2010) no município.

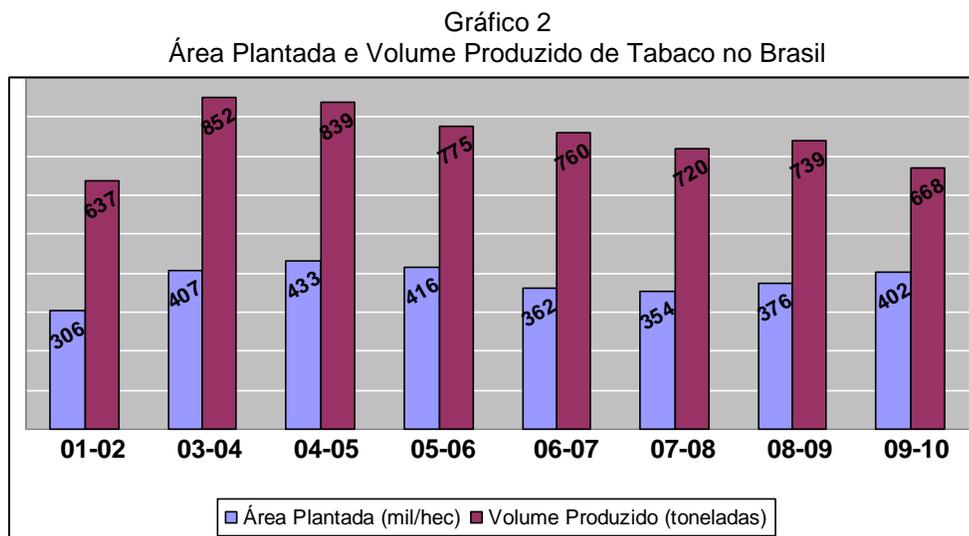
3.4 A presença do tabaco e a transformação da agricultura em Canguçu (2000-2010)

O jornal Zero Hora (27/01/2012) ressaltou que, embora a China seja a maior produtora mundial de tabaco, o Brasil é o maior exportador do mundo. A maioria das exportações brasileiras destina-se à União Europeia, como podemos verificar no gráfico um.



Fonte: Zero Hora (2012).

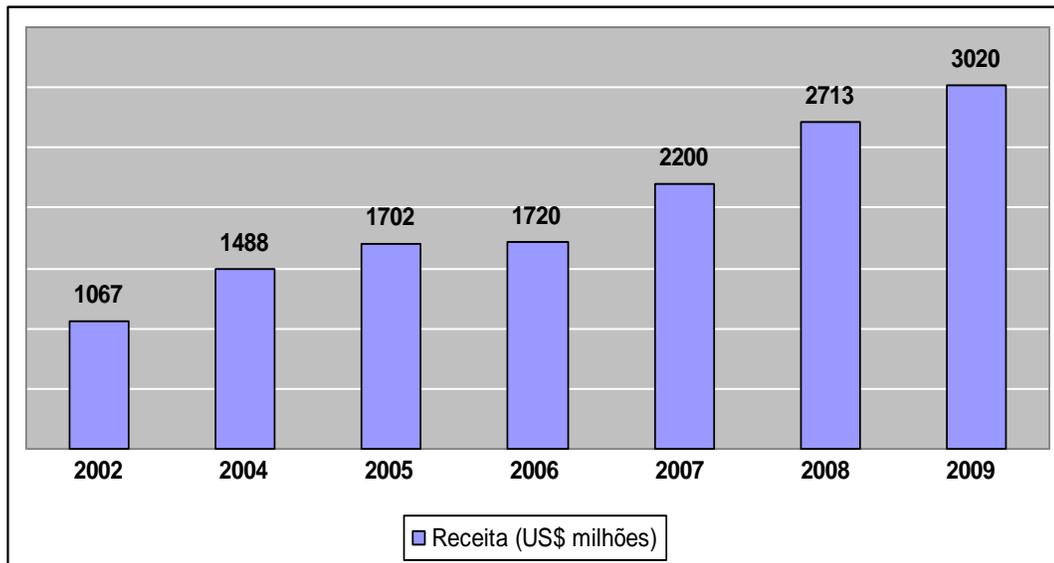
O gráfico dois mostra a quantidade de tabaco produzido no Brasil entre 2001-2010.



Fonte: SindiTabaco (2010).

Após o desenvolvimento de sua produção, o fumo, além de gerar cerca de 2,5 milhões de empregos por ano no Brasil, tem significado acréscimo no recolhimento de impostos. Embora 2,5 milhões de empregos, diretos e indiretos, seja um dado relativamente exagerado, mostra que a produção de tabaco é uma atividade econômica significativamente geradora de renda. O gráfico três mostra o aumento da receita advinda do tabaco entre 2002 e 2009, tornando as campanhas para a erradicação da sua produção uma decisão mais difícil, tendo em vista a quantidade de arrecadação que gera para a economia do país.

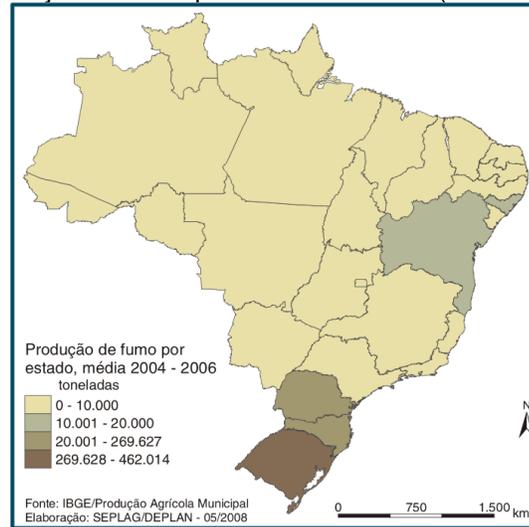
Gráfico 3
Receita do tabaco no Brasil por ano



Fonte: SindiTabaco (2012).

O auge da produção de tabaco no Brasil ocorreu nos anos de 2003 e 2004, em que foram plantados 407 mil hectares e produzidos 852 toneladas de fumo. Na figura 18, pode-se ver que o Rio Grande do Sul foi o estado que liderou a produção de tabaco entre 2004-2006.

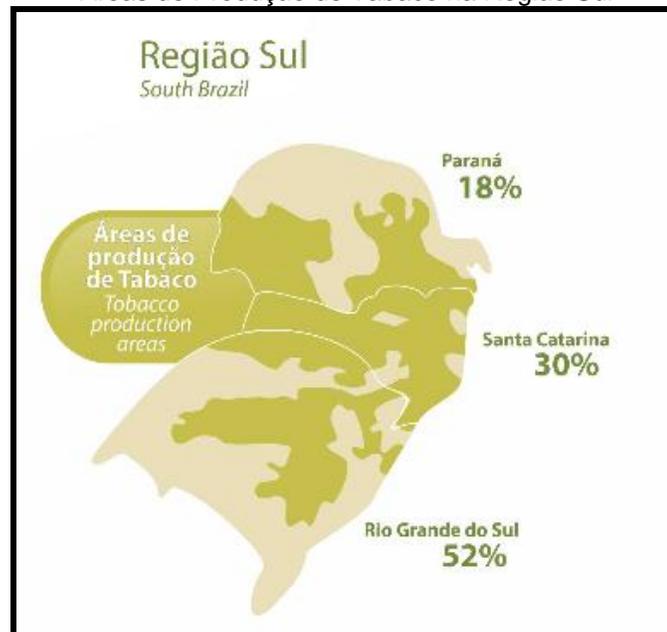
Figura 18
Produção de fumo por estado no Brasil (2004-2006)



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul.

A Região Sul é a maior produtora de tabaco do país e a produção do RS corresponde a 52%. A figura 19 mostra as principais áreas produtoras de tabaco da Região Sul, incluindo o município de Canguçu.

Figura 19
Áreas de Produção de Tabaco na Região Sul



Fonte: SindiTabaco (2012).

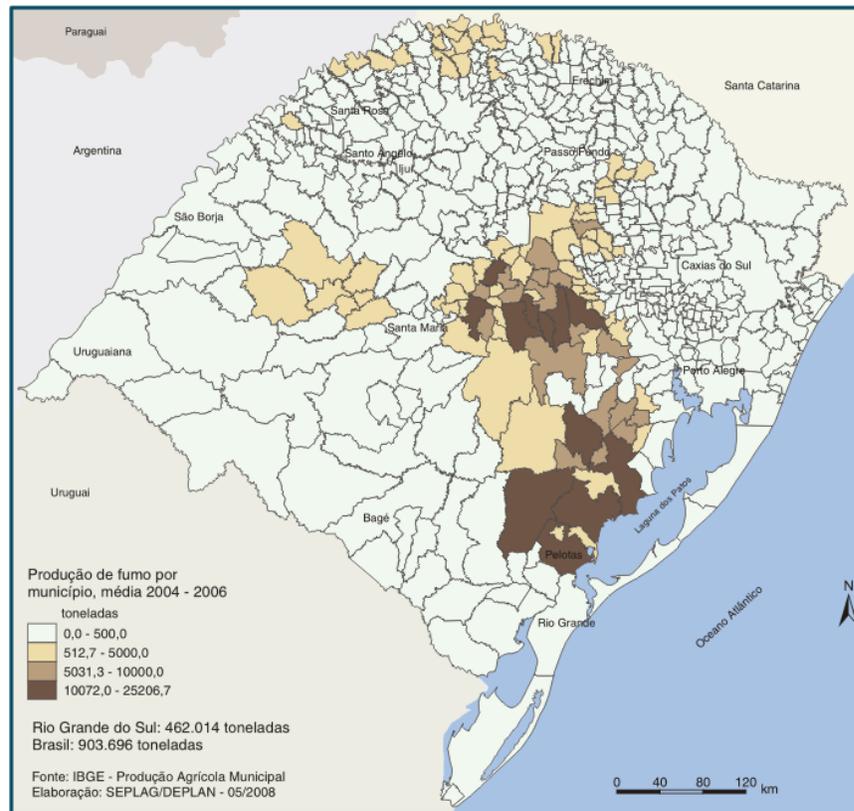
Conforme dados da SindiTabaco (2011), no RS há 291 municípios que produzem tabaco, envolvendo 95 mil produtores rurais e gerando renda para 377 mil pessoas no campo. O fumo gera 2 bilhões de receita aos produtores anualmente. Representa 9,8% do total das exportações gaúchas, com 371 toneladas exportadas.

Nas figuras 20 e 21, podemos perceber que Canguçu havia intensificado sua produção de fumo entre 2004-2006, quando comparado com o período 1998-2000.



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul.

Figura 21
Média da produção de fumo por município do RS (2004-2006)



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul.

Bento (2007, p. 181) menciona que em 16 e 17 de abril de 2004 esteve em visita a Canguçu e percorreu parte do interior do município. O autor, que há 21 anos havia feito o mesmo trajeto, ficou encantado com as transformações que ocorreram no meio rural e, também, na sede de Canguçu. “Sai orgulhoso e surpreso pelo progresso da cidade de Canguçu que eu jamais podia ter imaginado. Creio que isto se deveu ao progresso de sua colônia alemã, fenômeno que não se verifica em outras cidades da fronteira.” Embora ao fazer esse comentário, Bento parece não ter considerado que entre Canguçu e as cidades da fronteira há diferenças fundiárias que também influenciam nos modos de produção, o autor reconhece a importância que a imigração pomerana teve para o desenvolvimento da economia do município de Canguçu.

Ao inserir-se na economia globalizada, embora permanecesse com a sua base econômica na agropecuária, algumas transformações ocorreram no município de Canguçu. Dutra (2010, p.42) esclarece que

entre os produtos que historicamente fizeram parte da economia agrícola, em um primeiro momento podemos destacar milho, feijão, fumo e cebola. Em decorrência do grande dinamismo característico da agricultura familiar, outros cultivos ganharam importância, como a soja, o pêssego e nos últimos anos, a cultura do fumo(...).

A seguir, é demonstrado em alguns gráficos como a economia agrícola do município tem se transformado, ocasionando oscilações nas diferentes produções agrícolas com destaque ao fumo, como veremos a seguir no próximo subcapítulo.

O milho ainda é bastante cultivado no município (Tab. 13), porém grande parte destina-se ao consumo da própria propriedade do agricultor, pois quase não traz retorno financeiro ao produtor se comparado ao fumo e, além disso, necessita de maiores extensões de terra para o seu cultivo.

Tabela 13
Produção de milho no município de Canguçu (2000-2010)

Anos	Produção (t)	Área Cultivada (hectares)	Produtividade (Kg/hectare)
2000	56.400	50.000	1.128
2001	120.000	50.000	2.400
2002	102.000	50.000	2.040
2003	120.000	50.000	2.400
2004	45.000	45.000	1.000
2005	12.000	25.000	480
2006	17.640	24.500	720
2007	84.000	35.000	2.400
2008	45.000	25.000	1.800
2009	51.000	25.000	2.040
2010	67.200	28.000	2.400

Fonte: IBGE, ITEPA.

A produção de feijão (Tab. 14) tem perdido espaço no município e a área do seu cultivo foi reduzida de 6.000ha (2005) para 4.620ha (2008).

Tabela 14
Produção de feijão no município de Canguçu (2001 - 2010)

Anos	Produção (t)	Área Cultivada (hectares)	Produtividade (Kg/hectare)
2001	7.485	8.000	935
2002	5.800	7.000	828
2003	7.632	6.600	1.156
2004	7.200	6.300	1.142
2005	2.160	6.000	360
2006	1.080	6.000	180
2007	6.900	5.750	1.200
2008	1.134	4.620	245
2009	6.426	7.420	866
2010	4.275	6.250	684

Fonte: IBGE, ITEPA.

Já a produção de cebola tem se mantido relativamente estável em Canguçu (Tab. 15).

Tabela 15
Produção de cebola no município de Canguçu (2000-2010)

Anos	Produção (t)	Área Cultivada (hectares)	Produtividade (Kg/hectare)
2000	7.200	1.200	6.000
2001	7.200	1.200	6.000
2002	7.200	1.200	6.000
2003	7.200	1.200	6.000
2004	7.200	1.200	6.000
2005	6.000	1.000	6.000
2006	6.000	1.000	6.000
2007	6.000	1.000	6.000
2008	6.000	1.000	6.000
2009	7.200	1.200	6.000

2010	6.000	1.000	6.000
------	-------	-------	-------

Fonte: IBGE, ITEPA.

A produção de leite (Tab. 16) continua sendo uma das principais alternativas econômicas para os moradores do meio rural que não quiseram se inserir na fumiicultura.

Tabela 16
Produção de leite no município de Canguçu (2000-2010)

Anos	Vacas Ordenhadas	Produção (1.000 l)	Litros vaca/dia
2000	14.684	21.639	4,03
2001	15.901	23.433	4,03
2002	16.267	23.972	4,03
2003	16.248	23.944	4,03
2004	16.395	24.161	4,03
2005	16.434	24.218	4,03
2006	16.474	24.276	4,03
2007	15.057	22.188	4,03
2008	14.537	21.422	4,03
2009	15.991	23.564	4,03
2010	15.855	23.363	4,03

Fonte: IBGE, ITEPA.

O pêssego (Tab. 17), produto que já foi de grande destaque na economia de Canguçu, tem encontrado dificuldade para ser comercializado.

Tabela 17
Produção de pêssego no município de Canguçu (2000-2008)

Anos	Produção (t)	Área Cultivada	Produtividade (kg/hectare)
2000	15.000	2.500	6.000
2004	15.000	3.000	5.000
2005	12.600	3.000	4.200
2006	7.280	2.600	2.800

2007	18.200	2.600	7.000
2008	18.200	2.600	7.000
2009	18.200	2.600	7.000
2010	18.900	2.700	7.000

Fonte: IBGE.

A soja (Tab. 18) é um cultivo que teve um período de decadência quando se intensificou a cultura do fumo, porém ultimamente voltou a crescer no município.

Tabela 18
Produção de soja no município de Canguçu (2000-2010)

Anos	Produção (t)	Área Cultivada (hectares)	Produtividade (Kg/hectare)
2000	10.800	8.000	1.350
2001	11.520	8.000	1.440
2002	13.770	9.000	1.530
2003	21.600	9.000	2.400
2004	11.700	10.000	1.170
2005	7.088	15.000	472
2006	7.950	7.500	1.060
2007	27.000	15.000	1.800
2008	18.000	10.000	1.800
2009	21.000	10.000	2.100
2010	31.500	15.000	2.100

Fonte: IBGE, ITEPA.

3.4.1 A fumicultura se torna a atividade econômica primária mais importante para Canguçu

O fumo já era produzido em Canguçu juntamente com outros produtos agrícolas e, em 2003, apresentou um aumento significativo em sua produção (Tab. 19).

Tabela 19
Desenvolvimento da produção de fumo em Canguçu (2000-2010)

Ano	T	Ha
2000	8.360	3.800
2001	8.360	3.800
2002	10.186	4.630
2003	12.960	7.200
2004	20.900	9.500
2005	21.542	10.771
2006	25.005	11.366
2007	22.000	10.000
2008	16.547	7.906
2009	17.255	8.908
2010	13.362	8.908

Fonte: ITEPA, IBGE.

A aceitação, por parte dos agricultores, das condições impostas pelas empresas fumageiras e da assistência técnica oferecida para o desenvolvimento da cultura do tabaco, possibilitou que os pequenos agricultores continuassem sobrevivendo no meio rural, uma vez que os outros produtos cultivados em grande escala no município, como o milho e a soja (Tab. 20), necessitam de grandes extensões de terra e maquinários agrícolas que a maioria dos agricultores não tem condições de adquirir.

Tabela 20
Produtos cultivados no município de Canguçu (2001)

Produto	Área plantada (hectares)	Produtividade Média (kg/ha)
Milho	25.000	1920
Soja	10.000	1800
Fumo	8.500	2200
Feijão preto	4.620	1200

Pêssego	2.700	7000
Batata inglesa	1.000	10000
Arroz irrigado	720	5280
Batata doce	500	8000
Cevada	400	2400
Trigo	300	2400
Laranja	240	-
Alho	150	3000
Milho doce	150	16000
Girassol	140	1800
Amendoim	120	1000
Tomate	100	40000
Figo	80	2400
Ervilha	50	1800
Morango	50	1500
Tangerina	47	9574
Melancia	40	8000
Melão	30	4000
Abóbora	20	10000
Pepino	20	2000
Uva	20	5000
Cenoura	15	10000
Pimentão	10	2000
Mandioca	10	8000
Limão	07	8714
Ameixa	05	5000
Pêra	04	9250
Goiaba	03	5333
Maçã	03	10000
Marmelo da índia	01	3000

Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura de Canguçu (2001).

Como se pode observar na Tab. 21, que mostra dados das principais culturas praticadas em Canguçu, o fumo é o único produto agrícola que traz um grande retorno financeiro em pequenas propriedades.

Tabela 21
Produtividade média dos principais produtos agrícolas cultivados em Canguçu

	Fumo (em folha)	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Feijão (em grão)
Área plantada (hectare)	8.908	25.000	10.000	7.420
Produção (tonelada)	17.255	51.000	21.000	6.426
Rendimento médio (quilograma por hectare)	1.937	2.040	2.100	866
Valor da produção (mil reais)	91.452	15.300	17.010	9.045

Fonte: IBGE (2009).

Em 2005, a cultura do tabaco movimentou R\$ 70,012 milhões no município, sendo que, com base em dados do ITEPA (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria), em 2001 no município de Canguçu, eram cultivados apenas 3.800 hectares de fumo, o que representa um considerável aumento da área cultivada. E, enquanto o PIB (Produto Interno Bruto) de Canguçu era de R\$ 259.909.122 em 2001, em 2004, após o rápido aumento da monocultura do fumo, o PIB do município passou para R\$ 406.033.000.

A monocultura do fumo cooperou para a dinamização do comércio já que, primeiramente, passou a gerar mais renda para os pequenos agricultores – como demonstra a reportagem publicada no Diário Popular em 15/12/2010, “a renda per capita que era de R\$ 5.232 mil em 2002 passou para R\$ 8.703 mil e avançou 14 posições nos últimos anos, significando um crescimento em torno de 66% neste período.” Essa mudança no poder aquisitivo dos canguçuenses se refletiu no comércio. A reportagem também afirma que

o município continua entre os 64 que mais crescem no estado. Nos anos de 2003 e 2007 estava entre os 10,8% com crescimento acima da média do

estado. Em 2000 ocupou a 117º lugar no ranking por ordem de Produto Interno Bruto do Estado e em 2006 passou a figurar no 64º lugar, avançando 53 posições.

Assim, o município de Canguçu se consolidou como a terceira maior economia dos municípios da Zona Sul desde 2007, perdendo apenas para os municípios de Rio Grande e Pelotas. Este fenômeno ocorreu devido ao fato de os habitantes do município, tanto da zona urbana quanto da rural, gastarem sua renda no comércio da própria cidade.

Segundo o ITEPA (2008), a Zona Sul é constituída pelos seguintes municípios: Aceguá, Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Bagé, Caçapava do Sul, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Cristal, Encruzilhada do Sul, Herval, Hulha Negra, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Tavares e Turuçu.

Outra forma de contribuição para a dinamização do comércio é a mercantilização do consumo de alimentos, pois muitos agricultores, ao inserirem-se no mercado plantando fumo, perderam sua autonomia e enfraqueceram sua segurança alimentar, pois passaram a adquirir nos supermercados da cidade certos produtos alimentícios que anteriormente produziam. Gazzolla (2009, p.85) afirma que “mercantilização do consumo de alimentos fragiliza a segurança alimentar dos agricultores familiares e reduz a sua autonomia”. Essa mudança na agricultura familiar não afeta apenas o lado econômico e produtivo, mas também os aspectos sociais das famílias. O agricultor perde autonomia e passa a depender cada vez mais do mercado para executar a sua reprodução social, pois em vez de produzir a policultura para a sua própria subsistência, passa a comprar os alimentos agrícolas e tem, como objetivo, mais tempo para se dedicar a monocultura para o mercado, uma vez que esta é mais rentável economicamente e possui um mercado garantido e seguro. Gazzolla (2009, p. 89) explica que

este movimento de mercantilização pode ser explicado por fatores relacionados à especialização produtiva dos agricultores, o que fez com que voltassem seus esforços para a produção comercial, relegando a um segundo plano a produção de alimentos básicos para o consumo das famílias e da propriedade.

Além disso, a mercantilização afeta o saber-fazer das famílias em relação aos produtos para consumo próprio, pois deixam de usar sementes crioulas, por exemplo, e passam a plantar os produtos novamente provavelmente com sementes transgênicas. A mercantilização se desenvolve, também, devido à cientifização da produção agrícola, pois a agricultura começa a internalizar e assimilar a técnica desenvolvida pela ciência moderna com o plantio de sementes melhoradas – a fertilização e correção das propriedades químicas e físicas dos solos, o uso de agrotóxicos, etc.. Seria importante os agricultores não deixarem de produzir certos produtos como o milho, a batatinha e o feijão, pois esses cultivos tanto servem para o autoconsumo como para serem comercializados, dependendo da necessidade. Os produtos para autoconsumo são fundamentais para as unidades familiares, porque propiciam alternatividade entre consumo e venda e, igualmente, permitem ao agricultor familiar um maior domínio e autonomia para fazer frente à mercantilização do processo produtivo e do próprio consumo de alimentos. Além disso, facultam ao agricultor familiar maior segurança, pois à medida que os alimentos estacionais necessários ao consumo da família forem obtidos, a garantia de sua qualidade alimentar e nutricional será desfrutada.

Se para o agricultor é negativa essa perda da independência alimentar, para o comércio é favorável, pois encontra, assim, mais uma demanda a ser satisfeita e passa a ofertar o que antes era produzido nas propriedades rurais.

Durante os meses de março e abril de 2011, foram realizadas mobilizações mediante a ameaça que a votação de alguns projetos políticos, em nível federal, significaria para a economia de Canguçu. No dia 15 de março de 2011, foi realizado um ato público em frente à prefeitura visando informar e conscientizar os moradores da área urbana sobre os problemas que os trabalhadores da zona rural do município estão enfrentando. No dia 21 de março de março de 2011, foi feita uma manifestação no Herval (localidade do 2º distrito de Canguçu) com a participação de representantes da FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul), AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil), sindicatos de trabalhadores rurais, ACICAN, entre outras entidades (Fig. 22). Também estiveram presentes, deputados estaduais e federais, o prefeito municipal Cássio Luiz Freitas Mota, funcionários públicos e grande quantidade de fumicultores de todas as partes do município.

Figura 22
 Manifestação dos fumicultores no Herval (2º distrito de Canguçu)



Fonte: Silvana de Matos Bandeira (2011).

As principais reivindicações são oriundas da insatisfação que gera, nos agricultores, a ameaça da efetiva aplicação da Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (e alterações), que institui o Código Florestal. Canguçu seria negativamente afetada pelo Código Florestal, pois seria obrigatório, por lei, cada agricultor deixar de cultivar nas áreas consideradas de preservação permanente em suas propriedades. O Código Florestal também afetaria significativamente as propriedades rurais ao exigir, no art. 16, que 20% de cada propriedade sejam destinadas à reserva legal. Considerando o relevo acidentado de Canguçu, e o fato de que grande parte das propriedades onde é desenvolvida a agricultura possui menos de 20 hectares, o Código Florestal exigiria que inúmeros pequenos agricultores tivessem de diminuir a área plantada, afetando diretamente a produção de fumo e de alimentos no município, ou seja, causaria uma decadência econômica preocupante, levando-se em conta que a base econômica de Canguçu é a agricultura.

Dutra (2010, p.24), com base em Simch (2002) e Cunha (1998), classifica o solo da área do município de Canguçu conforme as suas características e possíveis utilidades:

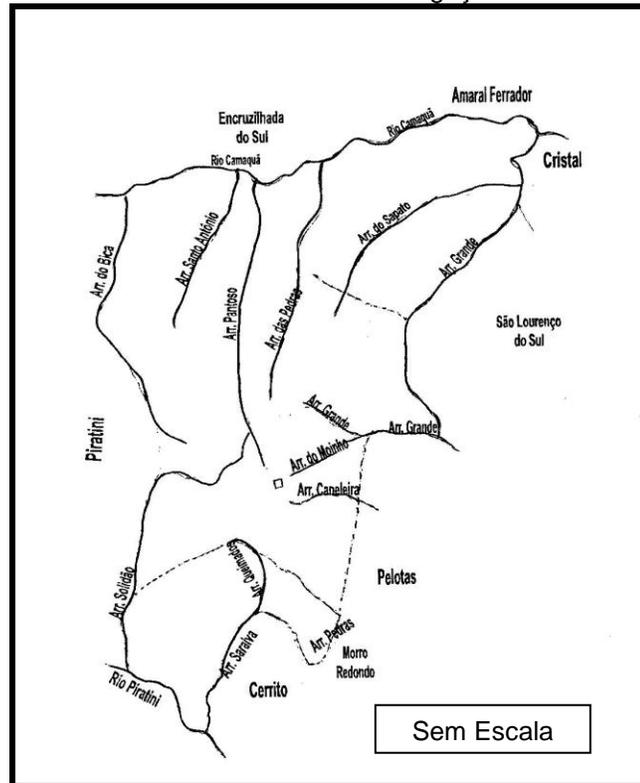
- 6,33% da área do município não têm uso agrícola recomendável, tendo em vista que é constituída por relevo com fortes ondulações, vegetação arbustiva rala e restos de mata nativa, solos rasos e afloramentos rochosos esparsos;
- 8,95% possuem relevo ondulado, escarpado e montanhoso, vegetação de restos de matas, solos rasos, sendo indicados para utilização com pastagens nativas ou destinadas à silvicultura;
- 18,8% podem ser aproveitadas com cultivos perenes e pastagens, por possuírem solos rasos;
- 1,35% é constituída por terras planas, inundáveis, com solo aluvial e que podem ser utilizadas para cultivos perenes que suportem alagamento ou pastoreio;
- 30,13% são constituídos por áreas onduladas, onde os segmentos de drenagem começam a aprofundar-se, formando os vales e arroios e de relevo menos íngreme, com predominância de solos profundos, podendo ser utilizados para cultivos anuais ocasionais ou intermitentes, com controle efetivo da erosão;
- 33,14% da área total é constituída de solos menos suscetíveis à erosão, podendo ser utilizados para cultivos anuais com rigoroso controle dos fatores erosivos. Esta área corresponde às colinas aplainadas, relevo suave, ondulado, e vegetação campestre com solos profundos, bem drenados e de média fertilidade;
- 2,02% correspondem às colinas interserranas, de relevo suave ondulado, com solos férteis e lombadas, vegetação campestre e solos hidromórficos, sendo favoráveis aos cultivos anuais.

Se formos enquadrar o solo de Canguçu no Código Florestal, bem mais do que 6,33% das terras seriam inaproveitáveis para a agricultura, tendo em vista a enorme quantidade de declividades, arroios e sangas¹ que o município possui.

No mapa abaixo, se pode perceber que o município de Canguçu é cortado por dois rios (Camaquã e Piratini), dos quais derivam vários arroios e inúmeras sangas, sendo que muitas delas localizam-se em pequenas propriedades (Fig. 23).

¹ Arroios e sangas são nomenclaturas regionais para rios com dimensões menores.

Figura 23
Rios e arroios de Canguçu



Fonte: Laedi Bachini Bosenbecker (2004).

Outra ameaça que preocupou diretamente os produtores de fumo de Canguçu, e que também estava em pauta nas reivindicações, são as duas consultas públicas que a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) realizou via Internet. A consulta pública nº112 visa proibir o uso de aditivos na produção de cigarros no Brasil, o que limitará a produção de tabaco Burley e tabaco Galpão. Já a consulta pública nº117 tem a intenção de proibir a exposição de produtos derivados do tabaco em pontos de venda e altera drasticamente as embalagens de cigarro.

O terceiro motivo das manifestações seria a relação produtor-preço-empresa, pois as empresas estimulam os agricultores a produzir cada vez mais quantidade de fumo e quando há uma superprodução, como na última safra, os preços do produto baixam, desmotivando os agricultores a permanecer trabalhando com a terra. Há, também, a queixa de que as empresas se aproveitam no momento de classificar o fumo, explorando ainda mais os agricultores.

No dia 07 de abril de 2011 ocorreu a passeata denominada Grito da Terra Regional com a participação de autoridades, agricultores e escolas do município. Além de reforçar as questões já mencionadas, o protesto reivindicava uma política de melhor acesso à terra, incentivo à comercialização de produtos da pequena indústria familiar rural, melhoria do crédito agrícola, melhores condições de acesso à programas de saúde para o homem do campo e resolução de problemas relacionados ao endividamento dos agricultores.

Em entrevista concedida ao Informativo da rádio Liberdade de Canguçu, no dia 15/03/2011, com a finalidade de falar sobre as mobilizações para a manutenção do cultivo do tabaco em Canguçu e convidar o público para a manifestação que ocorreu no Herval, o prefeito municipal Cássio Luiz Freitas Mota demonstrou preocupação com o futuro do município, pois admite que o progresso de Canguçu advém da fumicultura.

(...) quatorze anos de vida pública (...) vi o crescimento, vi o desenvolvimento, comércio, as propriedades rurais que antes lidavam com boi, o arado, hoje é trator, não é? Conforto dentro das casas, é... Pode-se dizer: o município em pleno progresso.

Quando questionado pelo entrevistador sobre a importância da fumicultura para o PIB (Produto Interno Bruto), advindo da agricultura, afirmou que

(...) de 180 milhões, 128 milhões é fumo. É... Pessoas que trabalham com fumo, podemos dizer que se formos fazer 5.013 famílias produtoras vezes quatro e meio, dá 23.000 pessoas envolvidas diretamente no fumo, fora os de forma indireta, que é o comércio, o nosso comércio local, é os empregos na prefeitura (...).

Em relação ao futuro do município, caso não se encontre outra atividade econômica que dê o mesmo retorno financeiro como o fumo, o prefeito se mostrou bastante pessimista:

Só na educação de Canguçu temos praticamente setecentos professores, e quando entrei na prefeitura em 1997 nós distribuíamos 5.046 cestas básicas, hoje não se chega a 300 cestas básicas. Há poder de compra. E dizia claramente, que talvez a prefeitura se não quebre, vai ter que diminuir o contingente. Vai ter máquina, não vai ter dinheiro pra óleo. Vai ter que tirar pessoal porque não vai ter dinheiro pro pagamento. Então haverá um retrocesso (...).

Dessa maneira, o atual prefeito de Canguçu expressou a sua preocupação com o futuro econômico do município que se encontra, no momento, quase totalmente dependente da cultura do tabaco.

Segundo artigo publicado na Página Rural (2009), “Canguçu é o terceiro no ranking dos maiores produtores de fumo do país. Em 2005, o município plantou 10.771 hectares da cultura e colheu 23.100 toneladas do produto, 2,4% do total nacional.” Atualmente, o fumo encontra-se em declínio no município e a produção da soja voltou a aumentar após um período de diminuição sofrido em decorrência do sucesso representado pelo fumo. Porém, mesmo com a diminuição, o tabaco ainda é a cultura mais importante economicamente para Canguçu e continua sendo produzido em larga escala para o mercado.

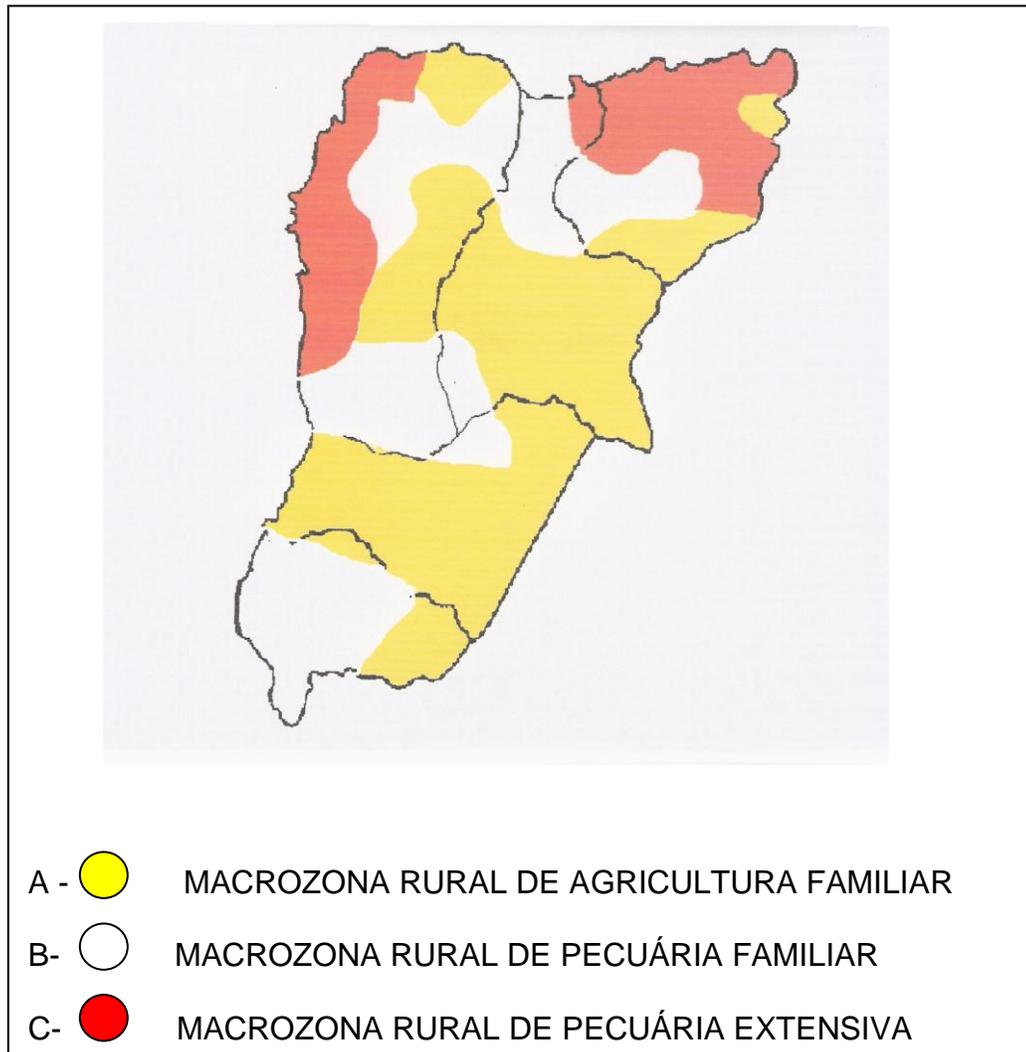
Os pequenos agricultores de Canguçu lutam por melhor assistência do governo, principalmente através do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores). O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu é integrante da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), entidade que reúne cerca de 4 mil sindicatos rurais e 20 milhões de trabalhadores e trabalhadoras do campo, procurando alertar as autoridades sobre a importância do papel desempenhado pelo homem do campo.

Cabe esclarecer que em algumas partes do município ainda predomina a pecuária. Isto costuma ocorrer nas regiões mais longínquas da sede, em que há grandes propriedades e baixa densidade populacional (Fig. 24).

Dutra (2010, p.41), em sua análise, percebeu que a área rural de Canguçu não é homogênea, ou seja, a grande extensão do município comporta muitas desigualdades populacionais e na base econômica.

(...) em Canguçu a diversificação produtiva vem lentamente sendo suprimida em função da fumicultura, basicamente nas áreas de pequenas propriedades. Nas áreas mais longínquas, historicamente predominou a pecuária. Desse modo, em lugares próximos a Piratini, Cerrito, Encruzilhada do Sul, Amaral Ferrador, constata-se um incremento muito importante na migração para a cidade de Canguçu, em decorrência da mecanização das atividades ligadas à pecuária e por razões intrínsecas à grande propriedade que não possui a capacidade de inserção social nem de utilização da mão-de-obra disponível.

Figura 24
Macrozonas Rurais



Fonte: Projeto de Lei Plano Diretor Municipal de Canguçu (2006).

No entanto, foi nas pequenas propriedades que se deu o recente enriquecimento econômico do município com o aumento da renda propiciado pelo fortalecimento da agricultura nessas pequenas propriedades. Conseqüentemente, a cidade e seu comércio vêm sofrendo transformações. Carlos (1994, p.83), ao escrever sobre o espaço urbano, diz que “se de um lado aproxima a indústria, as matérias-primas, os meios de circulação, a força de trabalho e o exército de reserva, de outro lado aproxima pessoas consideradas como consumidoras”. É perceptível que foi devido ao crescimento da monocultura do fumo que o comércio de Canguçu destacou-se, o que torna o seu desenvolvimento dependente. Gonçalves (2004, p.211) deixa claro que

“o monocultivo acentua a dependência do agricultor diante do complexo industrial financeiro”, ou seja, caso ocorra uma crise que venha afetar a indústria fumageira, o comércio e o consumo em Canguçu serão influenciados negativamente.

Em Canguçu ocorreu o aumento de agricultores dedicando-se mais intensamente ao cultivo de tabaco, por essa cultura ser economicamente mais vantajosa e se adaptar às condições populacionais e agrárias do município. Com essa transformação, a economia se tornou dependente do cultivo do fumo e as famílias diminuíram a produção de outros cultivos tradicionais para dedicarem-se à fumicultura. O grande desafio do município, atualmente, é manter a fumicultura enquanto não se encontra alternativa que traga o mesmo retorno financeiro, para os agricultores, e que incentive o cultivo da agricultura de subsistência paralelo ao tabaco.

4 O COMÉRCIO ATUAL DE CANGUÇU E A RENDA ADVINDA DA FUMICULTURA

Hoje em Canguçu as moradias estão afastando-se da área central e dando lugar ao comércio, pois com o aumento da renda per capita devido ao desenvolvimento da fumicultura no município, o número de comércios e de transações comerciais no centro da cidade aumentaram significativamente.

Ademais da fumicultura, o fato de ser um município predominantemente rural, e dividido em minifúndios, contribuiu para que houvesse grande número de aposentados no município, pois os agricultores são beneficiados com a aposentadoria cinco anos antes do que os trabalhadores urbanos. Dessa forma, os homens acabam se aposentando aos sessenta anos e as mulheres aos cinquenta e cinco anos. A renda dos aposentados também tem contribuído para a dinamização do comércio, pois mensalmente, no período de recebimento das aposentadorias, o centro da cidade lota de pessoas do meio rural que vêm aos bancos receber e fazer suas compras no comércio.

Tabela 22
Benefícios em manutenção no município de Canguçu (2000-2010)

Ano	Urbanos	Rurais	Total
2000	2.596	10.676	13.272
2001	2.675	10.787	13.462
2002	2.751	10.842	13.593
2003	2.859	10.944	13.803
2004	2.915	10.946	13.861
2005	3.147	11.076	14.223

2006	3.268	11.987	15.525
2007	3.375	11.843	15.218
2008	3.525	11.970	15.495
2009	3.630	11.922	15.552
2010	4.023	12.445	16.468

Fonte: INSS (2010).

Segundo o INSS, mensalmente em 2010, aproximadamente R\$ 7.000.000,00 (sete milhões), provenientes dos 4.023 beneficiários do INSS que vivem na zona urbana e 12.445 que vivem na zona rural, entraram no município. (Tab. 22).

Na produção do espaço urbano, percebemos as transformações que vêm ocorrendo com a dinamização do comércio. Nas ruas, novos prédios surgem a cada dia, buscando aproveitar ao máximo os terrenos centrais. Também percebemos o aumento da instalação de redes de lojas (Ex.: Quero-Quero, Deltasul, Benoit, Farmácia Mais Econômica, Lojas Becker, entre outras.) que veem em Canguçu um mercado promissor. Muitos habitantes das principais ruas da cidade, insatisfeitos com o aumento do fluxo urbano, têm se mudado para áreas mais afastadas do centro e reformado a sua antiga residência com a finalidade de alugar para o comércio. Também se pode verificar, no espaço urbano, a restauração de antigos prédios, a fim de alugá-los para as redes que têm se instalado ultimamente no município. Na figura 25, podemos ver a antiga rádio Cultura reformada e alugada para a filial das Lojas Benoit.

Esses fatores contribuiriam para que dinamizasse o comércio no município, passando de 783 estabelecimentos em 1999 para 1.022 em 2004 e 1.268 em 2009. Esse crescimento tem influenciado as transformações ocorridas na produção do espaço urbano da área em questão, uma vez que grande parte do comércio concentra-se na área central da cidade.

Figura 25
Filial da rede de lojas Benoit na Rua General Osório



Fonte: Silvana de Matos Bandeira (2011).

Na cidade predominam pequenos comércios formais, embora ultimamente tenham se instalado tais lojas de redes. Não se pode ignorar que também haja comércio informal, porém este é em pequeno número e não chega a afetar as atividades comerciais legalizadas. A Tab. 23 mostra a quantidade de estabelecimentos comerciais legalizados na área urbana de Canguçu.

Tabela 23
Estabelecimentos comerciais da área urbana de Canguçu

Rua	Nº de estabelecimentos formais
General Osório	163
General Câmara	30
Júlio de Castilho	47
Avenida Vinte de Setembro	42
Conselheiro Brusque	18
Silva Tavares	16
Silveira Martins	11
Avenida Vinte e Um de Abril	08

Oswaldo Aranha	18
Izarina Couto Terres	01
Alberto Pasqualini	02
Exército Nacional	11
Monteiro Bento	02
Marçal Martins Leal	01
Getúlio Vargas	10
Conrado Ernani Bento	09
Franklin Máximo Moreira	06
Professor André Puente	19
Vereador Guido Otto	05
Dona Firmina Moreira	12
Dr. Teófilo Conrado de Mattos	05
Dom Otaviano	05
Teodoro Timm	01
Ubiratã Telesca Filgueiras	01
Adolfo Blaas	01
Arlindo Almeida	01
Fernando Osório	06
Tenente Edgar Werlle	02
Rua Bento Gonçalves	02
José Francisco Jorge	02
Valdeci dos Santos Ávila	01
Duque de Caxias	03
João de Deus Nunes	03
Cinco de Outubro	01
Prof. Enio de Jesus P. Amaral	01
Assis Brasil	03
Monsenhor Jacob	02
Avenida Sete de Setembro	04

Manoel Pompílio da Fonseca	11
José Bonifácio	01
Olavo Gomes Duarte	01
Marechal Deodoro	01
Dezessete de dezembro	04
João Goulart	03
Vitório Nei	02
Coronel Genes Bento	07
Manoel Dias dos Santos	01
Padre Landel de Moura	01
Hortêncio Rosa	03
Teófilo de Souza Matos	01
Adriano Brockmann Mota	01
José Carlos Telesca	01
Conde de Porto Alegre	06
Professor Ester Freitas Jorge	01
Hipólito Ribeiro	05
Ernesto Manke	01
Madre Manoela Simonis	02
Vereador Ervino Zarnott	01
Francisco Duarte Ribeiro	01
Servidão da Caixa	01
Rua Antônio Florêncio Duarte	03
General Paranhos	03
Ver. Erlindo Rodrigues Borges	01
José Albano de Souza	01
Fernando Ferrari	01
Alan Kardec	01
Juscelino Kubistchek de Oliveira	01
Glicério Boaventura	01

Comparando a tabela 23 com o mapa (Fig. 26), pode-se perceber que a predominância do comércio formal ocorre nas ruas que compõem a área central da cidade, ou seja, a Rua General Osório, a Rua Júlio de Castilhos e a Rua General Câmara. Ultimamente tem havido uma expansão do comércio em direção à Avenida Vinte de Setembro. Nos estabelecimentos comerciais predomina a mão-de-obra feminina.

O crescimento econômico do município também foi acompanhado do desenvolvimento, pois a população em geral teve um aumento em sua renda e acesso ao trabalho, tanto no campo como na cidade, com a renda per capita crescendo 66% entre 2003 e 2007. As figuras 27, 28, 29, 30 e 31 mostram as ruas onde se concentra o comércio tradicional do Bairro Centro de Canguçu.

Figura 27
Movimento no comércio da Rua General Osório (2012)



Fonte: Acervo de Silvana de Matos Bandeira (2012).

Figura 28
Rua General Osório (atual Rádio Liberdade) – 2012



Fonte: Acervo de Silvana de Matos Bandeira (2012).

Figura 29
Comércio da Rua General Osório (2012)



Fonte: Acervo de Silvana de Matos Bandeira (2012).

Figura 30
Comércio da Rua Júlio de Castilho (2012)



Fonte: Acervo de Silvana de Matos Bandeira (2012).

Figura 31
Comércio da Rua General Câmara (2012)



Fonte: Acervo de Silvana de Matos Bandeira (2012).

Percebendo o forte mercado consumidor do município, em 13/10/2010 a Afubra (Fig. 32) inaugurou a sua filial em Canguçu com investimento superior a R\$ 3,5 milhões. Em reportagem publicada no canguonline, o presidente da Afubra, Benício Albano Werner, vindo especialmente de Santa Cruz do Sul para a inauguração da nova loja da rede, mostrou-se otimista em relação ao investimento realizado em Canguçu. “Só aqui no município temos 5.010 famílias produtoras de tabaco. Se incluímos os municípios de Morro Redondo e Piratini, chegamos a 5.160 famílias. Então, está comprovado que o pólo de produção de fumo é Canguçu”, afirmou Werner. De imediato a loja gerou 28 empregos diretos, não sendo canguçuense apenas o gerente Daniel Prestes. A loja da Afubra oferece descontos especiais em seus produtos para os plantadores de tabaco e também dispõe de assistência técnica aos fumicultores do município.

Figura 32
Loja da Afubra em Canguçu



Fonte: Silvana de Matos Bandeira (2011).

O número de associados da ACICAN veio ampliando-se gradativamente e atualmente a ACICAN conta com 143 empresas membros. A ACICAN oferece aos seus associados um sistema informatizado de consulta ao SPC (Serviço de Proteção ao Crédito), convênios médico e jurídico, serviço de fax e serviço de mala-direta gratuito. Além disso, oferece para os seus associados um salão com infraestrutura para 60

pessoas, organiza cursos de aperfeiçoamento direcionados aos trabalhadores no comércio e promove palestras motivacionais.

Percebendo o desenvolvimento do comércio em Canguçu, a ACICAN tem sido uma das principais organizadoras da FECICAN (Feira do Comércio, Indústria e Serviços de Canguçu) nos últimos anos (Fig. 33 e 34). Ultimamente a feira do comércio, indústria e serviços de Canguçu é realizada a cada dois anos e, neste ano, teve a sua VII edição. As feiras, realizadas em espaços com infraestrutura para grande público, como o Ginásio Municipal de Esportes Conrado Ernani Bento, têm como atrações: shows artísticos, apresentações teatrais, gastronomia, torneio de xadrez, artesanato e bancas dos principais comércios da cidade.

Figura 33
VI Fecican em 2009



Fonte: <http://colegiofelixdacunha.blogspot.com/>. Acesso em 30/05/2011.

Figura 34
Convite para a VII FECICAN



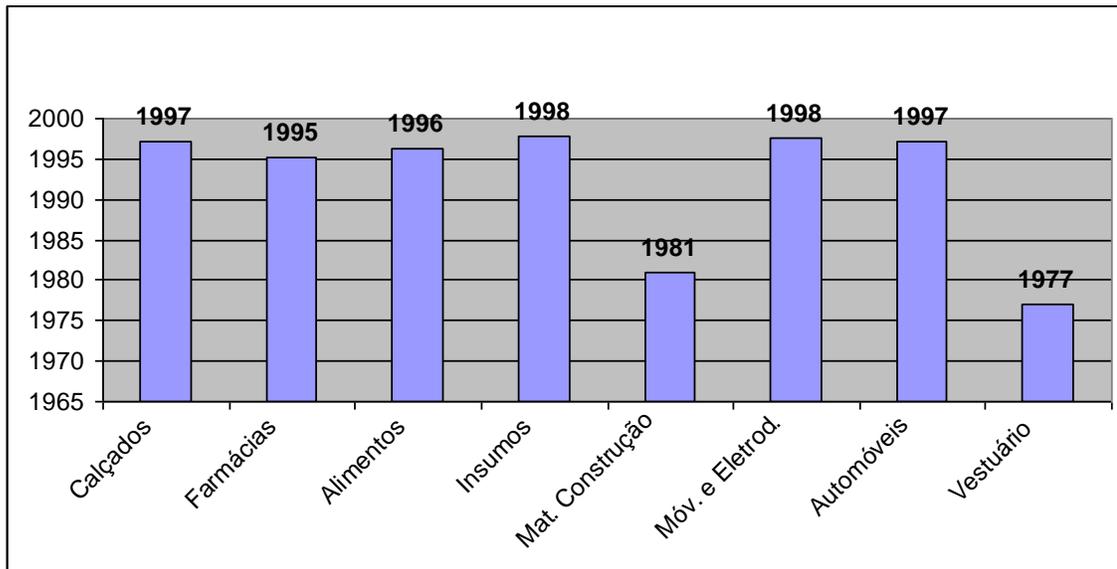
Fonte: Silvana de Matos Bandeira (2012).

4.1 Pesquisa de Campo: Os comerciantes e representantes de entidades de Canguçu se manifestam em relação à importância da fumicultura para o município

Foram realizadas trinta e nove entrevistas (Apêndice A) com a finalidade de ouvir a opinião dos comerciantes, bem como dos representantes das agências bancárias, da Acican, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e, ainda, do Prefeito Municipal sobre a interferência do fumo no desenvolvimento do comércio no período 2000-2010. As entrevistas com os comerciantes foram feitas nos estabelecimentos da área central (Rua General Osório, Rua Júlio de Castilho e Rua General Câmara) onde se concentra o comércio tradicional da cidade.

Nas entrevistas verificou-se que alguns setores do comércio têm uma média de idade mais recente do que outros setores. Enquanto as farmácias, lojas de vestuário e casas de material de construção são mais antigas, os estabelecimentos comerciais de Insumos Agrícolas, Móveis e Eletrodomésticos são mais recentes, seguidos pelos estabelecimentos de Automóveis e de Calçados (Graf. quatro).

Gráfico 4
Ano médio de fundação dos estabelecimentos comerciais de Canguçu por Setor



Fonte: Entrevistas realizadas no comércio de Canguçu entre 11/2011 e 01/2012.

De acordo com as entrevistas, verificou-se que os setores de Insumos e de Móveis e Eletrodomésticos são mais recentes porque seus crescimentos estão relacionados diretamente à fomicultura. Os agricultores passaram a adquirir mais produtos agrícolas depois que intensificaram o cultivo do tabaco e, assim, o aumento do poder aquisitivo possibilitou a troca de móveis e eletrodomésticos de suas casas com mais frequência. O setor de Calçados mostrou ser recente em consequência do próprio desenvolvimento do comércio, que abriu espaço para as lojas especializadas em calçados. Anteriormente, os calçados eram vendidos em lojas de vestuário e, agora, embora as lojas de vestuário continuem ofertando calçados, o mercado já comporta lojas especializadas de calçados. O Entrevistado de número oito, ao referir-se sobre a quantidade de estabelecimentos comerciais atualmente em Canguçu, afirmou que tem “oito especialistas em calçados e cinquenta e duas lojas que vendem calçados”.

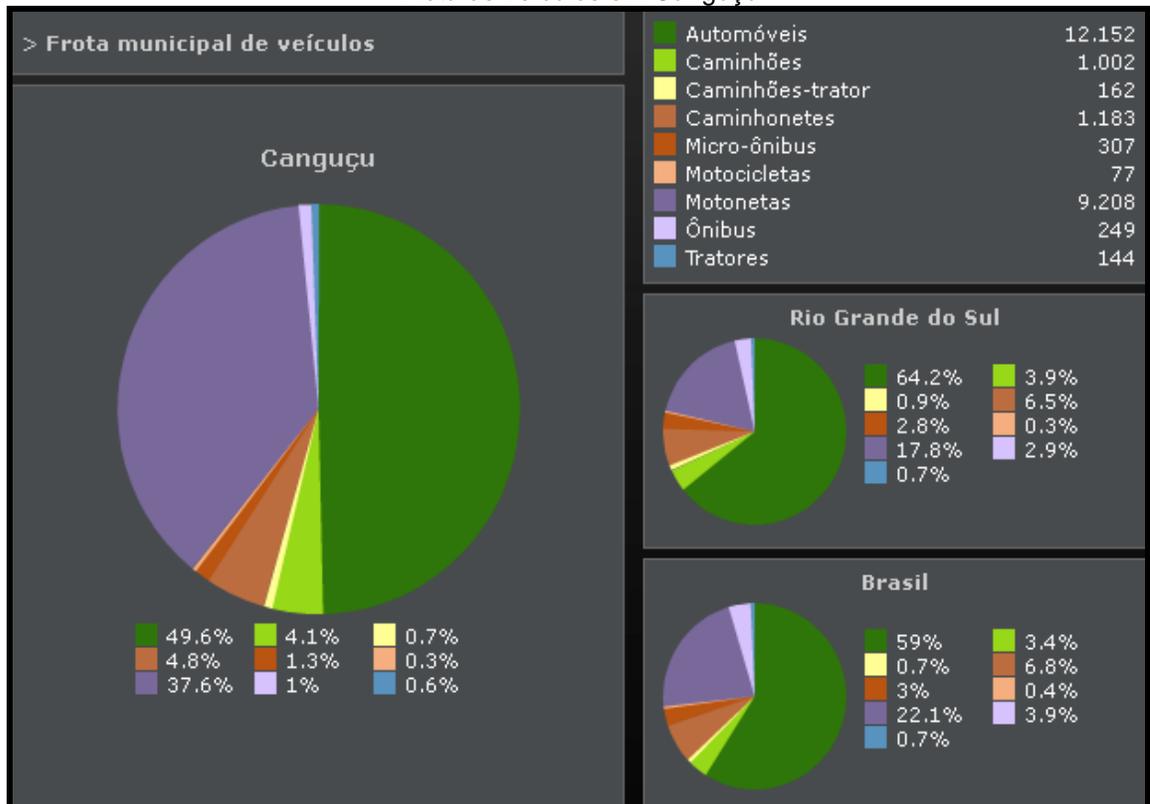
O setor de automóveis teve seu recente crescimento diretamente relacionado ao aumento do poder aquisitivo dos agricultores. Embora essa mudança na renovação da frota seja em todo o âmbito nacional, mostra o resultado que a maior renda do povo brasileiro na última década é aliada às facilidades de financiamento, que são empreendidos para os automóveis.

O Entrv nº 30 comentou que

até mesmo se tu andar pra fora aí, vai ver que antigamente estes colonos andavam tudo de Corcel Um. Era o carro preferido, né? Era Corcel Um, tinha uns que tinham um fusquinha, Corcel Dois no máximo. Agora, hoje em dia, é tudo carro seminovo ou então carro novo, né? A gente nem trabalhava com carro novo antes e agora a gente já tá trabalhando com carro novo já, vendendo carro novo porque é o que eles querem. Eles vêm aqui, dão o carro velho, financiam e pegam carro mais novo. É Palio, é Golzinho, é só esses carros mais novos agora.

O gráfico cinco mostra a frota municipal de Canguçu, que é de 4,38 pessoas por cada automóvel.

Gráfico 5
Frota de veículos em Canguçu



Fonte: IBGE (2009).

A tabela 24 denota o motivo que mais levou os comerciantes a abrir um comércio em Canguçu, sendo a agricultura do município com o principal cultivo a fumicultura.

Tabela 24
Motivos que levaram os comerciantes a abrir um comércio em Canguçu

Motivo	Nº de entrv
Existência de um mercado criado pela agricultura	8
Pouca concorrência no setor	7
Experiência como empregado(a) propiciou abrir um negócio próprio	5
Desemprego condicionou a busca de um negócio próprio	4
Tradição familiar em comércio	4
Metas de expansão	3
Comércio existente e que teve possibilidade de expansão	3
Nova experiência de negócio	2
Influência familiar	1
Migração do campo (policultura) para a cidade	1
Fidelidade de pagamento da cultura germânica	1

OBS: Alguns entrevistados mencionaram mais de um motivo
Fonte: Entrevistas realizadas no comércio de Canguçu entre 11/2011 e 01/2012.

O fato de haver pouca concorrência no setor na época também foi mencionado por sete entrevistados. O Entrv nº 34 conta que em 1939, quando ele retornou do serviço militar e optou por abrir um comércio em Canguçu, na cidade “só existia duas casas de comércio e havia dificuldade de se deslocar até a cidade de Pelotas. O deslocamento podia durar até 10 horas para ir a Pelotas. Não existia nada que tivesse em Canguçu. Só existia gêneros alimentícios, só.” Ele atribui o fraco comércio da época à agricultura pequena do município “tinha mercado e não tinha ninguém. Muito pouco os compradores. (...) A plantação era fraquíssima! Plantavam só batata e milho, não tinha quem comprasse”, relembra. O Entrv nº 34 se admira do progresso que o comércio de Canguçu sofreu na última década e relata que “progrediu muito. Canguçu deu um salto, cresceu acho que 50 anos em 10”. Porém, ao mesmo tempo em que se admira, o entrevistado teme o futuro do comércio.

Nem ideia se teria na época do que está acontecendo em Canguçu. Nem ideia se tinha! E agora, eu acho que está ficando... Eu acho que isso aqui é uma coisa fictícia. Da onde tu vai tirar? Cresceu, cresceu e da onde? Termina o fumo e não tem mais nada. Isto aqui é uma coisa meio fictícia. Um comércio muito grande. Tomara... Tirar de quê? Tirando o fumo não tem mais nada. Então, eu estou trabalhando com muito cuidado.

Entre as estratégias usadas para atrair mais clientes (Tab. 25), o “bom atendimento” apresentou uma grande vantagem em relação à estratégia “preço baixo”, que ficou em segundo lugar. O atendimento em pomerano, que há algum tempo era fundamental no comércio de Canguçu, já não é mais tão importante sendo mencionada por apenas três entrevistados. Isso se deve ao perfil dos consumidores que, em grande maioria, são jovens que perderam o hábito de falar o dialeto pomerano e se comunicam normalmente em português. Vários entrevistados mencionaram que grande parte dos aposentados está com a sua aposentadoria comprometida por empréstimos e que hoje eles “consomem, mas não tanto. A maior parte são os jovens, pessoas mais jovens. (Entrv nº 36)

Tabela 25
Estratégias dos comerciantes para atrair mais consumidores

Estratégia	Nº de entrev.
Bom atendimento	24
Preço baixo	10
Boas condições de parcelamento	7
Qualidade das mercadorias	6
Publicidade	6
Novidade e variedade nas mercadorias	5
Promoções e descontos	4
Honestidade com o cliente	4
Atendimento em pomerano	3
“Encantar” o cliente	2
Atendimento personalizado	2
Vendedores externos	2
Ampliação do espaço	2
Mercadoria a pronta entrega	2
Funcionários qualificados	1
Eventos, demonstrações, degustação, sorteio de brindes	1

Nenhuma	1
---------	---

OBS: Alguns entrevistados mencionaram mais de uma estratégia
 Fonte: Entrevistas realizadas no comércio de Canguçu entre 11/2011 e 01/2012.

O Entrv nº 34 ainda ressaltou: “O comércio aqui está meio duvidoso. Se parar o fumo aí não sei. Nós estamos aqui vivendo do fumo e dos aposentados.” O Entrv nº 18 também analisou a situação do comércio de Canguçu e concordou com o entrevistado anterior: “tira o fumo, tira os aposentados, ai sobra pouco.” Embora haja diversas outras culturas no município, não há outra que se compare ao poder econômico que a fumicultura dá aos agricultores. A Entrv nº 35 descreveu como era a situação econômica do agricultor canguçuense antes de ser inserida a fumicultura.

O alimento não tem uma comercialização garantida. O que estava acontecendo, o que acontecia, porque eu me criei no comércio e sempre via essa, essa questão econômica do município em relação a manutenção do agricultor. Então assim, o que acontecia? Na época que dava muito feijão não tinha preço, na época que dava batata não tinha preço. O agricultor mal apenas conseguia se manter. Claro, porque ele na época ele não comprava muito, anos atrás. Então, alimento ele tinha, ele... O pouquinho que sobrava ele comprava o vestuário e investia um pouquinho na agricultura, porque não dava para investir muito. Acontecia isso: a soja quando tinha, quem produzia um pouquinho de soja, não tinha preço. Ai tinha que esperar lá para quando terminava a safra pra vender a soja porque ela dava um pouco de preço. E a batata não dá pra tu guardares. O feijão até que eles botavam um produto no feijão para que ele aguentasse. Então, tu não podes esperar o preço.

A Entrv nº 35 relembrou o grande êxodo rural que houve em Canguçu no passado e o quanto esse problema foi amenizado depois da fumicultura.

O fumo não, o fumo chegou à época, agora fim do mês já começam a comprar. E o fumo nunca teve o preço que ele teve. Ele dá um poder aquisitivo para o agricultor, um poder de compra. Então foi a produção de fumo que alavancou a agricultura, fez com que não houvesse mais êxodo rural. Porque há anos atrás o êxodo rural em Canguçu era altíssimo. Pra ti ver que tu vais em vilas em Pelotas e só mora gente de Canguçu. (...) Tu tem bairros em Pelotas que se formaram com o pessoal de Canguçu.

A Entrv nº 37 reconhece a importância da fumicultura para o desenvolvimento do comércio e teme a decadência deste, caso não haja uma transição a tempo para outros cultivos: “Canguçu já viveu este terror há anos atrás, tu entende? Os anos 90 em Canguçu era uma pobreza. (...) Ninguém quer voltar pra aqueles anos.” Ela contou que no início dos anos 1990 o município estava passando por uma enorme crise na agricultura quando houve o fechamento da Indústria HP em Canguçu, responsável por

absorver a produção de pêssego do município e de uma Indústria localizada no Remanso, receptora de outros tipos de cultivos.

Quando os agricultores se reestruturaram economicamente com o cultivo do fumo, o comércio apresentou significativo desenvolvimento:

Com certeza o fumo! O fumo é o cavalo chefe, porque foi o que trouxe o dinheiro. As multinacionais largaram muito dinheiro no município. Estritamente o fumo, os demais o município sempre teve. Leite sempre teve, aposentadoria sempre teve. (Entrv nº 32).

A Entrv nº 35 afirma que o aumento do poder aquisitivo dos agricultores se deu após a inserção da produção de tabaco. “Seria a produção de fumo, que dá uma garantia de venda. Porque se o nosso agricultor tivesse trabalhando feijão, plantando feijão, plantando milho, ele já tava... Porque o agricultor que se desenvolveu foi o do produtor do fumo.” A Entrv nº 37 explica: “cresceu o comércio na última década em Canguçu. Por quê? Porque os impostos aumentaram, as pessoas enriqueceram, a qualidade de vida melhorou, possibilitando com isso uma renda maior e obviamente, o comércio.”.

Os comerciantes entrevistados confirmaram que na última década os agricultores canguçuenses passaram a ter acesso a bens de consumo que antes não era possível devido ao baixo poder aquisitivo. Esses bens são bastante diversificados e vão desde produtos de higiene e limpeza a confecção e calçados, meios tecnológicos, como mídias e internet, eletrodomésticos, móveis, materiais de construção, automóveis, produtos alimentícios, entre outros. Os entrevistados em geral disseram que é perceptível o aumento da compra de bens supérfluos em todos os setores. Diversos entrevistados mencionaram que os agricultores estão trocando seus bens mais seguidamente (Ex.: móveis, roupas, carros). A generalização do acesso à luz elétrica no meio rural de Canguçu foi outro fator que contribuiu para que os agricultores pudessem adquirir certos equipamentos, antes comprados somente por moradores da zona urbana. Além de representar conforto, a aquisição de eletrodomésticos também pode permitir que as mulheres tenham mais tempo disponível para ajudar na fumicultura.

O IPO (Instituto Pesquisas de Opinião) realizou uma pesquisa com os decisores de compra de Canguçu (municípios com idade igual ou superior a dezoito

anos). Com base nesta pesquisa, a tabela 26 mostra o que os canguçuenses costumam comprar no Centro, excluindo os alimentos.

Tabela 26
Declaração dos munícipes sobre os produtos que costumam comprar no comércio de Canguçu (%)
(Em relação a 96,1% que tem o hábito de ir ao Centro da Cidade)

E quais os produtos que o(a) Sr.(a) costuma comprar no comércio de Canguçu? (3 principais - excluir alimentos)	Geral da cidade	Análise por área	
		Urbana	Rural
Medicamentos	70,5	67,3	72,4
Roupas/ calçados	67,5	74,3	63,5
Sementes e insumos	26,5	1,8	41,1
Perfumaria/ higiene e beleza	19,3	24,8	16,2
Bazar/ Variedades	16,4	22,1	13,0
Móveis e eletrodomésticos	13,1	19,5	9,4
Peças e equipamentos	7,9	0,9	12,0
Material escolar/ escritório	4,3	2,7	5,2
Material de construção	0,3	0,9	--
Material esportivo	0,3	--	0,5
Não compra todo mês	4,3	1,8	5,7
Total percentual	230,4	216,1	239,0

Fonte: Pesquisa realizada pelo IPO nos dias 30 de julho e 07 de agosto de 2011.

⁽¹⁾ Respostas Múltiplas (até três possibilidades).

Na referida tabela, nota-se que os habitantes da zona rural e da zona urbana apresentam diferenças nos hábitos de consumo. Conclui-se que os principais produtos adquiridos pelos decisores de compra da **área urbana** são:

- 1º Roupas/calçados
- 2º Medicamentos
- 3º Perfumaria/higiene e beleza
- 4º Bazar/variedades
- 5º Móveis e eletrodomésticos

Principais produtos que os decisores da **área rural** compram:

- 1º Medicamentos
- 2º Roupas/calçados
- 3º Sementes e insumos
- 4º Perfumaria/higiene e beleza

5º Bazar/variedades

6º Peças e equipamentos

O Entrv nº 17 comentou: “até que o comércio de Canguçu não sei como é que ele é tão grande. Então é baseado na agricultura, essa fumicultura, porque antes o comércio era fraquíssimo aqui, antes do fumo. (...) Um salto de uns 10, 15 anos pra cá foi a fumicultura.” O Entrv nº 32 corrobora ao afirmar que houve uma grande expansão do comércio nos últimos dez anos.

O comércio era só a partir do clube harmonia pra lá, o comércio de Canguçu. E hoje, a maior..., as empresas maiores de Canguçu estão do... Do... Clube Harmonia pra baixo. Aumentou, está todo... A área do comércio aumentou muito, não está só no centro.

Com o aumento da informação e do poder aquisitivo, os agricultores se tornaram mais exigentes, como podemos perceber no trecho abaixo relatado pela Entrv nº 36.

Tem pessoas de fora que perguntam “O que estão usando hoje?”. Eles querem o que estão usando, eles não querem mais o baratinho. Às vezes chegam a pedir a calça mais cara. “Qual a calça mais cara que tu tens?” Um quantas já perguntaram.

A Entrv nº 26 acredita que o aumento do poder aquisitivo trouxe uma melhora para a autoestima do agricultor.

Eles estão buscando também um conforto que antes muitas vezes o produtor não se preocupava muito com isso, com o conforto, com o ambiente, com a arrumação, isso era secundário (...). Então eles não, não... Eles não se detinham muito nesses detalhes e hoje eles querem uma casa bonita, bem arrumada e eles tão bem, se valorizando. A gente vê que quando eles chegam procurando um produto bom, uma coisa boa, é porque eles estão também se valorizando. Eles tão também pensando mais em si. (Entrv nº 26)

A figura 35 mostra a média do valor gasto em cada segmento do comércio do Centro de Canguçu pelos decisores de compra.

De uma forma geral, os decisores de compra da área urbana gastam mais nos segmentos de supermercado, farmácia e comércio do que os decisores de compra da área rural. Contudo, os consumidores da área rural gastam, em média, mais do que os da área urbana em relação ao segmento de agropecuária.

Figura 35
Valor médio gasto mensalmente no comércio do Centro de Canguçu

Análise por área	Supermercado	Farmácia	Comércio	Agropecuária
Valor médio gasto nas compras →	R\$ 303,44	R\$ 163,01	R\$ 180,53	R\$ 156,05
Valor médio gasto pelos dos decisores da área urbana →	R\$ 373,55	R\$ 176,48	R\$ 209,65	R\$ 114,75
Centro/ Uruguai →	R\$ 337,75	R\$ 237,77	R\$ 202,69	R\$ 148,00
Vilas Isabel/ Nova/ Fonseca/ Prado →	R\$ 397,80	R\$ 122,77	R\$ 247,14	R\$ 58,12
Teixeira/ Triângulo →	R\$ 400,00	R\$ 162,10	R\$ 154,54	R\$ 175,00
Valor médio gasto pelos decisores da área rural →	R\$ 262,93	R\$ 154,07	R\$ 142,15	R\$ 168,96
1º Distrito →	R\$ 272,22	R\$ 133,76	R\$ 189,85	R\$ 199,15
2º Distrito →	R\$ 227,92	R\$ 115,63	R\$ 130,00	R\$ 125,00
3º Distrito →	R\$ 275,55	R\$ 155,38	R\$ 173,33	R\$ 195,78
4º Distrito →	R\$ 263,63	R\$ 205,17	R\$ 98,21	R\$ 157,66
5º Distrito →	R\$ 278,33	R\$ 153,74	R\$ 170,00	R\$ 126,15

Fonte: Pesquisa realizada pelo IPO nos dias 30 de julho a 07 de agosto de 2011.

De acordo com o Censo Demográfico 2010 (IBGE), o rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes, com rendimento domiciliar, por situação urbana de domicílio é R\$ 1.981,58. Já o rendimento médio mensal dos domicílios rurais é R\$ 1.587,15. Apesar do rendimento da área urbana ser, em média, maior do que o da área rural, são os da área rural que indiretamente propiciam a renda urbana, uma vez que Canguçu é um município cuja base econômica é a agricultura.

Tabela 27
Número de pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal (salário mínimo) mensal do município de Canguçu (2010).

Faixa de salário	Nº de pessoas
Até 1	18.171
Mais de 1 a 2	9.687
Mais de 2 a 3	2.757
Mais de 3 a 5	2.330
Mais de 5 a 10	833
Mais de 10 a 20	320
Mais de 20	83

Fonte: ITEPA.

Na tabela 27 podemos ver a distribuição da renda no município de Canguçu.

A produção de soja tem aumentado no município, porém se caracteriza por ser praticada em grandes propriedades e por gerar uma renda concentrada na mão de poucos, enquanto o tabaco, gerado em pequenas propriedades por mão-de-obra familiar, é uma renda distribuída.

Tem outras culturas ai que podem render bem mais do que o fumo, como a soja. Só que esse capital, ele não é distribuído. O cara, o produtor grande que tem isto daí, vai pra conta, isso fica lá parado. O dinheiro que vem do produtor de fumo, esse vai, ele investe, ele investe em outra coisa. Então o que gira mais, o dinheiro que gira, que está sempre girando é o fumo, é o dinheiro do fumo. (Entrv nº 26)

A consequência disso é a dependência que a fumicultura gerou no comércio, pois este gira em torno da fumicultura. O Entrv nº 22 comentou

Uma das principais coisas foi a plantação de fumo. Isto dá um poder aquisitivo muito grande para o pessoal do interior. O que gira o comércio de Canguçu é o pessoal do interior, basicamente do interior. (...) Quando o produtor de fumo recebe o dinheiro geralmente em fevereiro, março, é onde gira mesmo o dinheiro... Quando o produtor de fumo recebe.

Na tabela 28 é exposta a análise realizada pelo IPO sobre o hábito dos canguçuenses irem ao Centro fazer compras. Verificou-se que 96,9% dos moradores do meio rural de Canguçu apresentam esse hábito.

Tabela 28
Declaração dos munícipes sobre o hábito de ir ao Centro da cidade fazer compras (%)

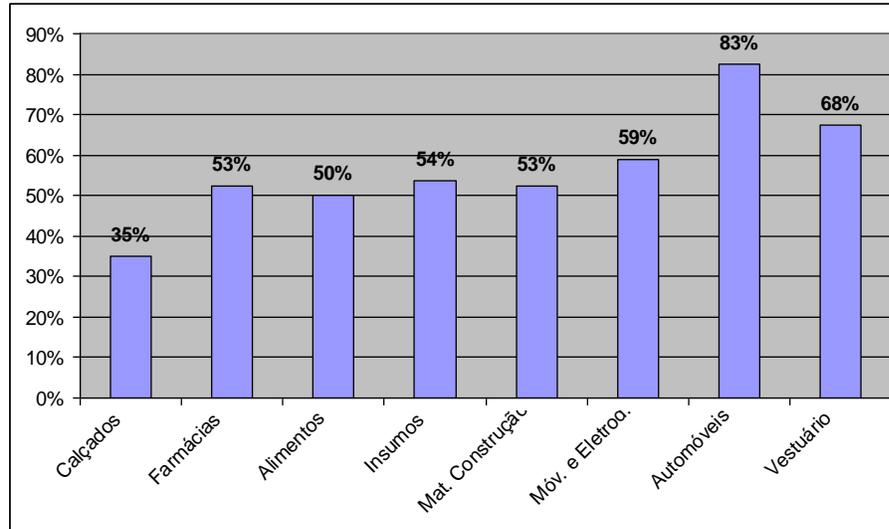
O (a) Sr.(a) tem o hábito de ir ao centro da cidade fazer compras?	Geral da cidade	Análise por área	
		Urbana	Rural
Sim, tem o hábito ir ao Centro para fazer compras	96,1	94,7	96,9
Não tem o hábito de ir ao Centro para fazer compras	3,9	5,3	3,1
Total percentual	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa realizada pelo IPO nos dias 30 de julho e 07 de agosto de 2011.

O gráfico seis mostra a intensidade da dependência da fumicultura por setor entre os comerciantes entrevistados. O gráfico seis é o resultado da seguinte questão: “A que atividades econômicas estão vinculados os principais consumidores no seu estabelecimento comercial?” O setor de Automóveis mostrou-se o mais dependente dos

fumicultores, com um percentual de 83% de seus consumidores dedicados à produção de tabaco.

Gráfico 6
Percentual de Dependência Direta da Fumicultura em cada Setor Comercial

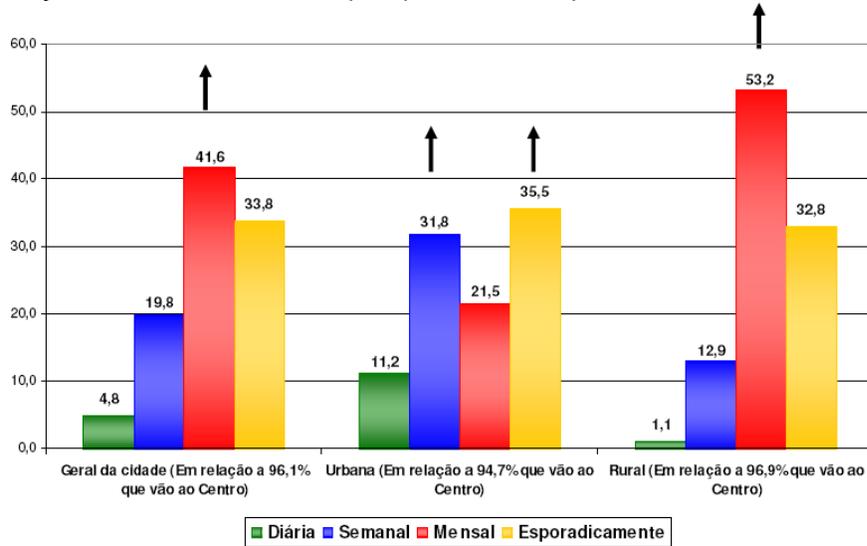


Fonte: Entrevistas realizadas no comércio de Canguçu entre 11/2011 e 01/2012.

O setor de Calçados se diz o menos afetado diretamente, seguido do setor de alimentos. O setor de alimentos declarou que tem como consumidores um grande percentual de aposentados, pois são estes que geralmente garantem a compra dos alimentos nas residências. No entanto, apesar de acharem que não serão muito afetados caso haja uma ruptura repentina na fumicultura, já que gêneros alimentícios são de primeira necessidade, os comerciantes temem que os agricultores, frente a uma crise, voltem a produzir os seus próprios alimentos.

O gráfico sete mostra a frequência dos consumidores em ir ao Centro de Canguçu fazer compras. É possível perceber que os habitantes da zona rural têm mais hábito de ir ao centro mensalmente e isso, em grande parte, se deve aos aposentados que vão receber e fazer o “rancho” do mês.

Gráfico 7
Análise da frequência em ir ao Centro de Canguçu (%) – Agosto/2011
(Em relação aos decisores de compra que declaram que tem o hábito de ir ao Centro)



Fonte: Pesquisa realizada pelo IPO nos dias 30 de julho a 07 de agosto de 2011.

A tabela 29 confirma esta afirmação, mostrando que as pessoas acima de 60 anos, com renda familiar de até dois salários mínimos, vão ao centro de Canguçu para realizar compras com uma frequência mensal ou esporádica.

Tabela 29
Análise da relação entre frequência de ir ao Centro da cidade fazer compras com o perfil socioeconômico (%)
(Em relação a 96,1% que tem o hábito de ir ao Centro da cidade)

Com qual frequência o (a) Sr.(a) vai ao Centro da cidade fazer compras?	Análise por perfil socioeconômico													
	Gênero			Faixa etária					Educação formal			Renda Familiar		
	Geral	Masc.	Fem.	16 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 59 anos	Acima de 60 anos	Fund.	Médio	Superior	1 a 2 SM	3 a 5 SM	Acima de 6 SM
Diária	4,8	3,6	5,9	--	4,4	11,9	2,1	4,3	1,8	15,1	11,8	3,2	7,2	28,6
Semanal	19,8	16,4	22,9	40,0	22,2	18,6	18,1	14,3	17,0	26,4	35,3	17,5	26,1	28,6
Mensal	41,6	50,7	34,0	44,0	46,7	40,7	37,2	45,7	47,1	28,3	17,6	46,6	31,9	--
Esporadicamente	33,8	29,3	37,2	16,0	26,7	28,8	42,6	35,7	34,1	30,2	35,3	32,7	34,8	42,8
Total percentual	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa realizada pelo IPO nos dias 30 de julho e 07 de agosto de 2011.

Na tabela a seguir (Tab. 30), podemos ver a quantidade de pessoas por faixa etária na zona urbana e rural de Canguçu.

Tabela 30
Características da população residente de Canguçu (2010)

Faixa etária	Urbana	Rural
0 a 4 anos	1.095	1.921
5 a 9 anos	1.341	2.422
10 a 14 anos	1.551	2.717
15 a 19 anos	1.534	2.565
20 a 24 anos	1.457	2.284
25 a 29 anos	1.656	2.295
30 a 39 anos	2.882	4.573
40 a 49 anos	2.763	4.929
50 a 59 anos	2.207	4.312
60 a 69 anos	1.646	3.094
70 ou mais	1.562	2.453
Total	19.694	33.565

Fonte: IBGE.

O Entrv nº 26 comentou sobre a possibilidade de diminuição na venda de alimentos na cidade. “Se não houvesse mais tanto dinheiro que o fumo produz, que dá para o agricultor vir investir na cidade, ele passaria..., ele voltaria a produzir para degustação, para o sustento da casa e isso (*venda de alimentos*) ia diminuir.” O Entrv nº 30 critica o fato de que muitas pessoas deixaram de produzir os alimentos para dedicarem-se exclusivamente à fumicultura e passaram a comprar em supermercados.

Antigamente as pessoas do interior plantavam milho, feijão, tudo quanto é coisa, batata, para comer. Hoje em dia, tu vê se eles plantam? Eles plantam só o fumo e compram estas coisas tudo na cidade. (...) Antigamente se produzia para consumir também.

Além disso, o Entrv nº 13 também aponta para uma mudança nos hábitos de consumo dos agricultores, isto é, eles vêm procurando produtos quase prontos.

O que está levando muito o pessoal é..., hoje é produto mais embalado mais próprio pra consumo rápido. (...) O pessoal está mais exigente. Há anos atrás se vendia batata toda suja com terra. Hoje se tu não lavar, não consegue vender mais. (Entrv nº 13)

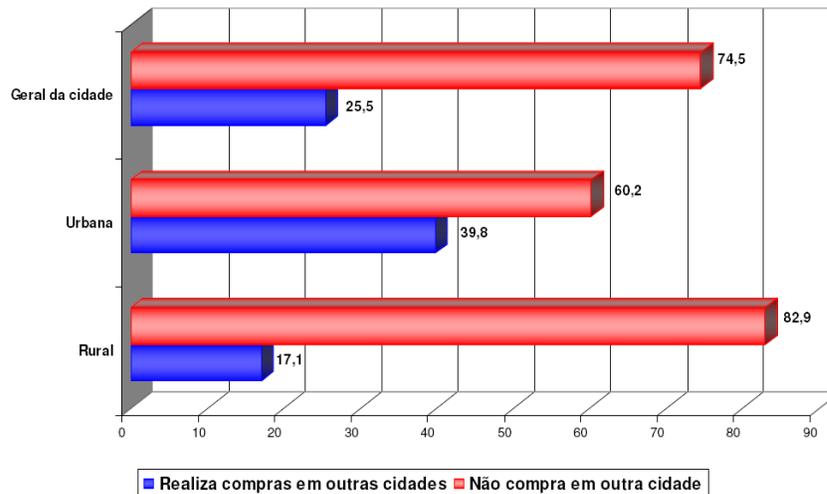
O Entrv nº 2 analisa a situação do comércio de Canguçu e conclui

O comércio está dependente do fumicultor, porque se a fumicultura for mal, o comércio vai mal. Porque não tem outra... Hoje não tem uma fábrica, alguma coisa que dá rotatividade de sustentação para o comércio de Canguçu. Ele é dependente, exclusivamente, praticamente da fumicultura.

O Entrv nº 17, que comercializa insumos para os agricultores, conjeturou sobre o que poderia acontecer com o seu comércio caso ocorresse o fim repentino da fumicultura no município. “Poderia até não fechar, mas a minha venda caía consideravelmente, embora ampliando com outras coisas. O fumo é um mal necessário. (...) Deus o livre se chega a terminar o fumo!” A Entrv nº 35 foi direta ao dizer “resumindo: todos nós dependemos da produção de fumo, da agricultura, tanto em nível público quanto privado em Canguçu.”.

Um fator que tem atrapalhado o comércio de Canguçu em se desenvolver ainda mais é o hábito de alguns consumidores do município comprar em outras cidades. Na zona urbana, 39,8% dos consumidores tem o hábito de comprar em outros municípios, conforme o gráfico oito.

Gráfico 8
Análise do hábito do consumidor de Canguçu em comprar em outros centros comerciais (%) – Agosto/2011



Fonte: Pesquisa realizada pelo IPO nos dias 30 de julho a 07 de agosto de 2011.

Cerca de $\frac{1}{4}$ dos consumidores de Canguçu realizam compras em outros centros comerciais, sendo que a maioria desloca-se até a cidade de Pelotas para a realização das compras, como podemos visualizar na tabela 31. Diversos entrevistados

comentaram sobre o hábito dos canguçuenses da sede irem comprar com frequência em Pelotas, em especial o Entrv nº 17, que afirmou:

porque tudo gira em função, praticamente... Por incrível que pareça! É o fumicultor é que faz a festa dele lá do filho, é o casamento dos filhos, tem que comprar os móveis, eletrodomésticos. Isso ai tudo, olha, é muito em função disso ai... Porque aqueles ricos, brasileirinhos ricos, vão para Pelotas comprar tudo, mesmo que seja mais caro. O comércio de Canguçu é na função do fumo.

Isso se confirma na tabela 31, ao mostrar que 38,9% dos canguçuenses da área urbana costumam adquirir produtos no comércio de Pelotas. O Entrv nº 28 também acredita que a zona rural sustenta o comércio de Canguçu e acrescenta: “O pessoal de fora não vê que grande parte dos consumidores está no interior. (...) Os da cidade às vezes ainda vão comprar noutras cidades.”.

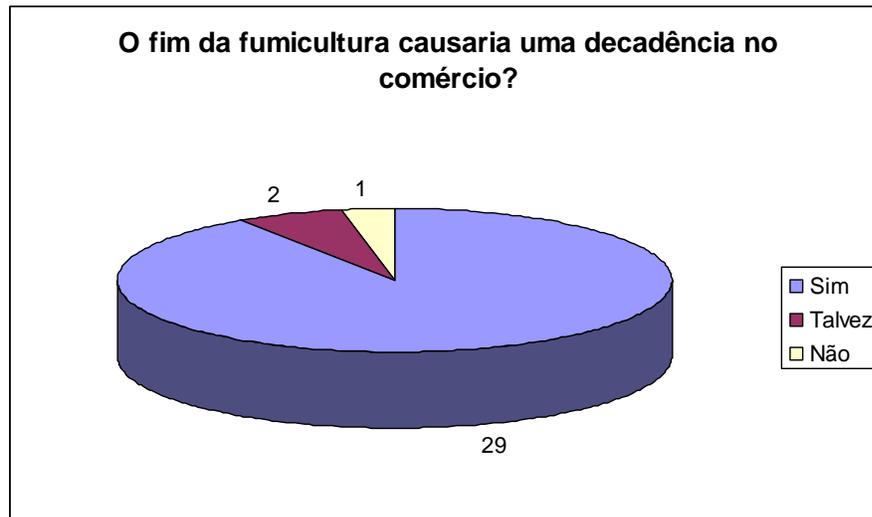
Tabela 31
Declaração sobre o hábito de realização de compras em outros centros comerciais (%)

O (a) Sr.(a) costuma realizar compras em outras cidades?	Geral da cidade	Análise por área	
		Urbana	Rural
Pelotas	23,3	38,9	14,1
Rio Branco	0,7	0,9	0,5
Morro Redondo	0,3	--	0,5
Santana da Boa Vista	0,3	--	0,5
São Lourenço do Sul	0,3	--	0,5
Encruzilhada do Sul	0,3	--	0,5
Santa Cruz do Sul	0,3	--	0,5
Não compra em outra cidade	74,5	60,2	82,9
Total percentual	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa realizada pelo IPO nos dias 30 de julho e 07 de agosto de 2011.

Dos trinta e dois comerciantes entrevistados (Graf. nove), vinte e nove acreditam que o fim da fumicultura afetará o comércio de Canguçu mesmo que os agricultores passem a cultivar outros produtos agrícolas. Isso se deve a característica do fumo ser, até o momento, o único produto viável para a realidade de Canguçu, dando um alto retorno financeiro em pequenas propriedades.

Gráfico 9
O fim da Fumicultura e a Decadência do Comércio



Fonte: Entrevistas realizadas no comércio de Canguçu entre 11/2011 e 01/2012.

O Entrv nº 1 explicou porque a pequena propriedade somente se sustenta se tiver o cultivo de um produto como o fumo:

a pequena propriedade ela só se sustenta se tiver uma atividade tipo o fumo, senão ela não consegue. Com baixa tecnologia como eles usam, eles são... Eles utilizam baixa tecnologia na atividade deles. O milho é plantado com baixa tecnologia. A pecuária deles é de baixa tecnologia. E o fumo o que acontece? Qual a diferença do fumo? O fumo tem um preço, um ganho relativamente grande e tem uma assistência técnica muito presente. As fumageiras mantêm os técnicos permanentemente visitando as propriedades. Então isso ai faz com que eles utilizem tecnologias para plantar o fumo. Agora, para o milho, para a pecuária, já é uma coisa de baixa tecnologia. (Entrv nº 1)

O Entrv nº 19 também acredita que o município passaria por uma grande crise caso terminasse a fumicultura. “Tudo existe uma reversão, mas em Canguçu isso demoraria muitos anos, por que... Ninguém consegue produzir em cima de tão pouca terra o que o fumo tira.” (Entrv nº 19). O Entrv nº 8 comentou que acha muito difícil o pequeno agricultor conseguir manter o mesmo padrão de vida sem o cultivo do tabaco “O cara planta fumo porque não tem outra opção”. O Entrv nº 39 também acredita que, para o contexto de Canguçu, a fumicultura é a única atividade agrícola que permite os agricultores ter uma boa rentabilidade em tão pouca terra.

Então por isso que para o pequeno é difícil pra ele se manter e por isso que o pessoal se jogou com o fumo. O fumo é uma cultura de pequena propriedade e exige uma área pequena de terra e... O resultado é maior porque não é

contada a mão-de-obra. Agora se tu vai contar a mão-de-obra, ai claro que a lucratividade do fumo também ela fica bem menor. (Entrv nº 39)

O Entrv nº 18 também não é otimista em relação ao fim da fumicultura

A gente não sabe o que eles vão descobrir, o que vão inventar para substituir, mas vamos dizer que só acabasse com o fumo e não inventasse nada, com certeza o comércio ia decair muito. Hoje está num nível bom assim de venda, emprego e tudo em geral. Ia ser uma decadência muito grande. (Entrv nº18)

A maioria dos entrevistados tem consciência de que a fumicultura não continuará por muito tempo sendo produzida em larga escala no município. A Entrv nº 37 luta por novas alternativas para o município, porque “é sabido que o fumo, ele é cíclico, ele vai terminar, o fumo vai terminar”. (Entrv nº 37). A Entrv nº 35 também mostrou-se preocupada com o futuro do comércio de Canguçu.

Tem algumas lojas dessas de rede que vieram para cá que estão... que não sabem se vão ficar. É que também as pessoas acham que Canguçu tem uma mina. Na realidade a gente vive da agricultura. (...) Tudo são ciclos, a agricultura... Tudo são ciclos, não é uma coisa permanente. Este poder de compra é momentâneo agora. Não quer dizer que ele fique assim. (Entrv nº 35)

Os entrevistados apresentaram sugestões (Tab. 32) de atividades econômicas que poderiam vir a substituir o fumo e evitar, ou pelo menos amenizar, a decadência que o comércio sofreria com o fim da fumicultura. As perspectivas não são muito animadoras. A sugestão mais citada foi o investimento em outros cultivos, principalmente em hortifrutigranjeiros que se adaptariam bem às pequenas propriedades e à mão-de-obra familiar. Contudo esses cultivos apresentam o empecilho da necessidade de transporte eficiente, uma vez que têm pouca durabilidade. O transporte eficiente torna-se difícil de ocorrer na prática, devido ao fato do interior do município ser muito extenso. Além disso, torna-se difícil ocorrer a garantia de um preço mínimo com a comercialização segura, pois corre-se o risco de haver boa produção e não se encontrar comprador, como ocorria antes da fumicultura. A maioria dos entrevistados, que deram sugestões, defende que tomar o controle dessa cadeia produtiva é função do governo. “Com muita seriedade, fazer uma transição pacífica entre uma produção e outra, só que dando aqueles respaldos que as multinacionais dão.” (Entrv nº 8). A Entrv nº 37 também acredita no potencial dos agricultores canguçuenses, que segundo ela, são 70% de origem pomerana. “O nosso município ele

é muito rico do povo trabalhador, rico de ideias e de iniciativas. Cabe ao poder público fazer o papel dele de dar o apoio técnico para o nosso agricultor”. (Entrv nº 37).

Tabela 32
Alternativas sugeridas pelos comerciantes entrevistados para substituir o tabaco

Alternativa	Nº de entrev.
Investimento em outros cultivos	10
Não existência de alternativa rentável para pequenas propriedades	10
Retorno à policultura com objetivo de subsistência	5
Não sabe	4
Retorno à policultura com venda do excedente	4
Abertura de indústrias e cooperativas	2
Criação de outras fontes de renda	2

OBS: Alguns entrevistados mencionaram mais de uma alternativa
Fonte: Entrevistas realizadas no comércio de Canguçu entre 11/2011 e 01/2012.

Porém a mesma quantidade de comerciantes, ou seja, 10 entrevistados, está bastante pessimista em relação ao futuro do município e, conseqüentemente, do comércio. O Entrv nº 15 diz que o fim da fumicultura seria

uma catástrofe em Canguçu. (...) Canguçu não se preparou nestes últimos tempos. Em Canguçu entrou muito dinheiro na economia e a administração pública não soube aproveitar, não soube desenvolver outras atividades econômicas ou fomentar outras atividades econômicas que substituísse o fumo. Até porque não tem nada que alguém vá produzir em cima de quatro, cinco hectares que dê a rentabilidade que o fumo dá, a rentabilidade do fumo é muito alta. (Entrv nº 15)

Os comerciantes garantem que é possível perceber, em suas vendas, o reflexo das entressafras do tabaco.

Nessa época agora que só dá um intervalo, que os agricultores estão trabalhando mais, que não estão recebendo dinheiro nesta época, só estão trabalhando, já tem muitos comerciantes que estão numa crise que já estão apavorados. Por isso que tem que ganhar bastante, como se diz, na época da safra, vender bastante. Depois na época que não vende, o cara está tranquilo. (Entrv nº 30)

O Entrv nº 36 também afirma que as vendas no seu estabelecimento diminuem quando a safra do fumo não é boa. “Quando eles têm uma safra ruim, a gente vê aqui o resultado na loja, a gente sente.” (Entrv nº 36). O comércio de Canguçu, embora tenha passado por esta década de progresso, parece estar chegando a uma saturação. Diversos entrevistados reclamaram do aumento da competitividade, uma vez que

diversos novos estabelecimentos abriram, fazendo com que os mais tradicionais tivessem que diminuir a sua margem de lucro para conseguir manter-se no mercado. “Houve uma expansão muito grande. Daqui uns dias nós estamos vendendo uns pros outros”, desabafou o Entrv nº 8. Além disso, outro problema está começando a adquirir proporções preocupantes para os comerciantes, que é o endividamento dos agricultores. A Entrv nº 35 expressou a sua preocupação “Está diminuindo o poder de compra porque eles se endividaram muito. Entendeu? Eles compraram trator, eles compraram... Então... Eles agora também estão correndo atrás de um poder de compra maior porque eles já tão muito comprometidos.” O Entrv nº 30 contou um exemplo de uma situação que vem se tornando frequente nas Revendas de Automóveis: “Teve um cara num Escort SW aí semana passada que pagou 52 prestações e faltava só 20 e ele queria dar a camionete para alguém que a seguisse pagando, ou seja, para alguém que pagasse as últimas 20 parcelas.” (Entrv nº 30). A Entrv nº 35 acrescentou que há algum tempo era difícil encontrar um imóvel comercial para alugar, já hoje existem vários sobrando.

O agricultor não ia morrer de fome, ele ia trabalhar, ia produzir outras coisas, mas que realmente o poder de compra do município ia diminuir ia, do agricultor. E isto já ta mudando, tu sabia? O poder de compra está diminuindo agora um pouco, porque tu já vês que tem vários lugares na cidade que estão para alugar. (Entrv nº 35)

Outro reflexo da crise que a fomicultura vem enfrentando ultimamente é o retorno, para a cidade, de pessoas que há algum tempo atrás se mudaram para a zona rural, com o objetivo de “aventurar-se” na fomicultura.

Tu tinha ficha com nós, morava aqui na cidade. Aí uns anos atrás agora tu vinha aqui, eu ia alterar teu cadastro. Ah, não, não, eu estou morando para fora agora. (...) Anos atrás, quando o fumo estava pagando um absurdo... E compravam, não tinha... Ai vinham... Ah não, eu estou plantando fumo. Aconteceu. Agora tu já vês as pessoas voltando. Tu já vês muitos clientes nossos dizendo “ah não deu certo”. Por quê? Porque o fumo agora eles começaram a apertar. (Entrv nº 27)

A Entrv nº 37, atual presidenta da Acican, também reconhece que o progresso do comércio de Canguçu na última década foi em grande parte devido à forte fomicultura do município.

Foi uma década de valores em dinheiro, em montantes, que Canguçu... Tanto que é um município dos mais desenvolvidos em comércio e as redes todas querem vir pra cá. Por quê? Porque tem dinheiro. (...) Foi uma década de ouro

o fumo. (...) O carro chefe de tudo isto foi o fumo e está sendo o fumo ainda. (...) O fumo é o grande alavancador. (Entrv nº 37)

Devido a isso, ela teme o que uma ruptura na fumicultura poderia causar ao comércio, à sociedade de Canguçu e à economia em geral do município. “Isto é uma cadeia devastadora, porque não é só o comércio que vai sofrer. (...) Se o comércio quebrar, não vai ter mais emprego.” (Entrv nº 37).

O desafio, atualmente em Canguçu, é descobrir alternativas para a agricultura do município em tempo hábil, antes que a crise tome grandes proporções. Tendo isso em vista, a Fecican 2012 teve como tema “Nossa Terra, Nossa Gente, no Desafio por um Novo Amanhã.” O objetivo é não só conscientizar a população canguçuense e a administração municipal sobre a fase decisiva que está passando a economia do município, mas também mostrar a diversidade de produtos que Canguçu possui para que, dessa forma, não ocorra uma ruptura e sim uma transição para outros cultivos. A Entrv nº 37, uma das organizadoras da Fecican, explicou: “Por que na VII Fecican... O norte da Acican é uma nova matriz produtiva ou fomentar uma já existente. (...) A nossa entidade ela é voltada para o comércio, mas se não existe agricultura não existe comércio.” (Entrv nº 37).

O progresso do comércio de Canguçu de 2000-2010 foi causado pelo aumento do poder aquisitivo dos agricultores, tendo como consequência o aumento do nível de consumo e a dinamização da economia do município. O aumento no nível de consumo não é um fenômeno que tem ocorrido apenas em Canguçu, ou seja, é uma tendência mundial. Porém, se defende que a fumicultura permitiu que os agricultores de Canguçu aumentassem o seu poder aquisitivo e acompanhassem esse fenômeno, pois do contrário continuariam à margem da tecnologia e dos objetos desenvolvidos com a finalidade de trazer um melhor conforto ao homem e, assim, trabalhariam apenas para a sobrevivência. Porém, apenas matar a fome é um objetivo muito simplista para a vida que não eleva a autoestima do agricultor. O Entrv nº 39, representante dos pequenos agricultores, defende que “a questão que eu vejo assim não é a pessoa trabalhar para matar a fome. Tem que ter a rentabilidade do trabalho dele, tem que ser pela dignidade e pela liberdade dele.”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

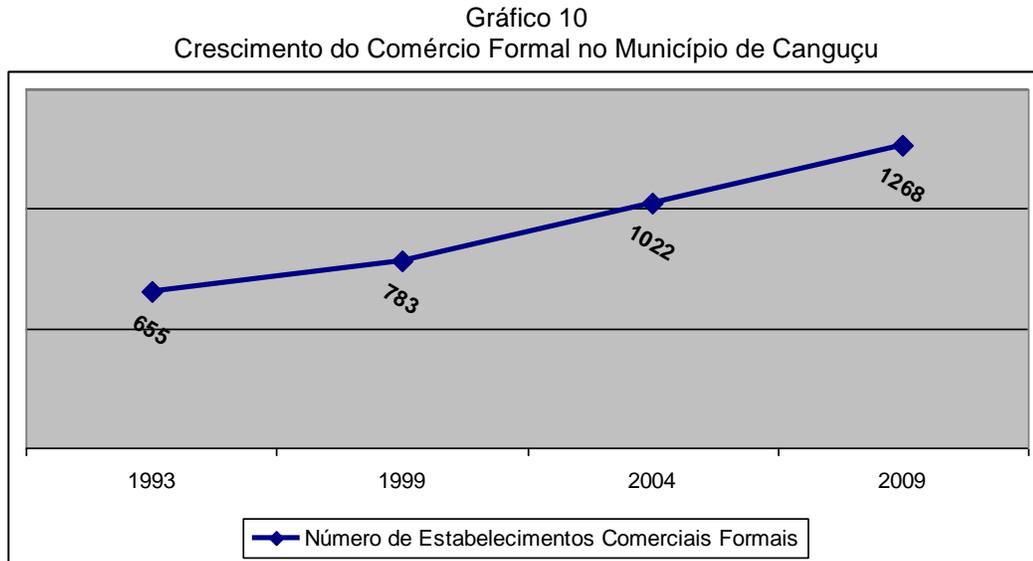
As considerações finais acerca deste trabalho não esgotam todas as possibilidades que a problemática de estudo apresenta. Não se tratam de conclusões acabadas, ainda mais se considerarmos que se trata de uma realidade em processo de contínua transformação sobre a qual até podemos fazer previsões prováveis com base na situação atual, mas de forma alguma podemos afirmar com certeza como será o seu futuro.

O espaço urbano atualmente é produzido de acordo com os interesses do capital. É refletido na aparência do espaço se houve grandes somas de dinheiro girando e o transformando. O comércio, por si só, não consegue gerar capital e produzir espaço, sendo necessário que haja uma fonte produtora que lhe sirva de sustentação. A agricultura forte pode ser um exemplo de fonte geradora de renda e, conseqüentemente, promotora do desenvolvimento do comércio.

Uma população com bom poder aquisitivo provoca um fortalecimento no comércio, pois mesmo havendo outras maneiras de se empregar capital, atualmente o apelo ao consumo em nossa sociedade é muito grande. As pessoas já não compram apenas para suprir as suas necessidades, mas também para satisfazer seus desejos. A mídia coopera para esta aceleração do consumo, incentivando a compra de novas tecnologias e ditando a moda. O indivíduo não quer ficar à margem dos novos lançamentos e, dessa maneira, tende a consumir até onde a sua renda e o seu crédito permitem.

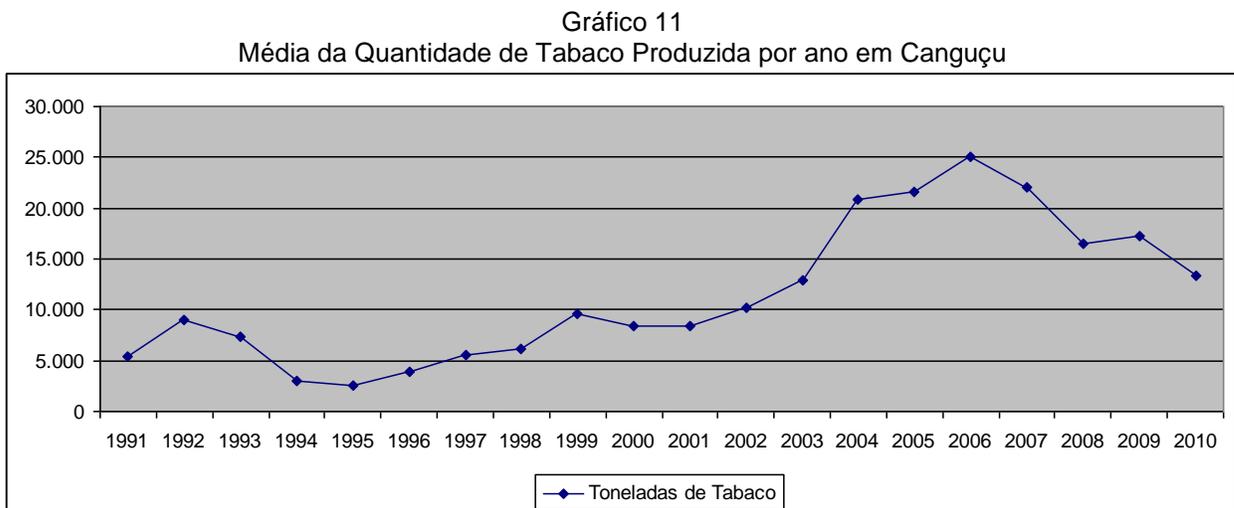
Em Canguçu, o aumento da produção de tabaco na década 2000-2010 foi o principal fator que desencadeou um desenvolvimento do comércio da área central. Quando confrontamos o gráfico 10 com o gráfico 11, percebemos que em 1999 havia

apenas 783 estabelecimentos comerciais no município, já em 2009 havia 1268, isto é, houve um aumento de aproximadamente 62% no número de estabelecimentos comerciais formais em Canguçu.



Fonte: ITEPA, Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio de Canguçu.

Estes dados do gráfico 10 coincidem com os do gráfico 11, que mostra um significativo aumento da produção de tabaco no município entre 2001-2006.



Fonte: ITEPA, IBGE.

A partir de 2006, embora ainda continue sendo economicamente o principal produto agrícola do município, a produção de fumo vem reduzindo e isso está refletindo

também no comércio. Diversos entrevistados mencionaram haver atualmente uma crise devido ao aumento da concorrência sem o correspondente aumento de consumidores, bem como uma diminuição das vendas em geral.

Inicialmente, com a base econômica na pecuária, o município de Canguçu começou a desenvolver a agricultura a partir da chegada, principalmente, dos imigrantes pomeranos. Os imigrantes pomeranos fortaleceram a agricultura do município com o sistema de mão-de-obra familiar em pequenas propriedades e contribuíram para o povoamento das terras do interior de Canguçu. Após um longo período em que se dedicaram à policultura de subsistência, alguns produtos começaram a ganhar espaço, com destaque ao milho e ao pêssego. Canguçu chegou a ser considerada a capital do milho; o pêssego era vendido juntamente com outros produtos (figo, laranja, tomate, etc.) para indústrias instaladas em Pelotas. Com o fechamento dessas indústrias, o vácuo deixado na agricultura de Canguçu foi preenchido com o desenvolvimento da cultura fumageira.

O tabaco já era produzido em pequena escala em Canguçu ao longo da história. As empresas fumageiras, entretanto, perceberam que Canguçu possuía o perfil adequado para o aumento da produção, pois tinha abundante mão-de-obra familiar experiente com agricultura cujas pessoas viviam em pequenas propriedades, isto é, somente uma cultura com alta produtividade como o fumo permitiria que tais pessoas conseguissem permanecer no campo. Isso fez com que o êxodo rural diminuísse e fez com que as pessoas conseguissem continuar no meio rural com qualidade de vida. Atualmente, o município ainda apresenta 63,02% de pessoas morando no interior, um índice ainda bastante elevado.

O comércio na sede de Canguçu, incipiente nas épocas anteriores, alcançou um desenvolvimento expressivo como consequência do aumento do poder aquisitivo dos munícipes. Entretanto, os comerciantes temem não conseguir manter-se no mercado já que a cultura do fumo está decaindo e ainda não se encontrou embora haja diversos projetos no município a este respeito, outro produto que apresente o mesmo retorno financeiro em pequenas propriedades.

Podemos perceber que a pequena propriedade e o campesinato existente em Canguçu representavam uma forma sócio-espacial e já havia uma estrutura de relação

com a indústria, visto que estavam habituados a atender as empresas compradoras de pêssego. Essa relação histórica legou um quadro institucional, uma superestrutura preparada para a relação agricultores – indústria e se tornou atrativo para as empresas fumageiras. Assim, houve apenas uma mudança da função em parte, ou seja, o tabaco substituiu o pêssego, porém ocorreu uma continuidade dessa estrutura de relação com a indústria, mesmo que em outro tempo e com novas e maiores repercussões.

O método progressivo – regressivo de Lefèbvre ajudou a perceber os atributos históricos que contribuíram para que a fumicultura se adaptasse ao município e contribuísse para o desenvolvimento da sede. Desse modo, verifica-se a importância de retornar ao passado (vertical) para compreender o presente (horizontal). Através da decomposição do presente, foi possível identificar a coexistência de relações que tiveram origem em períodos diferentes. Essas relações, ocorridas em sua maioria no meio rural de Canguçu, já que se trata de um município que tem a sua base econômica no campo, se refletiram na sede comprovando a importância que pode ter o espaço agrário para a produção do espaço urbano.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acican. Disponível em <<http://www.acicanrs.com.br/texto/institucional>>. Acesso em: 30 de maio 2011.

Afubra inaugura loja em Canguçu com investimento superior a R\$ 3,5 milhões. Disponível em <<http://www.cangucuonline.com.br/>>. Acesso em: 09 de jan. 2011.

BANDEIRA, Silvana de Matos. **Análise da estrutura interna da cidade de Canguçu.** 2007. 88f. Monografia – Licenciatura Plena em Geografia/UFPel – Pelotas.

BANDEIRA, Silvana de Matos. **Planejamento Participativo: uma oportunidade para a cidadania.** Pelotas, 2008. (in mimeo).

BENTO, Cláudio Moreira. **Canguçu reencontro com a história.** 2.ed. Barra Mansa: Irmãos Drumond Ltda, 2007.

BENTO, Cláudio Moreira (org.). **Canguçu 200 anos.** 1.ed. Canguçu: ACANDHIS, 2000.

BERNSTEIN, William J. **Uma mudança extraordinária.** Como o comércio revolucionou o mundo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

BLANK, Krause Liziana. **Aspectos da cultura alemã no município de Canguçu.** 2005. 61 p. Monografia – Especialização em História da Formação Social, Política e Cultural do Rio Grande do Sul/UCPel – Pelotas.

BOSENBECKER, Laedi Bachini. **Conhecendo Canguçu.** 1.ed. Canguçu: R & C Informática, 2004.

BOTELHO, Adriano. A produção do espaço como estratégia do capital. O setor imobiliário. In: **O urbano em fragmentos.** São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007, p.21-66.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista.** A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BURGOS, Francisco Javier Antón (org.). **La Geografía de los servicios en España**. Barcelona: GGS, s/d, p. 431-587.

CACHINHO, Herculano. **O comércio retalhista português: pós-modernidade, consumidores e espaço**. Lisboa: Gabinete de Estudos e Prospectiva do Ministério da Economia, 2002, 473p.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos**. O que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. 2.ed. São Paulo: Nobel, 1992.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Reinvente seu bairro**. Caminhos para você participar do planejamento de sua cidade. 1.ed. São Paulo: Editora 34, 2003, 224p.

CAPEL, Horacio. **La historia, la ciudad y el futuro**. Scripta Nova. Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales [de la] Universidad de Barcelona, v.XIII, n.307, p.1-79, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrt/sn/sn-307.htm>> Acesso em: 12 abr. 2010, 16:30:30.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. 1.ed. São Paulo: Edusp, 1994.

CARLOS, Ana Fani A. **Espaço e indústria**. 1.ed. São Paulo: Contexto, 1988.

CARLOS, Ana Fani. **O Espaço Urbano**. Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

Cidade se consolida como a terceira maior economia da região. Disponível em <http://diariopopular.com.br/site/content/noticias>. Acesso em 09 de jan. 2011, 12:42.

CLARK, David. **Introdução à Geografia Urbana**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand brasil, 1991.

Contag representa 20 milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Disponível em <<http://www.contag.org.br>>. Acesso em 29 de maio 2011.

CORREA, Roberto Lobato. Espaço um conceito chave na Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo C. da Costa; CORREA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

COTRIM, Gilberto. **História e consciência do Brasil**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

DUTRA, Éder Jardel da Silva. **A fumilcultura no Passo dos Oliveira, Canguçu-RS: conseqüências na reorganização do setor agrário**. Rio Grande: Furg, 2010. (dissertação de mestrado)

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Volume 33. Ano 1958. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes_multiplo.php>. Acesso em 16/02/2012. 17:55.

ETGES, Virgínia Elisabeta. **Sujeição e Resistência**. Os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. Santa Cruz do Sul: FISC, 1991.

FERNÁNDEZ, José Alberto V. **Urbanismo comercial – a experiência portuguesa**. Porto: Revista da Faculdade de Letras – Geografia, I Série, Volume X/XI, 1994, p.105-125.

GAZOLLA, Marcio. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: SCNEIDER, Sergio (Org.) **A diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009, p.85-106.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geografia da Riqueza, Fome e Meio Ambiente: Pequena contribuição crítica do atual modelo Agrário/Agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVEIRA, A.U. de; MARQUES, M.I.M. (Orgs). **O campo no século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra. 2004, p. 2007-253.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 2.ed. São Paulo: USP, 1997.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Além do Latifúndio**. Geografia do interesse econômico gaúcho. 1. ed. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2000.

HEREDIA, Beatriz M. Alasia de; O campesinato e a *Plantation*. A História e os Mecanismos de um Processo de Expropriação. In: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes Silva. (Orgs.) **Processos de constituição do campesinato no Brasil. Vol. I**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 39-67.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>> Vários acessos.

Instituto Pesquisa de Opinião. Relatório de Pesquisa. **Diagnóstico das demandas Comerciais, Industrial e Agroindustriais na cidade de Canguçu – RS**. Pelotas, 2011.

KONDER, Leandro. **O que é dialética?** 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

KON, Anita. **Sobre as Atividades e Serviços: Revendo Conceitos e Tipologias**. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 74-93, 1999.

KREMER, Flávio Azambuja. **Apontamentos Históricos e Geográficos de Canguçu**. Canguçu: Acandhis, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p. 75-114.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. 3.ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 1.ed. São Paulo: Centauro. 2001.

Lei nº 1880 de 23 de abril de 1999 – Define os limites dos bairros na zona urbana e dá outras providências.

Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (e alterações). Institui o novo código florestal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm> Acesso em 12 de abr. 2011.

LIMONAD, Ester (org). Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefèbvre. In: X Encontro Nacional da ANPUR, 2003. Niterói. **Anais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional**. Niterói: UFF/GECCEL, 2003, p. 15-33.

MAGNOLI, Demétrio; OLIVEIRA, Giovana; MENEGOTTO, Ricardo. **Cenário Gaúcho. Representações históricas e geográficas**. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2001.

MARX, Karl. Introdução à Crítica da Economia Política. In: **Para a Crítica da Economia Política**. Lisboa: Editora Estampa, 1973. p. 03-21.

MARTINS, José de Souza. **Henri Lefèbvre e o retorno à Dialética**. 1.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, Sérgio. Crítica à economia política do espaço. In: DAMIANI, A.L., CARLOS, A.F.A., SEABRA, O.C. de L. (org.). **O espaço no fim de século. A nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 13-41.

MARTINS, Solismar Fraga. **A produção do espaço em uma cidade portuária através dos períodos de industrialização**. Rio Grande: Editora da FURG, 2004.

MARX, Karl. Introdução à Crítica da Economia Política. In: **Para a Crítica da Economia Política**. Lisboa: Editora Estampa, 1973. p.03-21.

MARX, Karl. **Os pensadores**. Manuscritos Econômico-Filosóficos. 3º manuscrito. Paris: Nova Cultural, 1844. p.163-208.

MEDINA, Cremilda. (org.). **Vamos ao Centro**. São Paulo: CJE/ECA/USP, 1994.

MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salete (orgs). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2002. p.77-108.

- MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia?** 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- NEVES, Ilka. **Canguçu/RS: Primitivos moradores; primeiros batismos.** Pelotas: EDUFPEL, 1998.
- OLIVEIRA, Naia e BARCELOS, Tania (orgs); GELPI, Adriana (colab.). **O Rio Grande do Sul Urbano.** Porto Alegre: FEEE, 1990.
- PEDROSO JÚNIOR, Edílson Wanderlei. **Estudo sobre a formação do município de Seberi – RS.** 2009. 174p. Dissertação – Mestrado em Geografia/FURG – Rio Grande.
- PETER, André Pinho. **Expansão do Centro: O caso do Eixo Comercial da Rua Andrade Neves.** 2006. 50f. Monografia – Licenciatura Plena em Geografia/UFPEL – Pelotas.
- PETER, André Pinho. **O papel do comércio na produção da centralidade em Pelotas – RS.** 2010. 167f. Dissertação – Mestrado em Geografia/FURG – Rio Grande.
- PRADO Jr., Caio. Grande Lavoura. Agricultura de subsistência. In: **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 130-168.
- QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia.** 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- RHODEN, Luiz Fernando. **Urbanismo no Rio Grande do Sul: origens e evolução.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- ROMERO, José Luiz. **América Latina. As cidades e as idéias.** 1 ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.
- ROSS, Jurandyr L. Sanches. **Geografia do Brasil.** 3 ed. São Paulo: Edusp, 2000.
- SANTOS, André F. dos; EICHOLZ, Eberson Diedrich e NEVES, Everton. **Agricultura familiar.** Semente da Esperança. 1.ed. Canguçu: Menestrel Editora, 2006.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido.** Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SCHNEID, Luciara. Disponível em: <<http://www.paginarural.com.br/noticia/52655/rio-grande-do-sul-cangucu-e-o-terceiro-do-ranking-nacional-da-producao-de-fumo>>. Acesso em: 10 Nov. 2009, 10:42:00.

SCHRÖDER, Victor Faria. **Os fluxos na formação das cidades do Rio Grande do Sul**. Pelotas, 2007. (in mimeo)

SILVA, Susana Maria Veleda da. **El Comercio Callejero y la Nueva Geografía Cultural: una Propuesta Teórico-Methodológica**. Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona, 2006.

SILVA, Adinael Gautério. **Transformações comerciais e a cidade: a configuração da nova organização sócio-espacial do comércio na cidade do Rio Grande**. Rio Grande: Furg, 2005. (in mimeo)

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade**. Uma Introdução Crítica ao Planejamento e a Gestão Urbanos. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 560 p.

SPÓSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e Urbanização**. 15.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SPOSITO, M. Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e Campo**. Relações e contradições entre rural e urbano. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 248p.

VARGAS, H. C. **Espaço Terciário**. O lugar, a arquitetura e a imagem do comércio. 1. ed. São Paulo: Senac, 2001, v.01, 333p.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. “Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial.” In CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. **O centro vive**. O espetáculo da revalorização do Centro de São Paulo: sobrevivência do capitalismo e apropriação do espaço. (Tese de Doutorado). Rio Claro: [s.n.], 2002. 480p.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. Paisagem e memória: as diferentes temporalidades do presente. In: GILL, Lorena Almeida; LORENA, Beatriz Ana; MAGALHÃES, Mario Osório(orgs). **Horizontes urbanos**. Pelotas: Armazém Literário, 2004.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS. Banco de Dados da Zona Sul – RS – ITEPA. Pelotas: Educat, 2008.

WILLE, Leopoldo. **Pomeranos no sul do Rio Grande do Sul**. Trajetória – Mitos – Cultura. Canoas: Ed. ULBRA, 2011.

7 APÊNDICES

7.1 Apêndice A – Lista dos Entrevistados

1. Banco do Brasil (Agência Bancária) → Sr. Vanderlei
2. Crehnor (Agência Bancária) → Sr. Claiton
3. Cresol (Agência Bancária) → Sr. Edival
4. Sicredi (Agência Bancária) → Sr. André

5. Adélia Calçados (Calçados) → Sr.^a Tânia
6. Hercílio (Calçados) → Sr. César 1
7. Luluxa Calçados (Calçados) → Sr.^a Mari Elza
8. Sapatobom Calçados (Calçados) → Sr. César 2

9. Drogaria Osório – Rede Agafarma (Farmácia) → Sr. Armando
10. Farmácia Campos (Farmácia) → Sr.^a Mariluz
11. Farmácia Mais Econômica (Farmácia) → Sr.^a Beatriz
12. Farmácia São João (Farmácia) → Sr. Alessandro

13. Big Super (Gêneros Alimentícios) → Sr. Rudimar
14. Mercado Feira Heling (Gêneros Alimentícios) → Sr.^a Norma
15. Mercado Popular (Gêneros Alimentícios) → Sr. Marco Antônio
16. Mercado Oliveira (Gêneros Alimentícios) → Sr. Cleni

17. Agroforte (Insumos para os Agricultores) → Sr. Gilberto
18. Casa Agrícola (Insumos para os Agricultores) → Sr. Ricardo
19. Casa do Agricultor (Insumos para os Agricultores) → Sr. Everson
20. Pampa Agropecuária (Insumos para os Agricultores) → Sr. Carlos Alberto

21. Casa do Eletricista (Materiais de Construção) → Sr.^a Núbia
22. Constrular – Materiais de Construção (Materiais de Construção) → Sr. Nilton
23. Coríntia – Construção Civil Ltda (Materiais de Construção) → Sr. José Francisco
24. Pedro Boemeke – Mat. de Constr. (Mat. de Construção) → Sr. Pedro Ricardo

25. Quero-Quero (Móveis e Eletrodomésticos) → Sr. Cristiano

26. Afubra (Móveis e Eletrodomésticos) → Sr.^a Geandra
27. Colombo (Móveis e Eletrodomésticos) → Sr. Cleiton Dinael
28. Móveis Dicasa (Móveis e Eletrodomésticos) → Sr. Jânio Luiz

29. Garagem Beira Rio (Revenda de Automóveis) → Sr. Gildo
30. Moura Veículos (Revenda de Automóveis) → Sr. Maicon
31. Nilson Moto Peças (Revenda de Automóveis) → Sr. Nilson
32. Odorico Monteiro (Revenda de Automóveis) → Sr. Laerte

33. Alles Blau (Vestuário) → Sr.^a Evani
34. Esquina Modas (Vestuário) → Sr. Cândido
35. Loja Strelow (Vestuário) → Sr.^a Sônia
36. Loja Pompéia (Vestuário) → Sr.^a Marisa

37. Presidente da Acican → Sr.^a Neida
38. Prefeito Municipal de Canguçu → Sr. Cássio
39. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu → Sr. Pedro Adão

7.2 Apêndice B – Entrevista realizada com os Comerciantes

- 1) Em que ano foi aberto o seu estabelecimento comercial?
- 2) O que o motivou a abrir um comércio em Canguçu?
- 3) Que estratégias o seu comércio tem usado para atrair mais clientes?
- 4) Há um desenvolvimento significativo no comércio de Canguçu na última década?
- 5) Quais fatores podem ter contribuído para o desenvolvimento do comércio em Canguçu na última década?
- 6) A que atividades econômicas estão vinculados os seus principais consumidores no seu estabelecimento comercial?
- 7) Pode ser observada alteração no consumo dos seus principais consumidores na última década?
- 8) O comércio atende a todas as demandas dos consumidores?
- 9) Os agricultores têm aumentado o nível de consumo na última década?
- 10) Além da fumicultura, que outras fontes de renda sustentam o comércio de Canguçu?
- 11) Qual seria a participação da fumicultura nas atividades comerciais do seu estabelecimento?
- 12) O seu comércio fecharia caso terminasse o fumo repentinamente no município?
- 13) Caso houvesse uma decadência da fumicultura no município, o comércio em geral de Canguçu seria significativamente abalado?
- 14) Quem seria mais afetado pela decadência da fumicultura em Canguçu? As grandes redes ou os comerciantes locais?

7.3 Apêndice C – Entrevista realizada com a Acican

- 1) Quantos associados a Acican possui atualmente?
- 2) E que ano foi criada a Acican?
- 3) O que motivou criar a Acican?
- 4) O número de sócios tem apresentado crescimento na última década? Por quê?
- 5) Em sua opinião, a que se deve o crescimento do comércio de Canguçu na última década?
- 6) Quais as principais fontes de renda que dinamizam o comércio em Canguçu?
- 7) Que setores do comércio têm apresentado maior crescimento?
- 8) Pode se fazer um vínculo desse crescimento com a renda obtida na produção do fumo?
- 9) Haveria hoje uma dependência entre as atividades comerciais em Canguçu e a fumicultura?
- 10) A decadência da fumicultura afetaria significativamente o comércio de Canguçu?
- 11) Quais outras atividades produtivas rurais poderiam substituir a produção de fumo como gerador de renda em Canguçu?

7.4 Apêndice D – Entrevista realizada com as Agências Bancárias

- 1) Em que ano abriu a agência bancária em Canguçu?
- 2) O que motivou a abrir a agência bancária em Canguçu?
- 3) Quanto atualmente o Banco tem disponibilizado em empréstimos aos agricultores?
- 4) Que porcentagem dos empréstimos é realizada por fumicultores?
- 5) Tem ocorrido um crescimento no número e no valor dos empréstimos feitos pelos agricultores de Canguçu?
- 6) Que cultura tem requerido mais financiamentos dos agricultores?
- 7) Os agricultores têm conseguido saldar suas dívidas com o Banco?
- 8) Que motivos têm levado alguns agricultores à inadimplência?
- 9) Qual a importância dos financiamentos para a fumicultura?
- 10) Caso cessassem os financiamentos, a fumicultura seria muito afetada?

7.5 Apêndice E – Entrevista realizada com o Prefeito Municipal

- 1) Que tipo de desenvolvimento econômico o fumo trouxe para o município de Canguçu?
- 2) A fumicultura tem influenciado no comércio de Canguçu?
- 3) Como a Prefeitura Municipal administra uma possível diminuição da produção de fumo no município?
- 4) O que mantém o comércio de Canguçu ademais da fumicultura?
- 5) O comércio tem adquirido maior importância para a economia do município nos últimos 10 anos?
- 6) Que expectativas atualmente a administração municipal tem em relação ao comércio para os próximos anos?
- 7) Há alguma política, atualmente no município, que vise minimizar uma possível decadência na produção de fumo?

7.6 Apêndice F – Entrevista realizada com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais

- 1) Quantos associados o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu possui?
- 2) Quais os produtos mais cultivados no município pelos associados?
- 3) Qual o produto agrícola mais importante economicamente para os associados?
- 4) Qual a porcentagem dos associados que se dedicam ao plantio de tabaco?
- 5) Como o Sindicato avalia o poder aquisitivo dos associados após inserirem-se na fumicultura?
- 6) A fumicultura tem influenciado no desenvolvimento do comércio?
- 7) Quais as perspectivas dos agricultores frente a uma iminente decadência da fumicultura?